

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JULIA VEIGA VIEIRA MANCIO BANDEIRA

**DESENVOLVIMENTO NO SUL GLOBAL:  
UM ESTUDO SOBRE BRASIL, CHILE E MÉXICO**

Porto Alegre

2024

JULIA VEIGA VIEIRA MANCIO BANDEIRA

**DESENVOLVIMENTO NO SUL GLOBAL:  
UM ESTUDO SOBRE BRASIL, CHILE E MÉXICO**

Tese apresentada como requisito parcial ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliane Sant'Ana Bento

Porto Alegre

2024

### CIP - Catalogação na Publicação

Bandeira, Julia Veiga Vieira Mancio  
Desenvolvimento no Sul Global: Um Estudo sobre  
Brasil, Chile e México / Julia Veiga Vieira Mancio  
Bandeira. -- 2024.  
109 f.  
Orientadora: Juliane Sant'Ana Bento.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Desenvolvimento. 2. Desenvolvimentismo. 3.  
Brasil. 4. México. 5. Chile. I. Bento, Juliane  
Sant'Ana, orient. II. Título.

JULIA VEIGA VIEIRA MANCIO BANDEIRA

**DESENVOLVIMENTO NO SUL GLOBAL:  
UM ESTUDO SOBRE BRASIL, CHILE E MÉXICO**

Tese apresentada como requisito parcial ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Juliane Sant'Ana Bento - Orientadora

---

Profa. Dra. Sofia Vizcarra Castillo

UFRGS

---

Profa. Dra. Luciana Wietchikoski

UNISINOS

---

Profa. Dra. Veronica Korber Gonçalves

UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Por muito tempo pensei que, se um dia esta tese visse a luz do dia, usaria esta seção para destilar toda a minha aversão a diferentes membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Embora tenha sido uma aluna exemplar durante minha trajetória acadêmica, no primeiro momento em que minha saúde mental se debilitou, os diversos professores do PPG decidiram colocar seus egos acima de tudo e ignorar o papel do docente na realidade em que doutorandos são seis vezes mais propensos a desenvolverem depressão do que a população em geral.

No entanto, anos depois de ver minha sanidade e minha estima pela universidade despencarem, dois docentes do Programa com quem eu ainda não havia cruzado o caminho nesta trajetória estenderam a mão sem pedir nada em troca. Por isso, decidi não desperdiçar esses agradecimentos com ojeriza, mas, de fato, agradecer ao Prof. Rodrigo Stumpf González e à Prof. Juliane Sant'Ana Bento, que caíram de paraquedas no meu maior trauma e conseguiram dar um ponto final a ele.

## RESUMO

A presente tese busca compreender como se dá a construção de estratégias de desenvolvimento alternativas ao paradigma liberal no sul global, utilizando Brasil, Chile e México como estudo de caso. A partir deste exercício, busca-se colaborar com o debate sobre o desenvolvimento na América Latina explorando a viabilidade de regimes desenvolvimentistas em contextos democráticos e o uso de diferentes estratégias de desenvolvimento em um contexto de hegemonia global do neoliberalismo. Desta forma, procura contribuir para uma compreensão mais profunda da interação entre dinâmicas políticas e econômicas nos países latino-americanos, e apontar os obstáculos enfrentados por países que ocupam uma posição periférica na ordem capitalista. A tese foi desenvolvida no formato de três artigos publicados em periódicos. Os artigos são “Nacional, democrático e social: o desenvolvimentismo chileno durante os governos radicais”, publicado na Revista de Economia Política, “Center-left parties and developmental regimes in Latin America: assessing the role of democracy”, publicado na Latin American Perspectives, e “The political economy of neoliberalism in Brazil: towards a Polanyian approach”, publicado na Third World Quarterly.

**Palavras-chave:** Desenvolvimentismo. Desenvolvimento. Democracia. Economia Política. América Latina.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to understand how alternative development strategies to the liberal paradigm are constructed on the global south, using Brazil, Chile and Mexico as case studies. Based on this exercise, I seek to collaborate with the debate on development in Latin America by exploring the viability of developmental regimes in democratic contexts and the use of different development strategies in a context of global hegemony of neoliberalism. In this way, it seeks to provide a deeper understanding of the interaction between political and economic dynamics in Latin American countries and to highlight the challenges faced by countries that occupy a peripheral position in the capitalist order. The thesis has been developed in the form of three articles published in scientific journals. The articles are: " National, democratic and social: Chilean developmentalism during radical governments", published in the Brazilian Journal of Political Economy, "Center-left Parties and Developmental Regimes in Latin America: Assessing the Role of Democracy," published in Latin American Perspectives, and "The Political Economy of Neoliberalism in Brazil: Towards a Polanyian Approach" published in Third World Quarterly.

**Keywords:** Developmentalism. Development. Democracy. Political Economy. Latin America.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 Fundamentos teóricos.....	13
1.2 Metodologia .....	21
1.3 Estrutura da tese .....	23
<b>2. ARTIGO 1: NACIONAL, DEMOCRÁTICO E SOCIAL: O DESENVOLVIMENTISMO CHILENO DURANTE OS GOVERNOS RADICAIS.....</b>	<b>24</b>
2.1 Introdução .....	24
2.2 Desenvolvimentismo: conceito, intencionalidade e subtipos.....	25
2.3 O panorama chileno pré-desenvolvimentismo.....	29
2.4 O desenvolvimentismo radical (1938-1952).....	32
2.5 A face democrática.....	33
2.6 A face nacional-desenvolvimentista .....	35
2.7 A face social.....	37
2.8 Considerações Finais.....	38
2.9 Referências .....	39
<b>3. ARTIGO 2: REGIMES DESENVOLVIMENTISTAS E PARTIDOS DE CENTRO-ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA: AVALIANDO O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS.....</b>	<b>44</b>
3.1 Introdução .....	44
3.2 De Estados Desenvolvimentistas a Regimes Desenvolvimentistas: explorando o papel das instituições democráticas e dos partidos de centro-esquerda.....	46
3.3 Desenho de Pesquisa .....	48
3.4 O Regime Desenvolvimentista Democrático no Chile (1939-1952) .....	52
3.5 O Regime Desenvolvimentista Autoritário no México (1934-1982).....	57
3.6 Considerações Finais.....	60
3.7 Referências .....	62
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>69</b>



<b>4. ARTIGO 3: A ECONOMIA POLÍTICA DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO POLANYIANA.....</b>	<b>72</b>
4.1 Introdução .....	72
4.2 Marco Teórico.....	77
4.3 A emergência do neoliberalismo enraizado .....	81
4.4 A queda do neoliberalismo enraizado .....	86
4.5 Considerações Finais.....	91
4.6 Referências .....	93
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A forma como os Estados se integram à economia global é um aspecto fundamental para a sua compreensão (BIZBERG, 2021). No caso dos Estados latino-americanos, essa integração, embora não uniforme em toda região, se dá de forma periférica e dependente, fazendo com que eles se sustentem em uma lógica antagônica. Assim se, por um lado, este contexto forja a necessidade de um maior protagonismo estatal no desenvolvimento, ao mesmo tempo, imprime maior força ao mercado internacional para intervir nesses países; debilitando a agência do Estado nacional (FALETTO, 1989; REIS e OLIVEIRA, 2023). Nesse sentido, a presente tese busca compreender como se dá a construção de estratégias de desenvolvimento alternativas ao paradigma liberal no sul global. Para tanto, a tese analisa as experiências brasileira (entre 1990 e 2018), chilena (de 1939 a 1952) e mexicana (entre 1934 e 1982). Embora se reconheça as dificuldades desse exercício, os três estudos de caso se complementam ao focar em países do sul global em períodos marcados pela rejeição a normas econômicas hegemônicas.

A origem do termo “sul global” remonta a década de 1980, embora este tenha ganhado centralidade somente após o fim da Guerra Fria, quando o conceito de “terceiro mundo” perde força frente à hegemonia neoliberal. (DIRLIK, 2007) Conforme Sud e Sánchez-Ancochea (2022), o termo é contestado, podendo ser interpretado como um conceito binário redutivo baseado apenas na geografia, que posiciona o norte rico como contraparte do sul pobre, ou simplista frente às desigualdes existentes não apenas entre países, mas dentro dos países, inclusive aos do norte. Porém, como pontuam Dados e Connell (2012), o termo sul global funciona mais do que uma metáfora para o subdesenvolvimento, fazendo referência a toda uma história de colonialismo, neoimperialismo e estruturas econômicas e sociais pelas quais são mantidas alto grau de desigualdade nos padrões de vida e no acesso aos recursos.

Babones (2017) e Palestini (2021) apontam que as hierarquias centro-periferia são a característica chave do sistema internacional para estudos sobre desenvolvimento. Uma forma encontrada por diversos países do sul global de contornar as limitadas oportunidades de *catching-up*<sup>1</sup> dada por esta hierarquia foi através de políticas desenvolvimentistas (SINGH e OVADIA, 2019; HAGGARD, 2018), que, além de preservarem os princípios capitalistas,

---

<sup>1</sup> O termo refere à ideia de que países em desenvolvimento podem alcançar o patamar de bem-estar e renda dos países considerados desenvolvidos. (ZAGATO, 2019; HAUG, BRAVEBOY-WAGNER, MAIHOLD, 2021)

espelhavam-se, como frisa Fiori (1992), em tendências institucionalizadas a partir da crise de 1929, como o keynesianismo, amenizando a resistência liberal.

Contudo, a partir de meados da década de 1970, com a crise dos diferentes modelos de intervenção estatal na economia<sup>2</sup> – devida, sobretudo, à abertura das economias socialistas, às modificações tecnológicas e financeiras e à desaceleração do crescimento econômico (FIORI, 1992) –, a ação do Estado na economia tornou-se objeto de crescente descrédito e estigmatização por parte da corrente dominante do pensamento econômico (*mainstream economics*<sup>3</sup>), instituições financeiras e agências internacionais (ANDERSON, 1995; EICHENGREEN, 2000; STRANGE, 1998). A prática neoliberal passava a se tornar predominante, e conforme Laruffa (2023), no afã de proteger a sociedade de mercado, o Estado neoliberal buscou despolitizar a economia e o *policy-making*.

Nesse sentido, Brown (2019) pontua que a doutrina neoliberal é antidemocrática e antipolítica, pois procura conter os poderes políticos por meio da submissão da política à economia de modo que ela não debilite a ação do mercado. A experiência neoliberal, entretanto, logo mostrou seus limites, sendo associada à redução do ritmo de crescimento econômico e ao aumento da desigualdade<sup>4</sup>, iniciando-se, a partir dos anos 2000, um movimento de reposicionamento do Estado periférico no processo de desenvolvimento (IGLESIAS, 2006; KOHLI, 2009; GRABEL 2019; LARUFFA, 2023).

Ao mesmo tempo, autores como Chang (2004), Mazzucato (2013), Reinert (1999; 2007), dentre outros, pontuam que, embora os países hoje desenvolvidos condenem a ação estatal na economia, eles utilizaram de medidas protecionistas para promover seus setores produtivos de maior nível tecnológico, tais como a indústria manufatureira, e, assim, alcançarem a posição na qual se encontram no sistema internacional. Bulfone (2023) aponta, por exemplo, que a atuação do Estado através de políticas industriais foi fundamental nos países europeus no pós-Segunda Guerra Mundial, ao proteger de interferências estrangeiras, fomentar o emprego e promover o desenvolvimento econômico. Desse modo, ao pregarem o livre

---

<sup>2</sup> Dentre os quais, há que se destacar o Estado de Bem-Estar Social, o Estado Socialista e o Estado Desenvolvimentista.

<sup>3</sup> Aqui se emprega a definição de *mainstream economics* segundo Colander (2000), a qual parte da economia neoclássica, mas busca responder a temas recentes das correntes heterodoxas.

<sup>4</sup> Os efeitos do neoliberalismo podem se sentir, contudo, em diversas frentes. Como sublinha Brown (2020), nada fica intocado pela forma neoliberal. Nesse sentido, a autora dá central importância à expansão trazida pelo neoliberalismo da “esfera pessoal protegida”, que posiciona valores tradicionais acima das expectativas democráticas. (BROWN, 2019)

mercado e condenarem políticas que tiveram um papel essencial em seu desenvolvimento, os países centrais dificultariam a mudança estrutural dos países periféricos<sup>5</sup>.

Porém, se a ação estatal foi crucial no desenvolvimento dos países quando o sistema internacional ainda não era tão diversificado, agora ela se mostra indispensável. Pois, uma vez que as atividades econômicas de alto valor adicionado, responsáveis por fomentar o desenvolvimento das capacidades produtivas dos países, já são realizadas pelos países centrais, os países em desenvolvimento tendem a se manter em atividades de baixa produtividade a menos que o Estado intervenha (CHANG, 2004; DOSI et al., 1990; PREBISCH, 1949; THIRLWALL, 2003). Nesse sentido, Kvangraven (2020) aponta que pesquisas recentes mostram que as estruturas de produção na periferia são caracterizadas pela produção de bens com conteúdo tecnológico relativamente baixo, incluindo em países de África, sul da Ásia, América Latina e China. De modo que até mesmo o desenvolvimento da China pode ser compreendido através das lentes da periferalidade.

Portanto, como realça Evans (2004), a intervenção dos Estados na economia é uma realidade generalizada, de modo que não se deveria analisar sua “quantidade”, mas sim as diferentes formas de envolvimento e seus respectivos impactos. A tese se soma a este empenho ao ter como pergunta de pesquisa como se dá a construção de estratégias de desenvolvimento alternativas ao paradigma liberal no sul global. Porém, para além disso, a tese objetiva também, resgatar e analisar criticamente regimes desenvolvimentistas na América Latina durante o século XX; explorar a relação entre desenvolvimentismo e democracia na região, e se debruçar nas diferentes estratégias de desenvolvimento adotadas pelos governos brasileiros em um contexto pós-redemocratização de hegemonia global do neoliberalismo.

Deste modo, a tese busca contribuir com o debate de economia política ao prover evidências a favor da compatibilidade entre democracia e desenvolvimentismo, ressaltar alternativas com potencial real de promoção do desenvolvimento em países periféricos como os da América Latina e ao lançar luz sobre as diferentes respostas para o desafio de conciliar crescimento econômico, coesão social e legitimidade política.

Por último, é importante destacar que a tese se utiliza de inúmeros conceitos trabalhados no Brasil, principalmente, pela disciplina da economia, apoiando-se no arcabouço da economia política. Nesse sentido, Hirschman (2013) e Clift (2014) destacam que a intersecção entre ciência política e economia pode se dar de duas formas: pela aplicação de modelos

---

<sup>5</sup> Retomando a crítica de List (1989) ao pensamento econômico liberal, Chang (2004) aponta que, ao promoverem conjuntos de práticas e discursos contrários à agência dos Estados, os países centrais “chutam a escada” que eles se utilizaram para se desenvolverem, impedindo os países em desenvolvimento de ascender pelo mesmo caminho.

desenvolvidos pela ciência econômica na análise de fenômenos políticos, como se observa, por exemplo, em pesquisas centradas no comportamento eleitoral, ou pelo emprego de conceitos e métodos desenvolvidos pela ciência política na compreensão do processo de formulação de políticas públicas que afetam o desempenho econômico.

A presente tese soma-se à segunda perspectiva. Em linha com autores da agenda de pesquisa centrada na análise das variedades do capitalismo, tais como Hall e Soskice (2001), Schneider (2009, 2013), Molina e Rhodes (2007), Nolke et al. (2020), dentre outros, pretende-se discutir quais fatores distinguem e conferem estabilidade a determinados arranjos institucionais. Além disso, tal como se observa nos trabalhos de Bohle e Greskovits (2012), Baccaro et al. (2022), Evans (2004), e Schedelik et al. (2021) busca-se discutir a trajetória desses modelos, atentando para resultados e transformações graduais ou bruscas.

Em outras palavras, ainda que diversas variáveis econômicas permeiem a discussão, variáveis típicas da ciência política, tais como regime político, ideologia partidária, e base de apoio político-social, cumprem um papel determinante na análise. Da mesma forma, ainda que o desempenho econômico dos diversos arranjos conserve um papel importante na discussão, este decorre fundamentalmente da sua contribuição para trajetória dos diferentes modelos de políticas públicas em análise.

Para tanto, a tese é composta por três artigos publicados em periódicos com Qualis CAPES superior a B1, conforme consta no artigo 50, parágrafo 1º do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

## **1.1 Fundamentos teóricos**

Como pontua Lanoszka (2018), conceitualizar desenvolvimento é uma tarefa complexa, que inclui não só variáveis econômicas, mas também a expansão de oportunidades e de fortalecimento das instituições democráticas. Seguindo esta lógica, na presente tese desenvolvimento não será tratado como sinônimo de crescimento econômico, mas sim como um processo de transformações estruturais das forças produtivas (HIRSCHMAN, 1961; LIST, 1989). Ainda em uma lógica economicista, Schumpeter (1988) afirma que crescimento econômico seria apenas a expansão das variáveis econômicas dentro de um equilíbrio de fluxos, enquanto o desenvolvimento pressupõe inovações na estrutura produtiva.

A tese enfatizará, porém, além dessas abordagens, um enfoque social, considerando a melhoria do padrão de vida da população. Então, tal como sublinham Boschi e Gaitán (2016),

o desenvolvimento compreende não só uma dinâmica de diversificação tecnológica e controle nacional sobre a economia, mas também de geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social, isto é, “um projeto de bem-estar ligado a direitos de cidadania” (p. 510). Assim, o desenvolvimento apresenta duas dimensões: uma relacionada a aspectos qualitativos do processo de acumulação de capital e outra ligada à proteção social e a sustentabilidade.

Se, conforme Thurbon e Weiss (2016), a história mostra que crescimento não é inevitável, mas requer uma estratégia, desenvolvimento requer um passo ainda mais além. De acordo com Cardoso e Faletto (1970), o desenvolvimento não é um processo natural, mas social, resultante da interação de grupos e classes com interesses materiais e valores distintos. Sendo um processo social, mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes. Na medida em que a integração social das classes e grupos atua como um dos principais condicionantes do processo de desenvolvimento, este deve ser estudado não apenas pela análise das condições específicas nos planos nacional e externo nas quais se deu, mas também pela observação dos objetivos e interesses que orientam os conflitos e acordos entre os grupos e classes envolvidos nesse processo.

Ao apontarem a necessidade de uma análise que considere, concomitantemente, o contexto específico internacional, as condições estruturais e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento, os autores sublinham que o desenvolvimento não provém apenas da esfera interna de cada país, mas também da arena internacional. Nesse sentido, o sistema internacional hierarquizado estimula a manutenção da divisão internacional do trabalho, isto é, da diferenciação dos países conforme sua função dentro de uma estrutura econômica internacional de produção e distribuição, estabelecida de acordo com a estrutura produtiva de cada Estado (CARDOSO e FALETTO, 1970; EVANS, 2004).

Dessa forma, os países subdesenvolvidos não são atrasados em relação aos países desenvolvidos, mas sim dependentes e subordinados a eles (OLIVEIRA, 2003; KVANGRAVEN, 2020). Os países periféricos, portanto, enfrentam grandes obstáculos para se afastarem do modelo primário-exportador de suas economias e se industrializarem, sendo improvável que eles se desenvolvam apenas a partir da vontade política interna ou das chamadas forças do mercado (FURTADO, 1968). Além disso, ao taxar os países periféricos de atrasados, estabelecendo um discurso maniqueísta à questão, a metáfora do desenvolvimento teria possibilitado uma hegemonia global da genealogia ocidental da história (ESTEVA, 1992). Indo um pouco mais além, Ziai (2013) e Hickel (2021) apontam que os discursos sobre

desenvolvimento e crescimento são eurocêntricos e têm implicações depolitizantes e autoritárias.<sup>6</sup>

O estudo do desenvolvimento em países periféricos também deve ponderar que as economias subdesenvolvidas possuem, como aponta Furtado (1983), uma singularidade histórica derivada da expansão da economia industrial europeia em direção a regiões ocupadas por sistemas econômicos pré-capitalistas. Dessa expansão originaram-se estruturas dualistas, compostas por uma parte voltada à maximização do lucro e às formas modernas de consumo, e outra assentada em estruturas pré-capitalistas. A dinâmica emergente dessa combinação não foi sentida no desenvolvimento dos países centrais, tornando contraproducente tentar replicar suas instituições, além de poder representar uma força conservadora do status quo periférico.

A partir destas perspectivas é possível afirmar que i) o subdesenvolvimento deve ser tratado como um processo autônomo, ao invés de uma etapa – de uma situação de atraso – pela qual todas as economias desenvolvidas passam, e ii) a aceção comumente aceita de que os países subdesenvolvidos devem seguir o mesmo caminho trilhado pelos países desenvolvidos em seus processos de desenvolvimento ignora o fato das condições históricas serem completamente diferentes nestes dois casos (FURTADO, 1983). Por exemplo, os níveis de sindicalismo e urbanização alcançados pelos países periféricos são maiores do que aqueles encontrados nos países centrais no momento de seu desenvolvimento, o que engendra, portanto, desafios distintos no processo atual.

Por perceber o desenvolvimento como o resultado da interação de diversos interesses e de uma estrutura específica de Estado, o estudo de Evans (2004) aproxima-se dos anteriores. De acordo com o autor, ao analisar processos de desenvolvimento, deve-se compreender as diferentes formas de envolvimento do Estado e seus respectivos impactos – formas estas que dependerão da configuração que o próprio Estado assume. Isto é, os contornos do desenvolvimento de um país desprendem, em grande parte, das características estruturais do Estado, de sua organização interna e da sua relação com a sociedade<sup>7</sup>.

Nesse sentido, Evans (2004) argumenta que um Estado inteiramente autônomo não teria capacidade ou habilidade para implementar seus objetivos, embora, por outro lado, um Estado

---

<sup>6</sup> Tais aspectos abrem, inclusive, um debate sobre a utilização dos termos “subdesenvolvido” e “desenvolvido”, que, no entanto, não será travado nesta tese. Sobre isso, ver Escobar (1995; 2007), Esteva (1992), Omar (2012) e Pieterse (2010).

<sup>7</sup> Para Evans (2004) o debate se há ou não intervenção do Estado já não faz sentido, pois essa já está há muito comprovada. O que se deve discutir, portanto, é em que termos se dá o envolvimento estatal. Se considerarmos que nos países de desenvolvimento tardio, o Estado desempenha um papel fundamental na acumulação de capital público ou privado (Faletto, 1989), uma análise nos contornos propostos por Evans (2004) torna-se ainda mais necessária para estes casos.

sem autonomia alguma não teria como evitar que os indivíduos em cargos de poder atuassem apenas de modo a atingir seus objetivos privados, resultando em uma captura do Estado por grupos particulares e a existência de patrimonialismo<sup>8</sup>. Para que um Estado conseguisse se engajar em um processo de desenvolvimento de fato, ele precisaria, então, equilibrar autonomia e parceria.

Daí decorreria o que o autor chama de *Autonomia Enraizada*, a qual demonstra o nível de coordenação entre setor público e privado e significa a combinação entre coerência interna do Estado (Autonomia) com sua capacidade de conexão externa com o setor privado (Parceria), a fim de promover a transformação industrial. A Parceria diz respeito a “um grupo concreto de conexões que ligam o Estado íntima e agressivamente a grupos sociais particulares com os quais o Estado compartilha projetos conjuntos de transformação” (EVANS, 2004, p. 93). Em outras palavras, trata-se do grau de sinergia entre a burocracia e os grupos privados no processo de transformação industrial. Já a Autonomia se refere ao grau de independência da burocracia em relação ao capital privado nacional e, em equilíbrio com a parceria, pressupõe o contato direto entre Estado e sociedade através de canais institucionalizados para a negociação contínua das políticas estatais. Tais canais seriam estruturados por uma burocracia weberiana, pela qual a capacidade do Estado se reflete – quanto mais se afastar do ideal weberiano, mais débil o Estado será.

Para o autor, somente o Estado desenvolvimentista consegue combinar de forma equilibrada parceria e autonomia, de modo que não haveria desenvolvimento sem o Estado desenvolvimentista. Conforme Fonseca (2014), o desenvolvimentismo é representado por diversas políticas, articuladas em torno de uma

política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (p. 59)

No entanto, o autor reconhece que a definição de desenvolvimentismo é flexível e pouco precisa, embora seja possível estabelecer através de seus diversos usos teóricos e de experiências práticas um núcleo comum do conceito. Assim, somente será caracterizado como desenvolvimentista o governo que apresentar concomitantemente todos os seguintes atributos: i) existência de um projeto deliberado ou estratégia de superação do “atraso”, tendo como objeto a nação e seu futuro (“projeto nacional”); ii) intervenção consciente e deliberada do

---

<sup>8</sup> Bulfone et al. (2023) classificam tais medidas como políticas de bem-estar corporativo (corporate welfare).



Estado, utilizando políticas econômicas instrumentais e/ou institucionais para alcançar os fins estabelecidos pelo projeto; e iii) industrialização, enquanto caminho para o desenvolvimento da economia nacional. O sucesso ou fracasso de um Estado desenvolvimentista não é medido pelas suas conquistas econômicas, mas pela manutenção da ambição desenvolvimentista (WOO-CUMMINGS, 1999).

Fonseca (2014) identifica também a possibilidade de subtipos de desenvolvimentismo, que atendem os três atributos do conceito clássico, porém apresentam características específicas. Neste sentido, destaca-se a existência de três antinomias, as quais opõem dois estilos de desenvolvimento tais como: i) autoritário *versus* democrático; ii) baseado em um padrão de crescimento puxado pelos salários *versus* lastreado em um padrão de crescimento puxado pelos lucros, e iii) nacional *versus* dependente-associado.

A construção de tais antinomias encontra amparo, também, no estudo de Boschi e Gaitan (2016). Além do fortalecimento da burocracia estatal, tais autores sublinham os seguintes aspectos que, respectivamente, dialogam com as três dimensões do parágrafo anterior: (i) reaparelhamento da matriz produtiva interna; (ii) formação de coalizões de apoio; e (iii) expansão para dentro por meio de políticas de distribuição de renda. Na mesma linha, Faletto (1986) chama atenção para aspectos como: (i) a transformação das relações externas e a formação de um setor capitalista nacional; (ii) a mudança da relação interna; e (iii) a construção de uma sociedade moderna, inclusive pelo fortalecimento da organização autônoma dos trabalhadores.

Visto que um dos objetivos da tese é explorar a relação entre desenvolvimentismo e democracia, focar-se-á na primeira antinomia sublinhada por Fonseca (2014), mas considerará aspectos decorrentes das antinomias seguintes para avaliar as condições que cada governo possui para obter resultados em termos de crescimento econômico, mudança estrutural e distribuição de renda.

Um Estado desenvolvimentista construído a partir de um regime político baseado na democracia e no pluralismo contrasta com a experiência não só de diversos países da América Latina, como também de países do Leste Asiático. Sobre os últimos, cujos casos são considerados os de maior sucesso, Wade (1999) destaca que se caracterizaram pelo virtual monopólio do poder político por parte de algum partido ou instituição política durante longo período, bem como pelo caráter corporativista e autoritário dos regimes políticos existentes na região. Ao apostarem na exclusão política completa dos setores populares das coalizões desenvolvimentistas,

Nas fases iniciais do processo de desenvolvimento, a competitividade internacional das indústrias nacionais no Leste Asiático decorreu largamente de baixos salários, jornadas semanais de trabalho muito extensas (de 50 horas a 60 horas), ausência de legislação social ou de salário mínimo. (HERRLEIN JUNIOR, 2014, p. 14)

Portanto, um desenvolvimentismo que renuncie a democracia corre o risco de aprofundar a desigualdade social e a pobreza, bases fundamentais do atraso econômico que procura superar. Devido a esta constatação, e, principalmente, a uma maior centralidade do tema após a Guerra Fria, a discussão sobre como desenvolvimento e democracia se articulam, bem como a proposição de agendas desenvolvimentistas democráticas vêm se expandindo.

Quanto ao primeiro debate<sup>9</sup>, é possível dividi-lo em duas frentes: uma que discute se os níveis de desenvolvimento e democratização se imbricam e outra, caracterizada por uma análise mais empírica, que procura definir se realmente há uma forte relação causal positiva entre esses dois processos. Na primeira dimensão, destaca-se a contribuição de Amartya Sen (1999), que, por compreender o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, sublinha a importância de instituições deliberativas e da participação política – isto é, do fortalecimento do sistema democrático – como componente essencial do processo de desenvolvimento.

A superação do subdesenvolvimento se daria pela remoção de restrições sociais, com o acesso à saúde e educação públicas, por exemplo, e políticas, com o respeito ao direito ao voto e de formação de oposição. Esse processo, então, estaria relacionado não só ao crescimento econômico, mas, sobretudo, com a melhoria de vida e das liberdades dos cidadãos. Já a segunda dimensão, pode ser resumida pelas análises de Sirowy e Inkeles (1990), Treisman (2020), Peeler (1998), Przeworski e Limongi (1993), Dasgupta (1990) e Acemoglu et al. (2008), entre outros, que concluem que instituições democráticas correlacionam-se positivamente com desenvolvimento, mas não apresentam relação causal entre si, embora esse tipo de análise, conforme os autores, sofra restrições metodológicas que não permitem um teste estatístico efetivamente robusto<sup>10</sup>.

O segundo debate, isto é, a proposição de agendas desenvolvimentistas democráticas, também pode ser dividido em duas dimensões. Se por um lado um grupo de pesquisas busque propor estratégias desenvolvimentistas com face democrática (BRESSER-PEREIRA, 2009; 2016A; 2016B; WHITE 1998; EDIGHEJI, 2005; 2010; EVANS, 2010; 2011), há, ainda,

---

<sup>9</sup> Ver Przeworski e Limongi (1997); Przeworski et al. (2000); Landman (1999); Inglehart e Welzel (2009a; 2009b); Sirowy e Inkeles (1990); Peeler (1998); Haan e Siermann (1996); Dasgupta (1990); Wallerstein (2002); Munck e Verkuilen (2002); Acemoglu et al. (2008).

<sup>10</sup> Há, entretanto, uma parcela de autores que defendem que existe sim um efeito causal do desenvolvimento sobre a democracia, como sugere Boix (2011).

autores que se debruçam na análise se tais agendas não seriam incompatíveis (HAGGARD, 2004, 2018; WADE, 1990, KELSALL e BOOTH, 2010; EVANS, 2010), pois a maioria das experiências desenvolvimentistas do século XX transcorreu em governos autoritários (FRITZ e MENOCA, 2007; VU, 2007). A partir destes trabalhos, é possível afirmar que não há uma relação causal entre desenvolvimentismo e regimes políticos, o que abriu caminho para análises de como tais regimes impactariam a política desenvolvimentista.

Nesse sentido, Kelsall e Booth (2010) apontam que a democracia é vista frequentemente como um obstáculo para a emergência de Estados desenvolvimentistas, devido ao caráter instável imposto pelos mandatos políticos. Já Sandbrook et al. (2007) sublinham que é errado inferir que governos autoritários sejam, a priori, mais estáveis. Além disso, se Musamba (2010), Evans (2010; 2011) e Haagard (2004) sustentam que a democracia promoveria uma maior capacidade estatal, criando resultados mais robustos, Diniz (2013), por outro lado, defende que a democracia não se traduz automaticamente em maior capacidade estatal. A autora argumenta que não há dúvida de que o aperfeiçoamento da democracia é fundamental para a formulação de um projeto desenvolvimentista adequado ao século XXI, mas que há o risco de descompasso entre o fortalecimento da democracia e a baixa capacidade estatal na provisão de serviços públicos, o que poderia dificultar o esforço desenvolvimentista. Apesar dos diversos desencontros, há certo consenso de que as experiências dos Estados desenvolvimentistas proporcionaram, além do crescimento econômico, um aumento na qualidade de vida de grande parte da população, independentemente de seus regimes políticos (WADE, 1990; LEFTWICH, 1995; FRITZ e MENOCA, 2007; LIN e MONGA, 2011).

Por outro lado, Fonseca (2015) percebe em sua imersão no estado da arte do desenvolvimentismo que diversos autores que se debruçam sobre o tema<sup>11</sup> concebem o desenvolvimentismo como fenômeno próprio de economias capitalistas e que a maior parte deles salienta que os governos precisam constituir uma coalizão de classes para executá-lo. Tal coalizão, porém, apesar de ser uma variável recorrente, não é tão analisada quanto às outras. Isto é, ela é bastante mencionada, mas pouco aprofundada, não havendo uma ponderação de como surge e é sustentada na condução do Estado desenvolvimentista. Além disso, quando observada com mais profundidade, a literatura costuma explorar como foi a formação desse

---

<sup>11</sup> Tais como Schneider (1999), Gurrieri (1980), Rodríguez (2009), Johnson (1999), Evans (1992), Chang (1999), Bresser-Pereira (2006), Fonseca e Salomão (2017).

pacto em estados autoritários ou imaginar como ele seria atualmente, sem, contudo, atentar para as experiências históricas de desenvolvimentismo com democracia<sup>12</sup>.

Uma vez que o desenvolvimento é um processo social no qual as relações entre grupos e classes sociais determinam a extensão das mudanças estruturais e sociais (CARDOSO e FALETTO, 1970) e que o desenvolvimentismo pressupõe, por ser um movimento contra hegemônico, uma estratégia de desenvolvimento nacional que integre atores, segmentos e classes para viabilizar por meio do Estado a visão de futuro desenvolvimentista<sup>13</sup> (CHANG, 1999; HAGGARD, 2018), é inusitado constatar que a maior parte dos estudos sobre o tema se limitam a observar os casos desenrolados em Estados autoritários. É nesse sentido que a tese pretende colaborar com o debate e, se possível, apontar saídas para o que Fonseca e Salomão (2017) caracterizam como o maior desafio do desenvolvimentismo atualmente, isto é, refazer uma aliança política capaz de lhe dar sustentação no regime democrático.

Propor como problema de pesquisa a análise da construção de estratégias de desenvolvimento alternativas ao paradigma liberal e utilizar governos desenvolvimentistas na América Latina como estudo de caso não significa olhar para as experiências passadas como um objeto histórico, mas sim com a pretensão de apreender padrões e diferenças que forneçam não apenas hipóteses de como essas variáveis operaram especificamente em cada país, mas também generalizações sobre como elas se apresentam no contexto latino-americano. Somente dessa forma será possível refletir seriamente sobre um desenvolvimentismo próprio ao século XXI.

Também faz-se necessário apontar como será trabalhado o terceiro conceito central da tese, isto é, a democracia. Assim como os outros fenômenos apresentados anteriormente, a definição do que é ser democrático não está imune à controvérsia. Ao contrário, ela pode variar, por exemplo, desde uma concepção procedimental<sup>14</sup> minimalista, limitada à existência ou não de arranjos institucionais que possibilitem a tomada de decisões políticas através de eleições competitivas (SCHUMPETER, 1961; PRZEWORSKI et al., 2000; ALVAREZ et al., 1996;

---

<sup>12</sup> Tendo em vista o debate brasileiro recente entre novo e social-desenvolvimentismo, cabe destacar a pouca atenção aos condicionantes que o regime democrático impõe à formulação da estratégia desenvolvimentista. Nesse sentido, os autores contrapõem políticas econômicas sem considerar os requerimentos necessários para sua implementação e estabilidade. Para mais informações sobre o debate desenvolvimentista recente no Brasil, ver Bresser-Pereira (2006; 2016a), Bastos (2012), Carneiro (2010), Oreiro e Paula (2012), Oreiro (2012), Paula (2005).

<sup>13</sup> Isto é, como argumenta Diniz (2013, p. 14), para a execução de políticas desenvolvimentistas é necessário que o Estado tenha uma agenda compartilhada fruto de uma construção política formada de “sólidas conexões com os atores privados estratégicos e demais segmentos da sociedade civil de forma a garantir o respaldo social e político necessários para alcançar os objetivos almejados”.

<sup>14</sup> Procedimental, pois se preocupa mais com o processo político em si e não com seus resultados (MUNCK, 2009).

DAHL, 1997), até uma abordagem mais abrangente, que percebe o sistema político democrático como inteiramente responsivo às preferências, externadas livremente, dos cidadãos considerados politicamente iguais e que busca a igualdade socioeconômica destes, bem como a expansão de sua participação política (MERKEL, 2014). Embora a primeira visão tenda a reduzir o processo democrático ao ato de votar, pode haver certa flexibilização, como para Dahl (1997), que entende o direito ao voto como uma variável tão importante como a liberdade de expressão e de formar organizações.

De acordo com Collier e Levitsky (1997), a segunda abordagem encontra menos consenso na literatura. A predominância do enfoque procedimental não impediu, contudo, a diversificação do conceito; ainda mais após a terceira onda de democratização, a partir da qual surgiram regimes políticos tão distintos entre si, mas que compartilhavam alguns atributos da democracia. Conforme os autores, esse quadro levou os pesquisadores a aumentar a diversidade conceitual a fim de capturar os diferentes regimes que surgiram ao mesmo tempo em que se preocupavam com o potencial alargamento conceitual que esse exercício poderia acarretar.

Nesse sentido, Sartori (1994) não apenas minimiza a utilidade da variedade conceitual, como acredita que ela torna o conceito nebuloso. Para o autor, identificar a democracia como social ou industrial, por exemplo, não tem sentido, pois a democracia é um conceito político, de modo que a “democracia política” (essencialmente, o processo eleitoral) é o instrumento e condição indispensáveis a qualquer democracia.

Por último, convém conceitualizar o marco teórico Polanyiano utilizado na tese. Conforme Polanyi (1980), o capitalismo estaria em permanente conflito entre forças pró-mercado e sua oposição. Isto é, na medida em que o mercado autorregulado se expande, afetando negativamente diferentes grupos sociais, contra-movimentos emergem para limitar o seu alcance. Isso forja o que o autor define como um duplo movimento, puxado, por um lado, pelo mercado, e por outro, pelo uso do Estado para proteger os grupos sociais deslocados pelo mercado. Deste modo, como pontuam Bohle e Greskovits (2012), as sociedades oscilam gradualmente entre configurações institucionais mais ou menos mercantilizadas e/ou social e politicamente inclusivas.

## **1.2 Metodologia**

A tese combina dois arcabouços metodológicos: estudo de caso longitudinal e estudo comparativo. O estudo de caso longitudinal, conforme Yin (2018), permite observar o mesmo caso em diferentes pontos do tempo, avaliando como certas condições e seus processos

subjacentes mudam ao longo do tempo. Nesse sentido, o estudo de caso longitudinal pode se concentrar tanto em períodos predeterminados por mudanças esperadas quanto em tendências de longa duração. Na presente tese, o primeiro e o último artigos o utilizam para analisar, respectivamente, o Chile e o Brasil.

Já a relação entre democracia e desenvolvimentismo será analisada a partir do método comparativo, cotejando experiências desenvolvimentistas democráticas e autoritárias. Segundo Bendix (1963), os estudos comparativos possibilitam a compreensão dos grandes processos sociais (por exemplo, a burocratização e a urbanização) e de seu conjunto de soluções. Devido a sua tendência em se expandir para diversas regiões, o autor identifica esses processos como *universais sociológicos*. Contudo, apesar de universais, eles não se desenvolvem de maneira homogênea nas diversas regiões que abrangem, mas adquirem, ao contrário, um sentido particular relativo, entre outros fatores, aos grupos sociais, conjuntura histórica e especificidades nacionais dos contextos nos quais se apresentam. O estudo comparado serviria, assim, ao propósito de identificar as singularidades que determinam o sentido local dos *universais*. Esse esforço dificulta generalizações superficiais na análise ao mesmo tempo em possibilita a formação de proposições “que são verdades para mais de uma sociedade, mas não para todas as sociedades” (BENDIX, 1963; p. 539).

Deste modo, o segundo artigo tem como casos a serem trabalhados, os governos radicais no Chile (cujos presidentes são Pedro Aguirre Cerda, Juan Antonio Ríos e Gabriel González Videla) e a experiência do Partido Revolucionário Institucional no México (hegemônico no período delimitado pelo presente estudo). A escolha dos casos justifica-se por apresentarem diversas semelhanças, como, por exemplo: na trajetória histórica pré-desenvolvimentismo, marcada pela colonização espanhola e por um processo de independência similar; na estrutura produtiva, baseada na exportação de produtos primários, e na inserção geopolítica, caracterizada por crescentes laços de dependência com os Estados Unidos no século XIX, consolidados no século XX. No entanto, no caso da presente tese, uma diferença entre os dois casos mostra-se fundamental para a seleção destes países: o nível de democracia. Nesse sentido, a experiência dos governos radicais no Chile caracteriza-se pela estabilidade do regime democrático, enquanto a experiência do PRI mexicano se destaca pela manutenção do regime autoritário.

A análise dos casos a serem comparados será baseada em técnicas de *process-tracing*. Conforme George e Bennett (2005), o mapeamento de processo deve ser utilizado quando se pretende identificar e analisar mecanismos causais que conectam as variáveis independente à dependente. Beach e Pedersen (2013) apontam que a diferença entre *process-tracing* e outras

formas de estudo de caso é que, enquanto no primeiro o foco repousa na compreensão dos mecanismos causais de um determinado resultado de interesse (*outcome*), o segundo investiga a correlação entre X e Y. Essa diferença faz com que os estudos de caso baseados em *process-tracing* não possam ser apresentados de forma narrativa, mas sim como um teste passo-a-passo de cada parte do mecanismo causal. Assim, Gerring (2007) defende um processo de pesquisa dedutiva em dois estágios, no qual o primeiro esclarece o argumento teórico, e o segundo verifica empiricamente cada estágio desse modelo.

### **1.3 Estrutura da tese**

Devido à opção pela modalidade de três artigos, a tese é dividida em cinco capítulos. Após esta breve introdução, são apresentados, em capítulos separados, cada um dos artigos publicados. Os artigos publicados em inglês foram traduzidos para o português pela autora. Após a apresentação dos artigos, são tecidas considerações finais sobre a pesquisa apresentada.

O primeiro artigo, “Nacional, democrático e social: o desenvolvimentismo chileno durante os governos radicais”, analisa as especificidades dos governos desenvolvimentistas e radicais no Chile entre 1938 e 1952. O artigo foi publicado pela Revista de Economia Política (Qualis CAPES A1) em 2021.

O segundo artigo, “Regimes desenvolvimentistas e partidos de centro-esquerda na América Latina: avaliando o papel das instituições políticas” discute como as instituições políticas afetaram o desempenho econômico e as consequências sociais dos Regimes Desenvolvimentistas liderados por partidos de centro-esquerda no Chile e no México. O artigo foi publicado pela Latin American Perspectives (Qualis CAPES A2) em 2023.

O terceiro artigo, “A economia política do neoliberalismo no Brasil: uma interpretação polanyiana”, utiliza um referencial teórico de inspiração polanyiana para comparar as estratégias político-econômicas adotadas pelos governos brasileiros após a redemocratização. O artigo foi publicado pela Third World Quarterly (Qualis CAPES A1) em 2021.

## 2. ARTIGO 1: NACIONAL, DEMOCRÁTICO E SOCIAL: O DESENVOLVIMENTISMO CHILENO DURANTE OS GOVERNOS RADICAIS<sup>15</sup>

Julia Veiga Vieira Mancio Bandeira e Pedro Perfeito da Silva

A primeira experiência desenvolvimentista chilena ocorreu durante os quatorze anos (1938-1952) de governos democráticos do Partido Radical. Tal partido, apesar de ser formado pelas classes médias, tinha a questão social e a diminuição da dependência externa como preocupações centrais. Assim, o objetivo do presente artigo é entender as especificidades dos governos desenvolvimentistas e radicais no Chile, partindo do argumento que eles perseguiram, concomitantemente, a construção de um desenvolvimentismo nacional, democrático e social. Para tanto, será explorado o conceito de desenvolvimentismo em si, para então, analisar a política econômica do período. **Palavras-chave:** Desenvolvimentismo; Chile; Partido Radical.

### 2.1 Introdução

Ao contrário da experiência asiática e, por vezes, da latino-americana, o desenvolvimentismo chileno deu-se dentro dos marcos democráticos. Os primeiros governos desenvolvimentistas no Chile, apesar de decorrerem de alianças de amplo espectro ideológico, eram encabeçados pelo Partido Radical (PR), o qual tinha a questão social e a diminuição da dependência externa como preocupações centrais. A manutenção da democracia engendrou um desenvolvimentismo particular, na medida em que estes governos tiveram que lidar com diversos atores fortes e independentes entre si para formular e implementar suas políticas.

Dessa maneira, o objetivo do presente artigo é compreender as especificidades dos governos radicais no Chile, entre 1938 e 1952. Parte-se do argumento principal de que tal experiência foi excepcional, pois perseguiu, concomitantemente, a construção de um desenvolvimentismo nacional, democrático e social.

A caracterização de tais governos como desenvolvimentistas parte de Fonseca (2014), de modo que será analisada apenas sua feição. Para isso, inicialmente, será explorado o conceito de desenvolvimentismo. Depois, traçar-se-á um quadro geral sobre o contexto que antecedeu os governos radicais, para, então, passar ao detalhamento das características do desenvolvimentismo do período.

---

<sup>15</sup> Artigo publicado na Revista de Economia Política (ISSN: 1809-4538), em sua edição n. 41, em 2021. O periódico foi avaliado com Qualis CAPES A1 na avaliação do quadriênio 2017-2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3060>.



## 2.2 Desenvolvimentismo: conceito, intencionalidade e subtipos

Dado que o principal objetivo deste artigo é avaliar o caráter desenvolvimentista dos governos radicais no Chile, a tarefa inicial é apresentar o conceito de desenvolvimentismo. Nesse sentido, Fonseca (2014) realiza um esforço de definição a partir do mapeamento dos diversos autores que discutem o tema para, após isso, contrapor o conceito construído com a experiência histórica de uma série de governos latino-americanos. Vale dizer também que aqui, como em Fonseca (2014), o desenvolvimentismo será tratado como um fenômeno do mundo material, representado por diversas políticas econômicas, articuladas em torno de um núcleo comum.

Segundo o autor, o conceito de desenvolvimentismo baseia-se em três atributos: i) a existência de um projeto deliberado ou estratégia de superação do “atraso”, tendo como objeto a nação e seu futuro; ii) a intervenção consciente e deliberada do Estado, utilizando políticas econômicas instrumentais e/ou institucionais para alcançar os fins estabelecidos pelo projeto; e iii) a industrialização, enquanto caminho para o desenvolvimento da economia nacional. Somente será caracterizado como desenvolvimentista o governo que apresentar concomitantemente todos esses atributos.

A observação prática dessas características na experiência histórica pressupõe a intencionalidade na ação governamental. A leitura de Fonseca (2003, 2014) permite a separação teórica das duas dimensões de uma política econômica desenvolvimentista: i) a formulação de um projeto político, econômico e social que atenda os três atributos do núcleo comum, e que se desdobre em um conjunto de medidas e instituições postas em prática; e ii) a obtenção de resultados em pontos fundamentais como produção industrial, formação bruta de capital, desenvolvimento de setores estratégicos em território nacional, entre outros. A caracterização de um governo enquanto desenvolvimentista passa, quase que exclusivamente, pela primeira dimensão, de modo que não basta o bom desempenho na segunda, sem que se observe intenção prévia na orientação da intervenção estatal. Nesse sentido, uma política econômica desenvolvimentista “não é errática nem apenas reativa aos ciclos ou às flutuações inerentes à conjuntura, mas formulada em consonância a uma pretensão de interferência em seu curso, em busca de uma trajetória previamente definida.” (FONSECA; CUNHA; BICHARA, 2013, p. 412)

Após a definição do conceito de desenvolvimentismo, há que se tratar do lugar das políticas instrumentais nessa discussão. Segundo Fonseca (2014), a política econômica abrange três dimensões: i) políticas-meio ou instrumentais – como a cambial, a fiscal e a monetária -

voltadas à estabilidade macroeconômica; ii) as políticas-fins – como a industrial – que se concentram em áreas específicas; e iii) as políticas institucionais, que afetam as regras do jogo por meio de mudanças legais e regulatórias e de criação de órgãos públicos e empresas estatais. Ao analisar o caso brasileiro da Era Vargas (1930-1945), Fonseca (2003) concentra a sustentação da hipótese da intencionalidade nas duas últimas dimensões, contrapondo-se à teoria dos choques de adversos de Celso Furtado (1977), para a qual o avanço do setor industrial brasileiro na década de 1930 tratou-se de um subproduto benéfico de políticas instrumentais voltadas à defesa do setor exportador (cafeeiro) e à reposição do equilíbrio externo e orçamentário. Para o primeiro autor, “as políticas-meio às vezes não permitem que se detecte intencionalidade” (FONSECA, 2014, p. 17).

Dessa maneira, no exemplo brasileiro, a intencionalidade decorreria de uma série de políticas-fins e institucionais como: a reforma tributária de 1934, a facilitação da importação de bens de capital junto aos Estados Unidos em 1935, a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em 1937, a criação do Conselho Nacional do Petróleo, da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce, diversas mudanças nos direitos de propriedade (Código de Minas e Código de Águas), o fortalecimento da burocracia estatal (via criação do Departamento Administrativo do Serviço Público), a legislação trabalhista, a reforma educacional, entre outras medidas.

Não obstante, a execução das políticas instrumentais também pode se dar em um sentido coerente com a estratégia desenvolvimentista. Por exemplo, Laan, Cunha e Fonseca (2012) analisam a política cambial ao longo da Era Vargas e concluem que a implementação de um conjunto de reformas institucionais, tais como o regime cambial baseado em taxas múltiplas, serviu ao propósito industrializante, pois permitiu o direcionamento da maior parte das receitas em moeda estrangeira advindas das exportações para o pagamento de importações de bens de capital estratégicos para o desenvolvimento industrial doméstico.

A partir do artigo em questão, depreende-se que a identificação de um sentido desenvolvimentista em políticas-meio está associada a um conjunto de mudanças institucionais que as subordinem a objetivos industrializantes, potencializando políticas-fins e institucionais. Ainda assim, a experiência histórica não exclui a possibilidade de um governo desenvolvimentista conciliar políticas instrumentais restritivas, encarando o equilíbrio macroeconômico de curto prazo como condição para a sustentabilidade de uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazo.

Há ainda outros atributos que não compõem o núcleo duro do conceito, mas que aparecem com frequência na obra de diversos autores. Tendo em vista a experiência chilena,

destacam-se os seguintes atributos: bancos de desenvolvimento (AMSDEN, 1991), burocracia econômica de elite encabeçada por um organismo institucional piloto (WADE, 1999), canais institucionalizados para negociação de metas e políticas entre governo e empresários industriais (EVANS, 2004), dentre outros.

Além dos atributos citados acima, Fonseca (2014) identifica a possibilidade de subtipos de desenvolvimentismo, que atendem os três atributos do conceito clássico, porém apresentam características específicas. No que tange aos objetivos do presente estudo, vale à pena destacar a existência de três antinomias, as quais opõem dois estilos de desenvolvimento tais como: i) nacional *versus* dependente-associado; ii) autoritário *versus* democrático; iii) baseado em um padrão de crescimento puxado pelos lucros *versus* lastreado em um padrão de crescimento puxado pelos salários.

A primeira antinomia remonta aos trabalhos de Cardoso e Falleto (1970) e Cardoso (1971), os quais caracterizam governos como Vargas e Perón como exemplos de nacional-desenvolvimentismo, bem como o governo Frondizi como um caso de desenvolvimentismo dependente-associado. No primeiro subtipo, o Estado seria o ator fundamental, com capacidade de captar a poupança forçada em torno de uma estratégia voltada à produção de bens de consumo para os trabalhadores, liderada pelo capital privado nacional, com o objetivo de alcançar a produção de bens intermediários e de capital. Em termos políticos, isso passaria por uma coalizão assentada em segmentos médios (a burocracia, inclusive), empresários nacionais e trabalhadores urbanos. Já no segundo subtipo, o capital estrangeiro seria o principal ator, liderando, em associação com o Estado e o capital privado nacional, uma estratégia de industrialização restritiva, centrada na indústria pesada e de bens de consumo duráveis. Politicamente, a demanda majoritariamente originada em camadas de renda mais elevada implicaria uma influência menor dos trabalhadores e suas organizações.

Passando à segunda antinomia, Herrlein Junior (2014) investiga as características de um Estado desenvolvimentista construído a partir da democracia. De acordo com o autor, nesse contexto, um regime político baseado na democracia e no pluralismo poderia viabilizar, junto a outros elementos tais como a democracia deliberativa, o desenvolvimento endógeno de Furtado (1984), a expansão das capacidades humanas (SEN, 1999) e a democratização dos mercados (UNGER, 2008). Esse arranjo institucional contrasta com a experiência desenvolvimentista do Leste Asiático. Sobre esta, Wade (1999) destaca o virtual monopólio do poder político por parte de algum partido ou instituição política durante longo período, bem como o caráter autoritário dos regimes políticos existentes na região, baseados na exclusão política dos segmentos populares.

Há ainda a antinomia relacionada ao padrão de crescimento associado à política econômica desenvolvimentista. Esse debate é apresentado de forma sistemática em Ferrari Filho e Paula (2015) e Ferrari Filho e Fonseca (2015), expondo estilos de desenvolvimento assentados em um padrão (ou regime) de crescimento liderado pelos lucros (*profit-led growth*) ou pelos salários<sup>16</sup> (*wage-led growth*). Segundo Bhaduri e Marglin (1990), o primeiro caracteriza-se pelo fato de que uma maior participação dos lucros na renda resulta em um aumento no crescimento econômico, enquanto no segundo tal objetivo é atingido a partir de uma participação mais elevada dos salários. Há ainda o chamado *export-led growth*<sup>17</sup>, que seria um tipo de regime *profit-led growth*, dado que contém os salários e a demanda doméstica, incentivando as exportações por meio das políticas cambial e industrial (HEIN, 2013).

Tendo em vista à explicação do sucesso de uma estratégia nacional de desenvolvimento, Ferrari Filho e Fonseca (2015) sublinham que um padrão de crescimento apenas se configura e é bem-sucedido se a expansão dos salários ou das exportações (variáveis desencadeadoras) for capaz de gerar expectativas positivas frente aos lucros, engendrando um maior nível de investimento. Nesse sentido, se a constituição de um padrão de crescimento é fruto de uma política econômica deliberada, ao mesmo tempo, tal decisão é condicionada por diversas variáveis como contexto político, restrições externas e padrão tecnológico vigente.

Além disso, os autores resgatam Keynes (1996) ao destacar que as decisões privadas de investimento dependem de expectativas formadas em bases frágeis a respeito de fatores como demanda futura, grau de confiança, taxa de juros, convenções, dentre outros. Dessa maneira, a ausência de uma relação virtuosa do regime *wage-led growth* com o investimento privado pode levar ao fenômeno do *profit-squeeze*, no qual a compressão da margem de lucro prejudica a trajetória de acumulação de capital.

Por fim, há ainda duas dificuldades enfrentadas pelo padrão de crescimento liderado pelos salários. Em primeiro lugar, o pleno emprego, que costuma ser um dos objetivos do regime *wage-led growth*, costuma não ser bem recebido pelos capitalistas, ainda mais quando se converte em uma política de longa duração e oriunda de intervenção estatal tanto na

---

<sup>16</sup> De acordo com Carneiro (2012), Bastos (2012) e Rossi (2015), uma estratégia de desenvolvimento assentada em um padrão *wage-led growth* se caracteriza pela subordinação às metas do desenvolvimento social, pela ampliação do consumo de massas, pela centralidade do mercado interno, pela redistribuição de renda como fator dinâmico, pelo crescimento dos salários acima da produtividade (em um primeiro momento) e pela ampliação do crédito.

<sup>17</sup> Bresser-Pereira (2011, 2012), Bresser-Pereira e Gala (2010) e Oreiro e Paula (2007; 2012) chamam atenção para o fato de que a combinação entre crescimento salarial acima da produtividade e taxa de câmbio sobrevalorizado levaria a um contexto de taxa de lucro insatisfatória, prejudicando o investimento privado e a expansão do estoque de capital (fenômeno do *profit-squeeze*); sendo necessário focar, então, em um crescimento baseado nas exportações.

produção direta quanto na regulação do mercado de trabalho (KALECKI, 1987). Em segundo lugar, em um regime político democrático, a dupla ordenação dos recursos – fruto das decisões privadas dos proprietários e das escolhas sociais impostas pelo Estado – aprofunda a tensão entre Estado e mercado, podendo instabilizar a formação das expectativas dos capitalistas, afetando negativamente o investimento privado (PRZEWORSKI, 1989).

### **2.3 O panorama chileno pré-desenvolvimentismo**

Os anos entre 1925 e 1973 foram, para a história chilena, de profundas transformações. O período, incrustado entre a dissolução do Estado oligárquico e a queda da democracia, presenciou a transição do parlamentarismo ao presidencialismo, o declínio dos partidos tradicionais, a ascensão dos partidos de esquerda, a substituição da exclusão política pela expansão dos direitos políticos e sociais, o início da industrialização e a modernização do Estado chileno. Portanto, para entendermos o modelo de desenvolvimentismo que se formou nos governos radicais é necessário olhar, previamente, para o contexto que o antecedeu.

O sistema parlamentar instituído no Chile em 1891, e que perdurou até 1925, é consequência direta da guerra civil travada no mesmo ano. Os trinta e quatro anos da República Parlamentarista foram caracterizados: i) pela supremacia do Legislativo, e, portanto, dos interesses da oligarquia; e ii) pela economia à mercê das expansões e crises da indústria salitreira, visto que o período está intimamente relacionado com o ciclo do salitre (1880-1930). Nesse sentido, como pontua Meller (1996), a exportação do salitre era a principal fonte de recursos do país, representando em torno de 30% do PIB e 70% das exportações totais. A exploração do minério, contudo, estava, predominantemente, em mãos estrangeiras, sendo a receita incorporada pelo Estado chileno oriunda apenas da tributação da exportação, de modo que a cada cem pesos de nitrato produzido, menos de cinquenta centavos permaneciam no país (CRUZ, 1973).

Nos termos de Cardoso e Faletto (1970), tal característica configura uma economia de enclave, na qual o capital de investimento do setor exportador origina-se no exterior e é incorporado aos processos produtivos locais através do pagamento de salários e taxas. Devido a isso, a exploração do salitre teve baixo impacto sobre o desenvolvimento do sistema produtivo local (MELLER, 1996).

A fabricação de nitratos sintéticos na Alemanha e nos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial levou ao declínio do salitre, pouco competitivo frente aos baixos preços dos

produtos sintéticos. Nesta conjuntura, a Crise de 1929 conferiu o golpe final à hegemonia do minério, fazendo sua exportação cair 95% (ARRIZABALO, 1995). A diminuição do peso do salitre foi compensada pela crescente exportação de cobre. Não obstante, tal exploração também estava, majoritariamente, nas mãos de empresas estrangeiras, as quais pagavam módicos impostos, deixando no país apenas uma pequena parte do valor produzido (MONTEÓN, 1982). Meller (1990) pontua que a substituição de um minério para outro não evitou, então, que o país fosse o mais atingido pela Crise de 1929 na América Latina. Assim, entre 1929 e 1932, o PIB caiu 38,3% e o PIB per capita 60%, já o nível das exportações e das importações declinou 78% e 83%, respectivamente.

Apesar da riqueza perdida pelo enclave, é inegável que a exportação de minérios dinamizou, no início do século XX, a estrutura social do país ao estimular a urbanização e uma incipiente industrialização (PALMA, 1984). Tais processos ocorreram, contudo, de forma desordenada, gerando uma relevante classe trabalhadora que vivia e trabalhava em péssimas condições. Esse quadro alimentou uma crescente organização e mobilização sindicais, fazendo com que a tensão social permeasse todo o período da República Parlamentarista (MORRIS, 2000).

Vial (1981) aponta que embora o surgimento da classe trabalhadora como um ator político seja o fato de maior importância histórica no país na virada do século, o regime oligárquico permaneceu impermeável a ela. Isso não só contribuiu com a expansão da mobilização, fazendo com que o Chile conformasse um movimento sindical forte e organizado pelo menos uma década antes de seus vizinhos<sup>18</sup> (GREZ, 2000), como também fomentou uma viragem ideológica nestes movimentos. Assim, se inicialmente eles não transcendiam o debate salarial, a partir da década de 1920 passaram a adotar uma orientação socialista, vinculando-se, principalmente, ao Partido Operário Socialista – antecessor do Partido Comunista (MUÑOZ, 1986).

Além do crescimento da classe trabalhadora, a classe média em expansão também se transformou em um fator de desestabilização do regime oligárquico, na medida em que passou a buscar uma ampliação no espaço que ocupava no Estado. Essa conjuntura, combinada com a crise econômica impulsionada pela queda do salitre depois da I Guerra Mundial, enfraqueceu

---

<sup>18</sup> Ackermann (1970) aponta que isso vai ter um impacto importante no processo de industrialização, pois, enquanto a classe trabalhadora do Brasil, por exemplo, estava em formação, facilitando a intervenção do Estado em seus interesses, a do Chile já tinha uma tradição de luta e estava organizada politicamente, impondo-se como um ator dificilmente manobrado pelo Estado e empresários. Um exemplo da precoce organização dos trabalhadores chilenos é que, entre 1890 e 1925, registrou-se uma média de nove greves por ano. Entre as mobilizações mais importantes estão a greve portuária de Valparaíso (1903), a “greve da carne” de Santiago (1905), a greve geral de Antofagasta (1906) e a “grande greve” de Tarapacá (1907). (GREZ, 2000).

a oligarquia tradicional e forjou uma incipiente aliança entre a classe média emergente e os trabalhadores organizados (BENAVIDES, 1982).

Foi através do apoio dessa aliança antioligárquica que Arturo Alessandri Palma, do Partido Liberal, elegeu-se presidente em 1920. Durante seu governo, porém, Alessandri oscilou entre atender e reprimir demandas sociais, tanto pelos empecilhos colocados pelo Congresso quanto por sua origem liberal e oligárquica (SUBERCASEAUX, 2009) – alinhando-se mais com a classe média e com os militares do que com os trabalhadores (FAUNDEZ, 2007). O Congresso, aliás, legitimado pela estrutura parlamentarista, era um importante obstáculo à presidência, fazendo de Alessandri um grande crítico desta forma de governo. Foi somente com a dissolução do parlamentarismo que o presidente conseguiu avançar em sua agenda.

Desde sua posse, Alessandri tentou aprovar no Congresso diversas leis destinadas à regulamentação do trabalho, no entanto, os parlamentares postergavam todas as votações, concentrando-se “on their favorite pastime of bringing down cabinets” (FAUNDEZ, 2007). A relação entre Executivo e Legislativo chegou ao limite em 1924, levando a um quadro de paralisia decisória em decorrência da resistência do Congresso em votar o orçamento. Nessa conjuntura, Alessandri solicitou aos militares, que tinham o aumento de seus salários em jogo, que mediassem a situação. Com a presença destes no parlamento, os congressistas prontamente aprovaram todas as contas do governo (GIL, 1966). Não obstante, a porta aberta por Alessandri não foi o suficiente para satisfazer as forças armadas, que, pouco tempo depois, depuseram-no.

Apesar disso, devido a cisões no comando militar, após alguns meses, Alessandri conseguiu voltar à presidência com a ajuda de um setor dos militares. É a partir dessa aliança que se estruturou a Constituição de 1925, que aboliu o parlamentarismo e fortaleceu o Executivo. Todavia, a instituição do presidencialismo não significou estabilização política, ao contrário, nos dez anos seguintes nenhum presidente concluiu seu mandato e a dissolução de ministérios permaneceu tão frequente quanto antes (FAUNDEZ, 2007).

Além da instabilidade política, as décadas de 1920 e 1930 também foram marcadas pela crise econômica resultante tanto da derrocada do salitre, pela produção de sua versão sintética, quanto da Crise de 1929. Isso gerou a busca por um modelo econômico menos vulnerável que a exportação de commodities, dando início à estratégia de substituição de importações (PALMA, 1984). Meller (1996) aponta que essa reorientação econômica não foi por motivos ideológicos, mas sim, pela imposição da natureza e gravidade dos problemas econômicos gerados pela Grande Depressão, que colocaram à necessidade de diminuir a dependência ao setor externo. Contudo, a fragilidade dos governos que se seguiram e a conjuntura econômica dificultaram o estabelecimento de políticas para efetivar esse processo. Será apenas com a

ascensão dos governos radicais que isso mudará, dando início ao ciclo desenvolvimentista chileno.

#### **2.4 O desenvolvimentismo radical (1938-1952)**

O Partido Radical (PR) foi criado em 1888, sendo o primeiro partido chileno a ter programa e estatuto escritos. Nestes, estabelecia como pressupostos fundamentais i) o direito de sufrágio; ii) a liberdade individual; iii) a separação da Igreja do Estado; iv) a independência do Judiciário; v) o ensino primário gratuito, laico e obrigatório, e vi) a melhora da condição legal das mulheres e dos trabalhadores. Em matéria econômica, apesar de originalmente alinhado aos ideais do liberalismo, com o início do século XX, o radicalismo passou a defender a expansão da ação estatal.

Essa reorientação ideológica foi abraçada em sua terceira Convenção Nacional, em 1906. A partir desse momento o partido reconhece a existência da luta de classes, ainda que recuse o marxismo como ideologia e rechace as ditaduras de qualquer tipo. Ao contrário, passa a defender um reformismo, em que o Estado atue de forma a diminuir as desigualdades sociais (PARTIDO RADICAL, 1906, p. 1).

A expansão do Estado também se justificava pela necessidade de uma maior intervenção na economia. Tal visão também foi sustentada na Assembleia Radical de Santiago, em 1936, quando se destacou que as riquezas do país haviam passado às mãos do capitalismo estrangeiro, que ao desfrutar de “privilégios irritantes”, estaria aniquilando e humilhando o país (PARTIDO RADICAL, 1936a, p. 2).

Com essa reorientação em seu discurso, o Partido Radical tornou-se no início do século XX a terceira maior força política do país, atrás dos Liberais e dos Conservadores. Porém, a partir da década de 1920, com a crise da oligarquia, passa a conquistar mais espaço. Em uma época de eleitorado estreito e dominação da política pela oligarquia, o PR diferenciava-se por ter uma base composta por setores da classe média (FAUNDEZ, 2007).

Foi através deste quadro que o PR formou o que Alessandri falhou em concretizar: uma genuína aliança entre a classe média e os trabalhadores. Isso foi possível, em 1936, através da criação da Frente Popular, uma aliança eleitoral que uniu os partidos Radical, Socialista, Comunista, Democrático e Radical Socialista, além da *Confederación de Trabajadores de Chile* (CTCH) e do *Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile* (MEMCH).



Mesmo tendo existido brevemente, a Frente Popular permitiu ao partido que tomasse as rédeas da política nacional, mantendo-se no Palácio de La Moneda por três governos sucessivos.

## **2.5 A face democrática**

A tríade de governos radicais iniciou-se com a eleição de Pedro Aguirre (1938-1941) pela já citada Frente Popular. Em um período de Frentes Populares antifascistas na Europa, o Chile foi o único país latino-americano a estabelecer um governo neste modelo. Conforme Aggio (2002), ainda que a Frente não tenha representado uma revolução política e social, ela significou uma virada profunda na história contemporânea do Chile, pois o Estado passou a agir como promotor do desenvolvimento econômico e da justiça social. O autor sublinha também que a Frente foi uma inovação no cenário latino-americano, uma vez que a modernização e industrialização almejadas ocorreram a partir de uma coalizão de centro-esquerda e em um contexto democrático.

Apesar da dissolução da Frente em 1941, o período radical deve ser compreendido a partir da manutenção das forças que assumiram o poder, em 1938, e do relativo consenso em torno de temas como a industrialização e o papel do Estado na economia. Por todo o período, houve, então, a consciência dos atores na persecução de um projeto desenvolvimentista (AGGIO, 1997). Assim, tal qual Fonseca, Cunha e Bichara (2013) caracterizaram a política econômica desenvolvimentista, a política dos governos radicais não foi errática e, mesmo com a volatilidade inerente à democracia, não cedeu às flutuações da conjuntura, mas se manteve na trajetória previamente definida.

Com a morte de Aguirre, em 1941, novas eleições foram chamadas. A escolha do candidato deu-se em uma primária disputada por Gabriel González Videla, representando o setor mais esquerdista do partido, e Juan Antonio Ríos, pela direita do partido. Por pouco mais de 1% dos votos, Ríos ganhou o direito de representar o partido nas eleições de 1942. Contudo, isso levou à perda do apoio de Socialistas e Comunistas, além de promover um racha dentro do próprio partido, que repudiou a tentativa de Ríos em se aproximar de partidos tradicionais. Durante todo governo, o PR manteve uma postura de desconfiança frente ao presidente, tendo ameaçado, por vezes, abandoná-lo devido sua insistência em incluir os liberais no quadro ministerial (REYES, 1989).

Apesar de tudo, Ríos logrou formar uma aliança de pequenos partidos, como o Partido Agrário, o Partido Democrático e a Falange Nacional, além de conseguir o apoio de notórias

figuras liberais. Na reta final da campanha, os partidos Comunista e Socialista acabaram por manifestar seu apoio ao candidato radical, visto que seu opositor era considerado nazifascista – entretanto, não participaram do governo (SUBERCASEAUX, 2009). Mesmo com tais contratempos, Ríos foi eleito em 1942 sob o lema “Governar é Produzir”.

Já o último presidente radical, Gabriel González Videla (1946-1952), foi apoiado por uma coalizão de esquerda. No seu governo, inclusive, o Partido Comunista aceitou, pela primeira vez, fazer parte do quadro ministerial, tornando-se o primeiro partido comunista a participar de um governo no continente (MOULIAN, 1985). Chega a ser irônico, portanto, que em 1948, dada a conjuntura internacional da Guerra Fria, ele tenha não só rompido com os comunistas, como também declarado sua ilegalidade por meio da Lei de Defesa Permanente da Democracia, conhecida popularmente como Lei Maldita. Essa virada ideológica estaria associada à barganha entre o governo chileno, junto aos Estados Unidos, por empréstimos para a criação da refinaria de petróleo de Concón, da Fundação Nacional de Paipote e da Siderúrgica de Huachipato (COLLIER; SATER, 2004). Rector (2005) aponta que essa ofensiva também estaria ligada ao crescimento do Partido Comunista, expresso nas eleições municipais de 1947, quando alcançou sua maior votação, cerca de 17% dos votos, e no aumento dos votos obtidos pelos partidos Socialista e Comunista entre 1937 e 1945, quando passaram de um total de 63.212 para 295.407 (ZAPATA, 2004). Essa medida é vista entre os radicais como o início de seu declínio e incentivou um racha em sua estrutura, dando origem ao Partido Radical Doutrinário.

Além das disputas dentro da própria coalizão governante, a oposição também foi um ator decisivo na formulação das políticas públicas. Durante todo o período, os partidos Liberal e Conservador mantiveram uma média de 50% dos assentos no Congresso (MOULIAN, 1985). Isso possibilitou barganhar com a coalizão dominante, limitando e barrando políticas. O exemplo mais emblemático deu-se na criação da Corporação de Fomento da Produção (CORFO), cujo funcionamento será detalhado posteriormente. Tal medida era um dos objetivos do presidente Aguirre antes mesmo de sua eleição, contudo, por ser uma instituição com escopo inovador para a época, era notório que teria dificuldades de aprová-la. O terremoto de Chillán de 1939, entretanto, logo no início do mandato de Aguirre, tornou mais fácil sua aceitação pelo Congresso, já que o presidente aproveitou a situação para passar uma lei que criava ao mesmo tempo a CORFO e a Corporação de Auxílio e Reconstrução, voltada à reparação de zonas afetadas por desastres naturais (MUÑOZ, 1993).

Mesmo que a comoção nacional tenha ajudado a aprovação da lei, esta demandou dois meses de intensos debates no Congresso, e somente foi aprovada depois da coalizão governante

comprometer-se a retirar o projeto de lei que estruturava o sindicalismo rural e a não pressionar pela formação de tais sindicatos (ORTEGA, 1989). Deste modo, a CORFO foi aprovada pelo voto de um senador conservador e os sindicatos campesinos demoraram mais vinte e cinco anos para serem criados. Devido a essa dinâmica de acordos e pressão do Legislativo, o Executivo precisou abandonar ou adaptar pontos importantes de sua agenda, respeitando as regras do jogo democrático.

## 2.6 A face nacional-desenvolvimentista

A face nacional-desenvolvimentista da experiência radical expressou-se, principalmente, no esforço de industrialização, percebido como o meio de desenvolver o país e diminuir sua dependência externa. Até 1938, a industrialização baseava-se na ação privada e por tímidas políticas de fomento, sendo limitada pela orientação primário-exportadora. Então, ao posicionar o Estado como ator central neste processo, os governos radicais lhe deram um novo contorno. Para esta reorientação foi essencial a criação da Corporação de Fomento da Produção (CORFO) em 1939, responsável pela formulação de programas de desenvolvimento e pela alocação de recursos para atividades produtivas. Nesse sentido, tratou-se do primeiro órgão público com recursos para financiar atividades de investimento, constituindo-se no principal instrumento da industrialização chilena.

Em um discurso pela defesa de sua criação, Aguirre afirmou que:

O governo popular não acredita na “mão invisível” de que fala Adam Smith e confia na ação direta, preventiva, coordenadora e executora do Estado. O Estado passa a desempenhar o papel dinâmico e empreendedor que, em outros países, teve o empresário privado na promoção do crescimento econômico e que, no nosso país, não soube ou não pode assumir. (AGUIRRE *apud* AGGIO, 2002, p. 74).

De acordo com Del Pozo (1989), a CORFO dominou a vida econômica do país até 1973, criando empresas tanto estatais quanto privadas. Assim, em seus primeiros anos, durante os governos radicais, tal corporação já controlava 30% do investimento total em bens de capital, mais de 25% do investimento público e 18% do investimento bruto total (MELLER, 1996). Além disso, a CORFO atuou no financiamento do investimento industrial, cumprindo o papel de banco de desenvolvimento, nos termos de Amsden (2009).

Quanto a seu desenho institucional, sublinha-se a relativa autonomia frente à disputa partidária no Congresso, bem como o papel dirigente do Conselho administrativo, o qual era formado por 22 membros representantes da presidência da República, do Legislativo, das

empresas estatais, das associações empresariais, do Instituto de Engenheiros do Chile e da Confederação de Trabalhadores do Chile. Nesse sentido, tal estrutura caracterizava-se pela autonomia enraizada, nos termos de Evans (2004), viabilizando a negociação de metas e políticas entre governo e empresários industriais.

Foi através da CORFO que as maiores empresas estatais de setores intermediários foram criadas, como a Empresa Nacional de Eletricidade, a Companhia de Aço do Pacífico, a Empresa Nacional do Petróleo, a Indústria Açucareira Nacional, a Empresa de Manufaturas de Cobre e a Siderúrgica de Huachipato. Desse modo, a Corporação foi a base do modelo de substituição de importações chileno, tendo sua importância transcendido as fronteiras do Chile, ao servir de modelo aos outros países da América Latina, que dez anos mais tarde passaram a empregar esta política econômica (FURTADO, 1970).

O empenho radical foi, por vezes, beneficiado pelo contexto internacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o aumento da demanda por cobre levou a um avanço na produção do minério, o que, sem a concorrência europeia, engendrou um salto de 50% na produção manufatureira (COLLIER; SATER, 2004). Aproveitando-se desse contexto, o governo Ríos criou diversas empresas estatais no setor de bens intermediários.

Com o final da guerra e com a normalização do mercado internacional, cresceu a preocupação com a volta do fluxo de produtos estrangeiros. Frente ao panorama incerto, o governo criou a Comissão Nacional do Pós-Guerra, para analisar o cenário e apontar políticas a seguir – o que expandiu o já extenso rol de medidas protecionistas<sup>19</sup> implementadas pelos radicais (ECHENIQUE; RODRÍGUEZ, 1983).

Apesar do alinhamento com os Estados Unidos, o presidente Videla não abandonou no período pós-guerra a política industrial característica dos governos radicais. Ao contrário, enfatizou-a a partir da invocação de uma revolução industrial em 1950 (PARTIDO RADICAL, 1950, p. 1).

Assim, no governo Videla, foram criadas a refinaria de petróleo de Concón, a Fundação Nacional de Paipote, a Indústria Açucareira Nacional e a Siderúrgica de Huachipato. Ademais, tal governo foi responsável pelo início da construção de seis centrais hidroelétricas e pela inauguração da Base Militar Bernardo O'Higgins e da Base Naval Arturo Prat. Ambas as bases tinham como objetivo assegurar a presença chilena na Antártica. Ainda na dimensão dos interesses estratégicos da defesa chilena, em 1952, a Declaração de Santiago firmou a Zona

---

<sup>19</sup> Dentre as medidas empregadas, destacam-se: tarifas de importação diferenciadas; compra e venda controladas de moedas; sistema de câmbios múltiplos; câmbio especial sobrevalorizado para as exportações de cobre (MELLER, 1996).

Econômica Exclusiva, estabelecendo a soberania nacional sobre uma faixa de 200 milhas marítimas da costa do país.

Em termos concretos, segundo Olmos e Silva (2010), no período radical, a indústria cresceu uma média de 7,5% ao ano, aumentando sua participação no PIB de 7,9% em 1929 para 23% em 1955. O emprego industrial, por sua vez cresceu cerca de 20% (RECTOR, 2005). Além disso, o protagonismo estatal na industrialização engendrou a formação de uma nova burguesia, originada a partir de segmentos da classe média urbana, portadora de uma mentalidade antioligárquica e simpática à intervenção estatal na economia<sup>20</sup>.

## 2.7 A face social

A face social dos governos radicais caracterizou-se pela maior resistência por parte da oposição, compondo, portanto, a maioria dos programas barrados pelo Congresso (KONINGS, 2010). Ainda assim, alguns avanços foram alcançados. Por exemplo, durante o governo Aguirre, apostou-se na expansão da abrangência de políticas já vigentes, fazendo com que o número de trabalhadores incluídos na previdência social saltasse de 52% para 80% durante seu governo (FAUNDEZ, 2007).

Além disso, consolidou-se a oferta de uma educação pública, laica e obrigatória. Dessa forma, foram criadas 500 escolas, sextuplicando o número de alunos matriculados no ensino primário (QUEZADA, 2011), bem como se expandiram as escolas técnicas, voltadas à educação para indústria. Tal política foi mantida ao longo dos governos radicais, culminando com a fundação da Universidade Técnica do Estado em 1947.

Institucionalizou-se também o salário mínimo e uma política de aumento salarial conhecida como “política do sacrifício compartilhado”, que determinou o custeio do aumento dos salários pelo lucro da empresa. Em 1941, ainda foi estabelecido o aumento salarial automático, indexando-o ao avanço do custo de vida (CHILE, 1955). Vale notar que, durante os governos radicais, o salário mínimo sempre se manteve acima da inflação, sendo o crescimento do salário real uma média de 3,5% ao ano (DINGEMANS, 2011). A política de aumento salarial foi, então, um dos eixos centrais do período radical, conformando um modelo de crescimento liderado pelos salários (*wage-led growth*). Conforme Ackermann (1970), em

---

<sup>20</sup> Em seu estudo sobre o empresariado chileno, Ackermann (1970) percebe que a burguesia formada nos anos radicais provinha de setores médios, técnicos e profissionais, ao contrário do que aconteceu no resto da América Latina e no próprio Chile na industrialização da década de 1920, quando pequena parcela da oligarquia se industrializou. Conforme a autora, essa nova burguesia não só era a favor da intervenção do Estado na economia, como 70% achava que o desenvolvimento da indústria privada não era possível sem o envolvimento estatal.

diversas vezes, tal política sobrepujou até mesmo a política industrial e o controle da inflação<sup>21</sup> na ordem de prioridade dos governos do período.

As diversas leis trabalhistas implementadas, combinadas com a presença dos socialistas e comunistas no governo, geraram um clima institucional e político propício ao crescimento da afiliação sindical, que, entre 1929 e 1953, passou de 50 mil afiliados a 300 mil (FLORES, 2003). Não obstante, é preciso reconhecer que a consolidação do poder sindical aprofundou os conflitos trabalhistas, e o aumento do salário superior ao aumento da produtividade pode ter afetado negativamente a trajetória da taxa de lucro, a rentabilidade e o investimento na indústria (MELLER, 1996). Nesse sentido, há risco de que o regime de crescimento adotado pelos governos radicais tenha gestado um cenário de *profit-squeeze*, o qual ajudaria a explicar o afastamento da burguesia em relação à concertação social, culminando com a escalada dos conflitos políticos e o golpe militar de 1973.

## 2.8 Considerações Finais

A experiência radical chilena, coerente com o paradigma desenvolvimentista, caracterizou-se pela manutenção concomitante e harmônica das faces nacional, democrática e social do desenvolvimentismo radical. Em relação à primeira face, os governos radicais concentraram-se na criação de diversas empresas estatais, bem como na formulação de medidas voltadas à defesa nacional. Isso significou a conquista de autonomia em áreas estratégicas no que tange tanto a setores econômicos quanto ao próprio território chileno.

Quanto à face democrática, apesar de engessar algumas iniciativas presidenciais, esta permitiu a formação de um clima de relativo consenso em torno do papel do Estado na economia – consenso que configurou o primeiro degrau rumo às presidências de Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende. Assim, a despeito das divergências entre os partidos da base dos governos radicais e da oposição do Congresso, o Partido Radical garantiu certa estabilidade ao sistema político e, pelo menos até a Lei Maldita, não o fez a partir da vedação à livre manifestação e organização dos diversos segmentos sociais.

Já no que tange ao conteúdo social do desenvolvimentismo radical, este decorreu tanto das inclinações ideológicas do partido quanto da sua política de alianças, principalmente, junto

---

<sup>21</sup> Conforme Lessa (1967), a ideia de que a inflação era o preço de um progresso rápido era amplamente defendida nos governos radicais, evitando a tomada de medidas anti-inflacionárias por medo de interromper o desenvolvimento econômico. Assim, a inflação se manteve ascendente durante todo o período. Se em meados da década de 1930 ela alcançava a marca dos 7%, em 1946 o índice foi à 15% e em 1951 atingiu os 21% (RECTOR, 2005).

a socialistas e comunistas. Também é importante ressaltar que a independência sindical frente ao governo gestou um ator político a ser disputado eleitoralmente e, portanto, considerado no desenvolvimento de políticas. Isso tudo fez com que políticas como o avanço do salário mínimo se tornassem centrais para os governos, melhorando a distribuição de renda no país.

Portanto, durante os governos radicais, a ação estatal logrou transformar a estrutura econômica e social chilena. Em um período de ebulição política no mundo, este processo prescindiu de uma estratégia revolucionária ou mesmo de medidas autoritárias. Dessa maneira, o estudo aprofundado das diversas faces do desenvolvimentismo radical é uma agenda promissora de pesquisa, afinal, a análise da implementação de políticas desenvolvimentistas em um contexto democrático pode contribuir para a compreensão dos desafios de governos contemporâneos que reivindicam a herança desenvolvimentista, principalmente, na América do Sul.

Em um Brasil no qual o embate entre desenvolvimentismo e neoliberalismo ainda permeia o debate econômico, revisitar os erros e acertos da experiência radical chilena traz mais informações do que outros exemplos mais referidos na literatura, tais como a Era Vargas (1930-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), nos quais a institucionalidade autoritária demoveu obstáculos a implementações de medidas econômicas estratégicas. Além disso, um desenvolvimentismo sem democracia corre o risco de aprofundar a desigualdade social e a pobreza, bases fundamentais do atraso econômico que procura superar.

## **2.9 Referências**

Ackermann, María Gracia. (1970) *Burguesía industrial e ideología de desarrollo en Chile*. Santiago: FLACSO.

Aggio, Alberto. (2002) *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Annablume.

Aggio, Alberto. (1997) “Frente popular, modernização e revolução passiva no Chile”, *Revista Brasileira de História*, 17(34): 221-244.

Amsden, Alice. (2009) *A ascensão do “resto”*. São Paulo: UNESP.

Arrizabalo, Xabier. (1997) *Crisis y ajuste en la economía mundial. Implicaciones y significado de las políticas del FMI-BM*. Madrid: Ed. Síntesis.

Bastos, Pedro Paulo Zahluth. (2012) “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”, *Economia e Sociedade*, 21(especial): 779-810.

Benavides, Leopoldo. (1982) *La Democratización y el Desarrollo en el Proyecto Popular: Chile 1890-1970*. Santiago: FLACSO.

Bhaduri, Amid; Marglin, Stephen. (1990) “Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies”, *Cambridge Journal of Economics*, 14(4): 375-393.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (2012) “A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento”, *Estudos avançados*, 26(75): 7-28.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Gala, Paulo. (2010) “Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, *Revista de Economia Política*, 30(4): 663-686.

Cardoso, Fernando Henrique. (1971) *Política de desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

Cardoso, Fernando Henrique; Falletto, Enzo. (1970) *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Carneiro, Ricardo de Medeiros. (2012) “Velhos e novos desenvolvimentismos”, *Economia e Sociedade*, 21(especial): 779-810.

Chile. (1956) *Exposición del Directorio del Banco Central de Chile relacionada con la situación económica y financiera del país*, *Memoria Anual del Banco Central de Chile 1955*. Santiago: BCC.

Collier, Simon; Sater, William F. (2004) *A History of Chile, 1808-2002*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cruz, Aníbal Pinto. (1973) *Chile: un caso de desarrollo frustrado*. Santiago: Editorial Universitaria.

Del Pozo, José. (1989) “Los gobiernos radicales en Chile frente al desarrollo (1938-1952)”, *Caravelle*, 53(01): 37-64.

Dingemans, Alfonso. (2011) *Una historia económica sin fin. Chile y Argentina en la formación de una economía de mercado, 1973-2001*. Santiago: RIL editores.

Echenique, Antonia; Rodríguez; Concepción. (1983) *Historia de la Compañía de Acero del Pacífico S.A.:1905-1950*. Santiago: CAP.

Evans, Peter. (2004) *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Faúndez, Julio. (2007) *Democratization, Development and Legality: Chile 1831-1973*. New York: Palgrave Macmillan.

Ferrari Filho, Fernando; Fonseca, Pedro. (2015) “Which developmentalism? A Keynesian–Institutionalist proposal”, *Review of Keynesian Economics*, 3(1): 90-107.

Ferrari Filho, Fernando; Paula, Luiz Fernando. (2016) “Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista”, *Nova economia*, 26(3): 775-809.

Flores, Juan Carlos. (2003) *Las políticas laborales en Chile 1900-1970*. Documento de trabalho.



- Fonseca, Pedro. (2014) Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: Calixtre, A; Biancarelli, A; Cintra, M. A. M. (Orgs.). Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro. Brasília: Ipea.
- Fonseca, Pedro. (2003) “Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930”, *Revista de Economia Política*, 23(1): 133-148.
- Fonseca, Pedro; Cunha, André; Bichara, Julimar. (2013) “O Brasil na Era Lula: Retorno ao Desenvolvimentismo?”, *Nova Economia*, 23(2): 403-428.
- Furtado, Celso. (1984) *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, Celso. (1970) *La economía latinoamericana: una síntesis desde la conquista ibérica hasta la revolución cubana*. Santiago: Universitaria.
- Furtado, Celso. (1977) *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Garretón, Manuel Antonio. (2007) *Matriz sociopolítica y desarrollo socio-económico en Chile*. IPPG Programme Office, IDPM, School of Environment & Development Discussion Paper Series n. 15A.
- Gil, Federico. (1966) *The Political System of Chile*. University of New Mexico. Boston: Houghton Mifflin.
- Grez, Sergio. (2000) “Transición en las formas de lucha: motines peonales y huelgas obreras en Chile (1891-1907)”. *Historia*, 33: 141-225.
- Hein, E. (2013) Wage- and profit-led regimes. In: King, J. (ed.). *The Elgar Companion to Post Keynesian Economics*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Herrlein JR., Ronaldo. (2014) A construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no século XXI. In: *Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Kalecki, Michal. (1987) *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec.
- Keynes, John. (1996) *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural.
- Lessa, Carlos. (1967) “Das experiências de política econômica: Brasil-Chile. El trimestre econômico”, 34(135): 445-487.
- Meller, Patricio. (1996) *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago: Andrés Bello.
- Monteón, Michael. (1982) *Chile in the Nitrate Era*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Morris, James. (2000) Las élites, los intelectuales y el consenso. In: Godoy, Hernán. *Estructura social de Chile*. Santiago: Editorial Los Andes.
- Moulian, Tomás. (1985) *Violencia, gradualismo y reformas en el desarrollo político chileno*. In: Adulnate, A.; Flisfisch, A.; Moulian, T. (Orgs.). *Estudios sobre el sistema de partidos en Chile*. Santiago: Flacso.

Muñoz, Oscar (ed.). (1993) *Historias personales, políticas públicas*. Santiago: Editorial los Andes.

Olmos, Claudio; Silva, Rodrigo. (2010) “El rol del estado chileno en el desarrollo de las políticas de bienestar”, *Némesis*, 8: 89-102.

Oreiro, José Luis; Paula, Luiz Fernando. (2007) *Strategy for economic growth in Brazil: a post keynesian approach*. In: Arestis, P.; Baddeley, M; McCombie, J.S.L (eds). *Economic Growth: new directions in theory and policy*. Edward Elgar: Alderhot.

Oreiro, José Luis; Paula, Luiz Fernando. (2012) *O novo-desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social*. In: Oreiro, J.L.; Paula, L.F.; Basilio, F. (Ed.). *Macroeconomia do Desenvolvimento: Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Recife: Editora da UFPE.

Ortega, Luis. (1989) *Corporación de Fomento de la Producción: 50 años de realizaciones 1939-1989*. Santiago: Universidad de Santiago de Chile.

Palma, Gabriel. (1984) *Chile 1914-1935: De economía exportadora a sustitutiva de importaciones*, Colección de Estudios del CIEPLAN, 12: 61-88.

Partido Radical. (1906) *Convenção do Partido Radical*.

Partido Radical. (1936a) *Assembleia Radical de Santiago*.

Partido Radical. (1950) *Discurso de inauguração da Siderúrgica de Huachipato*.

Przeworski, Adam. (1989) *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rector, John. (2003) *The History of Chile*. New York: Palgrave Macmillan.

Reyes, Jaime. (1989) “El Presidente y su partido durante la época radical. Chile 1938-1952”, *Estudios Públicos*, 35: 71-101.

Rossi, Pedro. (2015) *Regime macroeconômico e o projeto social-desenvolvimentista*. In: *Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Rio de Janeiro: IPEA.

Sen, Amartya. (1999) *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Subercaseaux, Bernardo. (2009) “Imaginario político de transformación”, *Universum*, 24(2): 218-260.

Unger, Roberto Mangabeira. (2008) *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Van Der Laan, Cesar Rodrigues; Cunha, André Moreira; Fonseca, Pedro Cezar Dutra. (2012) “Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930”, *Revista de Economia Política*, 32(4): 597-614.

Vial, Gonzalo. (1981) *Historia de Chile (1891 – 1973). La sociedad chilena en el cambio de siglo (1891-1920)*. Volume I. Tomo 2. Santiago: Editorial Santillana.

Wade, Robert. (1999) El mercado dirigido: la teoría económica e la función del gobierno en la industrialización del Este de Asia. México: Fondo de Cultura Económica.

Zapata, Francisco. (2004) “De la democracia representativa a la democracia Movimiento obrero y sistema político en Chile”, Revista Enfoques, 2(3): 125-155.

### 3. ARTIGO 2: REGIMES DESENVOLVIMENTISTAS E PARTIDOS DE CENTRO-ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA: AVALIANDO O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS<sup>22</sup>

Pedro Perfeito da Silva e Julia Veiga Vieira Mancio Bandeira

Comparação das trajetórias de dois países com regimes desenvolvimentistas dirigidos por partidos do centro-esquerda no Chile e México demonstra que o regime democrático chileno teve maiores indicadores sociais que sua contraparte autoritária às custas de uma industrialização mais lenta. **Palavras-chave:** Regime Desenvolvimentista; Democracia; Economia Política; Chile; México.

#### 3.1 Introdução

Após a Grande Depressão dos anos 1930, a crise do liberalismo econômico abriu caminho para modelos intervencionistas que subordinavam o funcionamento do mercado a objetivos sociopolíticos (EICHENGREEN, 2008; LEVITT, 2006; POLANYI, 2001). Entre esses modelos, o desenvolvimentismo visa alcançar a industrialização e o *catching-up* tecnológico por meio de planejamento burocrático, políticas industriais ativas e laços de longo prazo entre o Estado e empresas (AMSDEN, 2001; WADE, 1990; WOO-CUMINGS, 1999). Historicamente, Regimes Desenvolvimentistas foram adotados por vários países do Sul Global como uma tentativa de superar sua posição periférica na ordem econômica internacional (CALDENTY, 2008; PEMPEL, 1998, 1999; SINGH e OVADIA, 2018).

Embora os casos mais proeminentes de desenvolvimentismo tenham ocorrido em países do Leste Asiático, onde partidos nacionalistas de direita governaram por meio de regimes políticos autoritários (JOHNSON, 1987; RANDALL, 2007), isso não significa que partidos de centro-esquerda e instituições democráticas sejam obstáculos para Regimes Desenvolvimentistas (WOO-CUMINGS, 1999; ROBINSON e WHITE, 1998; WHITE, 1998). Na América Latina, por exemplo, o desenvolvimentismo tem sido uma influência recorrente na agenda de partidos de centro-esquerda, fornecendo uma justificativa econômica para desafiar o capital estrangeiro e promover estratégias de crescimento interno (WYLDE, 2012; BAN, 2013; GEZMIS, 2018; STRANGE, 2014; YATES e BAKKER, 2014). Da mesma forma, como discutido por Fonseca (2015), a combinação de democracia e desenvolvimentismo é mais

---

<sup>22</sup> Artigo original em inglês aceito no periódico Latin American Perspectives (ISSN: 1552-678X). O periódico foi avaliado com Qualis CAPES A2 na avaliação do quadriênio 2017-2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X231153139>

do que uma possibilidade teórica, sendo observada em países como a Argentina sob Juan Perón (1946-1955) e o Brasil sob Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964).

Quanto à literatura de economia política, no entanto, é possível argumentar que o sucesso do Leste Asiático introduziu um viés analítico que privilegia o papel das burocracias estatais e negligencia a relevância dos partidos políticos e instituições (PEMPEL, 1998, 1999). Nesse contexto, este artigo tem como objetivo abordar a seguinte questão de pesquisa: *como a democracia pode afetar o desempenho econômico e social de Regimes Desenvolvimentistas liderados por partidos de centro-esquerda?* Tal análise se baseará em um estudo de caso acerca do Chile sob o Partido Radical (1939-1952), uma experiência que proporciona uma oportunidade para avaliar os mecanismos que conectam a democracia aos resultados econômicos e sociais em um ambiente relativamente estável. Para explorar ainda mais o papel dos regimes políticos, também se realizará uma comparação com o caso do México sob o Partido Revolucionário Institucional (1934-1982), um partido de centro-esquerda que combinou autoritarismo e políticas desenvolvimentistas.

Como a literatura sobre desenvolvimentismo tende a negligenciar o papel dos partidos políticos (WOO-CUMINGS, 1999; ROBINSON e WHITE, 1998), o foco na experiência de partidos de centro-esquerda exige uma justificação adicional. Especificamente, argumenta-se que um governo de centro-esquerda difere de seus contrapartes conservadores devido ao seu compromisso programático tanto com a transformação econômica quanto com a inclusão social. Como ilustrado pela recente Onda Rosa na América Latina, a busca simultânea por esses dois objetivos introduz dilemas específicos, diferentes daqueles enfrentados pelas administrações de centro-direita (WYLDE, 2012; LOUREIRO e SAAD FILHO, 2019; YATES E BAKKER, 2014).

Nesse sentido, a contribuição da presente pesquisa está em destacar a existência de mecanismos concorrentes através dos quais a democracia pode afetar os resultados dos governos desenvolvimentistas de centro-esquerda em direções opostas. No que diz respeito ao desempenho econômico, por exemplo, as instituições democráticas permitem a construção de coalizões sociopolíticas mais amplas, ao mesmo tempo em que impõem obstáculos adicionais à reorientação da política econômica, reforma institucional e redistribuição dos direitos de propriedade de acordo com os objetivos nacionalistas. Da mesma forma, em termos de desempenho social, regimes democráticos oferecem mais oportunidades para negociação e mobilização de sindicatos autônomos e movimentos sociais, mas também excluem a possibilidade de mudanças radicais na distribuição de renda e riqueza.

O restante deste artigo está organizado da seguinte forma. A primeira seção introduz o referencial teórico. A segunda seção expõe o desenho de pesquisa, enquanto as terceira e quarta seções apresentam os estudos de caso sobre o Chile e o México. A quinta seção traça breves observações finais.

### **3.2 De Estados Desenvolvimentistas a Regimes Desenvolvimentistas: explorando o papel das instituições democráticas e dos partidos de centro-esquerda**

Apesar de estudiosos latino-americanos já terem se referido ao desenvolvimentismo nas décadas de 1960 e 1970 (CARDOSO, 1971; FONSECA, 2015; JAGUARIBE, 1962), foi somente nos anos 1980 que autores como Johnson (1982), Amsden (1989) e Wade (1990) colocaram o Estado Desenvolvimentista no centro do debate da ciência política, oferecendo uma alternativa teórica ao paradigma neoclássico de desenvolvimento em meio à ascensão global do neoliberalismo (ÖNIS, 1991).

De acordo com Johnson (1999), o conceito de Estado Desenvolvimentista é ao mesmo tempo específico e generalizável. Assim, o termo refere-se especificamente ao tipo de políticas econômicas seguidas pelos governos asiáticos no segundo semestre do século XX, mas também pode ser estendido a outros países que buscam industrialização rápida e *catching-up* tecnológico por meio do desenvolvimento liderado pelo Estado<sup>23</sup> (CALDENTEY, 2008; SINGH e OVADIA, 2018).

Considerando a literatura mencionada acima, é possível conceituar Estados Desenvolvimentistas em torno de três atributos principais. O primeiro refere-se a *políticas industriais ativas*, que fornecem uma visão coesa do futuro aos atores privados com base na busca de mudanças estruturais por meio da industrialização rápida (CHANG, 1993, 1995, 1999). Outro atributo é a *relação simbiótica entre o Estado e grupos empresariais selecionados*, que participam da formulação de políticas e se beneficiam de métodos de intervenção compatíveis com o mercado (AMSDEN, 1989, 2001; WADE, 1990). Finalmente, a construção de Estados Desenvolvimentistas depende do *papel crucial da burocracia*, responsável não apenas pelo desenho e implementação de políticas industriais, mas também

---

<sup>23</sup> Vale ressaltar que o compromisso de desenvolvimento com a busca de metas específicas (industrialização e *catching-up* tecnológico) por meio de meios específicos (desenvolvimento liderado pelo Estado) difere da busca geral de taxas de crescimento mais altas por meio do desenvolvimento liderado pelo mercado.

por negociar e fazer cumprir o alinhamento de grupos empresariais privados com a estratégia nacional de desenvolvimento<sup>24</sup> (EVANS, 1995; JOHNSON, 1982).

Como em qualquer abordagem teórica, a descrição do Estado Desenvolvimentista não está isenta de falhas. Nesse sentido, Pempel (1998, 1999) critica a caracterização da burocracia responsável por políticas de desenvolvimento como despolitizadas, socialmente desvinculadas, e conscientes de um interesse nacional auto-evidente. Além disso, o autor identifica uma falta de atenção ao papel das coalizões sócio-econômicas e ao ambiente político internacional.

Diante desse contexto, Pempel (1998, 1999) propõe o conceito de Regimes Desenvolvimentistas. Essa reformulação teórica busca esclarecer como os princípios desenvolvimentistas são postos em prática, deslocando o foco analítico para as alianças sócio-econômicas, as instituições político-econômicas e o perfil de políticas públicas que permitem a administrações sucessivas perseguir uma agenda de desenvolvimento.

Além dos atributos principais dos Estados Desenvolvimentistas, Pempel (1998, 1999) argumenta que a construção de um Regime Desenvolvimentista requer as seguintes condições: a capacidade de definir a agenda pública, o apoio de uma coalizão socioeconômica relativamente estável, a habilidade de distribuir benefícios a tais apoiadores, e a existência de uma ideologia que legitime as políticas públicas adotadas. Considerando os objetivos deste artigo, o quadro do Regime de Desenvolvimento abre caminho para discutir a busca de desenvolvimento liderado pelo Estado por parte de partidos de centro-esquerda sob instituições democráticas.

Em relação à interação entre democracia e desenvolvimentismo, por exemplo, Robinson e White (1998) mencionam que a literatura inicial sobre o tema considerava regimes democráticos mais expostos a pressões que desviariam as políticas do caminho de desenvolvimento, erodindo a capacidade de mudar instituições econômicas e redistribuir direitos de propriedade. Nesse sentido, Johnson (1987) se refere a uma afinidade eletiva entre autoritarismo e desenvolvimentismo. Da mesma forma, O'Donnell (1973) identifica uma conexão entre autoritarismo burocrático e industrialização intensa na América Latina.

Por trás dessa afinidade potencial entre autoritarismo e desenvolvimentismo, dois fatores merecem mais atenção. Em primeiro lugar, regimes autoritários tendem a ter mais facilidade em manter uma moeda estável e desvalorizada (Eichengreen, 2008; Steinberg e Malhotra, 2014), o que contribui para a competitividade externa do setor manufatureiro e,

---

<sup>24</sup> Nesse sentido, Evans (1995) desenvolve o conceito de autonomia inserida, de acordo com o qual as burocracias desenvolvimentistas devem manter um equilíbrio entre a independência diante do setor privado e a capacidade de incorporar suas demandas em projetos compartilhados de desenvolvimento.

consequentemente, a sustentabilidade de longo prazo do regime desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA; OREIRO e MARCONI, 2014). De maneira similar, o conflito distributivo que surge a partir de disputas democráticas afeta a avaliação de risco, abrindo caminho para o racionamento de crédito (WOLFSON, 1996).

Por outro lado, Woo-Cumings (1999) e Robinson e White (1998) argumentam que democracia e desenvolvimentismo são compatíveis. Entre os fatores que favorecem essa possibilidade, por exemplo, as instituições democráticas contribuem para a construção de um consenso de longo prazo em torno da agenda desenvolvimentista (FURTADO, 1964, 1984; UNGER, 2008). Além disso, a abertura a pressões oriundas da sociedade favorece a combinação de transformação econômica e inclusão social, beneficiando-se também dos ganhos de eficiência que surgem do processo deliberativo (EVANS, 2003).

Uma dualidade similar emerge da análise da interação entre partidos de centro-esquerda e desenvolvimentismo. Em termos históricos, por exemplo, a maioria das experiências de desenvolvimento não foi liderada por partidos de centro-esquerda. O conteúdo das políticas desenvolvimentistas também pode ser incompatível com parte da agenda de esquerda devido à relação simbiótica entre Estado e capitalistas, a qual oferece riscos para sindicatos e movimentos sociais.

No entanto, pelo menos no caso dos países latino-americanos, o desenvolvimentismo tem sido uma das ideias constitutivas dos partidos de centro-esquerda, fornecendo uma base para o nacionalismo econômico, a resistência ao neoliberalismo, a ruptura com a dependência e até mesmo a distribuição de renda. Ao longo do século XX, por exemplo, pesquisadores associados à Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina argumentaram em favor da industrialização como um caminho para o desenvolvimento autônomo (Furtado, 1961; Prebisch, 1950). Recentemente, o desenvolvimentismo teve uma influência importante na agenda dos governos da chamada Onda Rosa<sup>25</sup> (WYLDE, 2012; BAN, 2013; FÉLIZ, 2019; GEZMIS, 2018; LOUREIRO; SAAD FILHO, 2019; STRANGE, 2014; YATES e BAKKER, 2014).

### **3.3 Desenho de Pesquisa**

---

<sup>25</sup> A caracterização dessa influência levou à criação de uma infinidade de termos derivados, como novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo (Bastos, 2012; Bresser-Pereira, 2011; Saad-Filho, 2020).



Como mencionado na introdução, o presente artigo tem como objetivo avaliar as implicações econômicas e sociais de um Regime de Desenvolvimento liderado por um partido político de centro-esquerda sob instituições democráticas. Esta seção apresenta o desenho de pesquisa, especificando as hipóteses, o método escolhido e os critérios de seleção dos casos.

Como esperado, as unidades de análise são governos liderados por partidos de centro-esquerda que construíram ou tentaram construir Regimes Desenvolvimentistas na América Latina após a Grande Depressão<sup>26</sup>. Com base na seção anterior, a caracterização de um governo comprometido com a construção de Regimes Desenvolvimentista decorre da presença dos seguintes atributos: a existência de uma ideologia desenvolvimentista que guia a burocracia na criação de instituições e na formulação de políticas industriais ativas, e a relação simbiótica entre os governos e grupos empresariais selecionados que se beneficiam da estratégia desenvolvimentista escolhida em troca de incentivos recebidos (PEMPEL, 1998, 1999).

A classificação do partido político no poder como uma organização de centro-esquerda é mais complexa. Nesse sentido, considera-se a origem e o programa do partido, dando atenção especial à aderência ao nacionalismo econômico, ao grau de apoio de sindicatos e movimentos sociais e à ideologia dos partidos de oposição.

Quanto à definição de democracia, adota-se o conceito processual, que se baseia na existência ou não de arranjos institucionais que possibilitam a tomada de decisões políticas por meio de eleições competitivas (SCHUMPETER, 2008; PRZEWORSKI et al., 2000; 1996; DAHL, 1971). Considerando os objetivos deste artigo, essa estratégia conceitual reduz o risco de confusão entre as definições de democracia e desenvolvimento - o que poderia aumentar no caso de definições substantivas de democracia.

Passando para as hipóteses, como discutido anteriormente, pelo menos no nível teórico, existem mecanismos concorrentes que moldam a relação entre democracia e resultados socioeconômicos em um Regime Desenvolvimentista liderado por um partido de centro-esquerda. Em termos de desempenho econômico, por exemplo, grupos de interesse heterogêneos como capitalistas e trabalhadores são mais propensos a construir um consenso de longo prazo em torno da agenda desenvolvimentista se tal deliberação ocorrer por meio de instituições democráticas (UNGER, 2008). Além disso, esse processo deliberativo leva a ganhos de eficiência que surgem da participação de atores sociais no desenho de políticas

---

<sup>26</sup> O foco na América Latina se justifica pelo fato de que a região concentra a maioria das experiências de desenvolvimentismo democrático no século XX. Além disso, como o desenvolvimentismo teve uma influência fundamental na Onda Rosa (Yates e Bakker, 2014), a análise dos casos latino-americanos pode fornecer lições para experiências recentes.

públicas (EVANS, 2003). No caso de resultados sociais, a democracia oferece mais espaço para sindicatos independentes e movimentos sociais exercerem pressão em favor da distribuição de renda e riqueza (FURTADO, 1964, 1984).

Em ambas as dimensões, no entanto, regimes democráticos também podem trazer implicações negativas, como o fortalecimento de grupos de interesse que se opõem à mudança institucional, à reorientação de políticas econômicas e à redistribuição de direitos de propriedade (JOHNSON, 1987). Além disso, em relação ao desempenho econômico, a competição democrática alimenta a sobrevalorização da moeda e o conflito distributivo, abrindo caminho para a deterioração da competitividade externa, o recuo do investimento privado e o racionamento da oferta de crédito (EICHENGREEN, 2008; STEINBERG e MALHOTRA, 2014; WOLFSON, 1996). Portanto, diante de tais expectativas teóricas concorrentes, o impacto da democracia no desempenho econômico e social pode ser tanto positivo quanto negativo.

No presente artigo, a avaliação dessa relação baseia-se em um estudo de caso centrado no Chile durante os governos liderados pelo Partido Radical (1939-1952) – um caso típico de governos sucessivos de centro-esquerda que tentaram construir Regimes Desenvolvimentistas sob instituições democráticas<sup>27</sup>. Especificamente, analisa-se o impacto do regime político em duas variáveis dependentes: (i) o desempenho econômico, medido pela evolução do PIB per capita, da taxa de investimento e da participação da indústria manufatureira na economia; e (ii) os resultados sociais, medidos pela evolução da desigualdade de renda e da participação dos salários na renda nacional.

Para evitar correlações espúrias, também foram utilizadas técnicas de *process-tracing*. De acordo com George e Bennett (2005) e Gerring (2007a; 2007b), o *process-tracing* deve ser usado para identificar os mecanismos causais que conectam as variáveis explicativas às dependentes. Como afirmam Beach e Pedersen (2013), os mecanismos devem ser descritos em torno de entidades e atividades, portanto, como mencionado anteriormente, foca-se em como o regime político favorece ou dificulta a ação de burocracias, grupos empresariais e trabalhadores na construção de um Regime Desenvolvimentista por um governo de centro-esquerda, como forma de vincular tais atividades aos resultados econômicos e sociais observados.

---

<sup>27</sup> Houve outras experiências semelhantes em países da América Latina, no entanto, elas foram de curta duração - como o governo Goulart no Brasil - ou possuem uma classificação ideológica controversa - como o Batllismo no Uruguai.

Além disso, complementa-se tal análise comparando o caso do Chile sob o Partido Radical com o caso dos governos liderados pelo Partido Revolucionário Institucional no México<sup>28</sup> (1934-1982). Em linha com o método de diferença de Mill (2011), a experiência mexicana também foi liderada por um partido de centro-esquerda que tentou construir um Regime Desenvolvimentista, mas com base em instituições políticas autoritárias.

Optou-se por classificar ambos os partidos como de centro-esquerda em vez de esquerda por dois principais motivos. Em termos programáticos, o Partido Radical e o Partido Revolucionário Institucional propuseram uma agenda transformadora dentro dos limites do capitalismo, mantendo distância do socialismo, mesmo em suas variações reformistas. Em relação à posição no espectro político, apesar de algumas aproximações conjunturais, ambos os partidos mantiveram uma relação conflituosa com partidos comunistas, chegando a proibi-los durante seus governos.

Outras semelhanças são o papel fundamental do nacionalismo econômico na ideologia do partido, a relevância de recursos naturais como cobre e petróleo dentre as exportações e a longa duração de cada experiência. Considerando os objetivos deste artigo, o uso do método comparativo tem como objetivo avaliar até que ponto um regime autoritário leva a implicações econômicas e sociais opostas. Nesse sentido, assim como no caso da democracia, mecanismos concorrentes podem ser teorizados.

Quanto ao desempenho econômico, por exemplo, regimes autoritários podem aumentar a capacidade do governo em aprovar reformas institucionais, reformular políticas públicas e redistribuir direitos de propriedade, promovendo mudanças econômicas e sociais (JOHNSON, 1987). Da mesma forma, o autoritarismo tende a favorecer a desvalorização e a estabilidade da moeda, impulsionando a competitividade externa das indústrias manufatureiras (STEINBERG e MALHOTRA, 2014). No entanto, o maior risco de corrupção e a falta de participação de atores sociais no desenho das políticas públicas levam a perdas de eficiência e dificuldades de implementação (WOO-CUMINGS, 1999; EVANS, 2003). Além disso, a falta de autonomia para sindicatos e movimentos sociais, bem como a interpenetração entre Estado e grupos empresariais podem afetar negativamente a distribuição de renda (ROBINSON e WHITE, 1998).

Antes de passar aos estudos de caso, é importante destacar que não se considera o regime político como a única causa para as diferenças entre o Chile sob o Partido Radical e o

---

<sup>28</sup> Considerando o foco deste artigo, o estudo de caso sobre o México exclui o período de transição da Revolução Mexicana (1910-1934), bem como o período após a crise da dívida mexicana (que levou à adoção de políticas neoliberais).

México sob o Partido Revolucionário Institucional. Nesse sentido, diferenças em relação aos recursos naturais e às clivagens étnicas também podem ter contribuído para desempenhos divergentes. Por outro lado, esses aspectos não invalidam o papel fundamental das instituições políticas. Por exemplo, mesmo que o Chile tenha contado com cobre e o México tenha exportado petróleo, ambos os países enfrentaram o desafio de superar a dependência de produtos primários em favor da produção industrial. De maneira similar, a participação relativa da população indígena é maior no México do que no Chile, mas essa diferença não parece ser suficiente para explicar a variação em termos de políticas sociais.

### **3.4 O Regime Desenvolvimentista Democrático no Chile (1939-1952)**

Na presente seção, analisa-se o impacto da democracia no desempenho econômico e social no Chile durante os governos liderados pelo Partido Radical, uma organização de centro-esquerda que governou o país de 1939 a 1952. Em linha com a discussão anterior, o conteúdo é apresentado de acordo com a seguinte ordem: o contexto antes do desenvolvimentismo, a ideologia do partido no poder, a caracterização do regime político, os mecanismos que moldaram o desempenho econômico e social, e os resultados obtidos nessas dimensões.

De 1891 a 1925, as instituições políticas chilenas basearam-se em um sistema parlamentar instável dominado por interesses oligárquicos (VIAL, 1981). O fundamento econômico desse regime foi a exportação de recursos naturais, como salitre e cobre, que tiveram um baixo impacto na economia nacional, uma vez que estavam predominantemente sob o controle de empresas estrangeiras (ARRIZABALO, 1995; MELLER, 1996; MONTEÓN, 1982). Por um lado, esse padrão dependente de desenvolvimento tornou o Chile o país latino-americano mais afetado pela Crise de 1929<sup>29</sup>. Por outro lado, as exportações primárias dinamizaram a estrutura social do país, estimulando a urbanização e fortalecendo os sindicatos<sup>30</sup> e partidos de centro-esquerda (BENAVIDES, 1982; MORRIS, 2000; PALMA, 1984). A instabilidade política recorrente combinada à deterioração econômica das décadas de 1920 e 1930 levou à derrocada do sistema parlamentar em 1925, abrindo caminho para a vitória do Partido Radical nas eleições presidenciais de 1938.

---

<sup>29</sup> De 1929 a 1932, o PIB caiu 38,3% e o PIB per capita 60%, enquanto o nível de exportações e importações diminuiu 78% e 83%.

<sup>30</sup> Um exemplo da organização precoce dos trabalhadores chilenos é a média de nove greves por ano entre 1890 e 1925 (GREZ, 2000).

O Partido Radical foi criado em 1888, sendo o primeiro partido chileno a ter um programa e estatuto escritos. Nesses documentos, o partido estabeleceu como princípios fundamentais: i) o direito ao voto; ii) a liberdade individual; iii) a separação da Igreja do Estado; iv) a independência do Judiciário; v) educação primária gratuita, secular e obrigatória; e vi) a melhoria do status jurídico de mulheres e trabalhadores. Ao longo do parlamentarismo oligárquico, o Partido Radical diferenciou-se ao ter uma base formada pela classe média (FAUNDEZ, 2007).

Quanto às políticas econômicas, embora inicialmente alinhado ao liberalismo, o radicalismo tornou-se comprometido com o intervencionismo econômico desde o início do século XX. Essa reorientação ideológica foi adotada em sua terceira Convenção Nacional em 1906. A partir desse momento, o partido reconheceu a existência da luta de classes, adotando uma estratégia gradualista que visava reduzir as desigualdades sociais por meio da intervenção estatal (PARTIDO RADICAL, 1906, p. 1).

Em 1936, o Partido Radical articulou a criação de uma coalizão eleitoral que uniu diferentes organizações de centro-esquerda, como os partidos Socialista, Comunista, Democrata e Socialista Radical, bem como a Confederação de Trabalhadores Chilenos. Embora a aliança tenha sido dissolvida em 1946, essa foi uma inovação no contexto latino-americano (AGGIO, 2002).

Em relação às instituições políticas, os três governos radicais - liderados por Pedro Aguirre (1938-1941), Juan Antonio Ríos (1942-46) e Gabriel González Videla (1946-1952) - mantiveram o regime democrático caracterizado por sucessivas eleições livres e justas (COLLIER e SATER, 2004). Além disso, o Partido Radical estava permanentemente envolvido em negociações parlamentares com a oposição liberal e conservadora<sup>31</sup>.

Quanto ao desempenho econômico, considerando os mecanismos teorizados na seção anterior, a análise do Chile sob o Partido Radical parece indicar que a democracia impôs obstáculos à implementação bem-sucedida do projeto de desenvolvimento. Por exemplo, o acordo necessário entre o governo e partidos de oposição de direita, que detinham metade dos assentos no parlamento, culminou em atraso, limitação e até mesmo rejeição de mudanças institucionais fundamentais (MOULIAN, 1985).

---

<sup>31</sup> Por outro lado, o período radical tornou o Partido Comunista ilegal após a aprovação da Lei de Defesa Permanente da Democracia em 1948. Além do crescimento eleitoral comunista, essa lei pode ser associada à negociação entre o governo chileno e os Estados Unidos para empréstimos destinados à construção da Refinaria de Petróleo de Concón, da Fundação Nacional de Paipote e da Siderúrgica Huachipato (COLLIER e SATER, 2004; RECTOR, 2003).

O exemplo mais emblemático disso foi a criação da Corporação de Fomento da Produção (CORFO) em 1939 - instituição que se tornou o principal aparato burocrático para o planejamento e financiamento das políticas de desenvolvimento no Chile (MUÑOZ, 1993). A criação da CORFO exigiu dois meses de intenso debate no parlamento e foi aprovada com o apoio de votos conservadores somente após a coalizão governista aceitar retirar o projeto de lei autorizando a criação de sindicatos de trabalhadores agrícolas (ORTEGA, 1989). Devido a essa dinâmica de barganha legislativa, o Poder Executivo precisou abandonar ou adaptar itens importantes de sua agenda.

Em termos de desenho institucional, o conselho administrativo da CORFO era composto por 22 membros representando a presidência da República, o Legislativo, empresas estatais, diferentes associações empresariais, o Instituto de Engenheiros do Chile e a Confederação de Trabalhadores Chilenos (ORTEGA, 1989). No que diz respeito à tentativa de promover a industrialização, a corporação dominou a vida econômica do país até 1973, atuando como um banco de desenvolvimento que fornecia crédito para a criação de várias empresas estatais<sup>32</sup> e privadas, bem como para projetos estratégicos de investimento privado (DEL POZO, 1989). Portanto, durante os governos radicais, a corporação controlava 30% do investimento total em bens de capital, mais de 25% do investimento público e 18% do investimento bruto total (MELLER, 1996).

Embora a presença de diferentes grupos socioeconômicos no conselho administrativo tenha contribuído para criar um consenso relativo em torno da industrialização e do intervencionismo econômico (AGGIO, 1997), isso também levou à redução da autonomia política. Assim, o papel central do planejamento estatal assumiu a forma de financiamento e investimento públicos, evitando mudanças mais profundas nos direitos de propriedade. Refletindo a barganha entre o governo e a oposição de direita, não houve expropriações de empresas estrangeiras ou incentivos à reforma agrária<sup>33</sup> (GRANT, 1983). Isso explica, por

---

<sup>32</sup> Dentre as muitas empresas estatais criadas pela CORFO, Del Pozo (1989) destaca a Companhia Nacional de Eletricidade, a Companhia Siderúrgica do Pacífico, a Companhia Nacional de Petróleo, a Indústria Nacional do Açúcar, a Companhia de Manufatura de Cobre, a Refinaria de Petróleo de Concón, a Fundação Nacional de Paipote, a Indústria Nacional do Açúcar e a Siderúrgica Huachipato.

<sup>33</sup> Nesse sentido, é verdade que as instituições democráticas alteram e filtram as iniciativas de qualquer governo. No entanto, tal impacto não é uniforme entre diferentes ideologias. No caso do Chile, por exemplo, governos desenvolvimentistas de orientação mais à esquerda enfrentaram mais oposição em relação à nacionalização do cobre do que administrações desenvolvimentistas de orientação mais centrista envolvidas em iniciativas similares. Além disso, ao depender do apoio de uma base social mais heterogênea, que costuma incluir grupos industriais, classes médias e trabalhadores, os governos desenvolvimentistas de esquerda precisam administrar um pacto democrático mais complexo do que as administrações de orientação mais à direita.

exemplo, por que líderes empresariais forjados no período radical apoiaram políticas intervencionistas (ACKERMANN, 1970).

Em linha com esse padrão de intervencionismo econômico, após a Segunda Guerra Mundial, o governo expandiu o apoio ao setor privado - por meio de medidas como tarifas de importação diferenciadas e múltiplas taxas de câmbio - como meio de evitar um retrocesso no progresso industrial diante do retorno do fluxo de bens estrangeiros (ECHENIQUE, 1983). No entanto, é importante notar que esses incentivos compensaram apenas parcialmente a tendência de sobrevalorização da moeda que caracterizou o período radical (ASTORGA, 2007), prejudicando a competitividade das indústrias manufatureiras e retardando o processo de substituição de importações (FFRENCH-DAVIS et al., 2000).

Passando para a outra dimensão do estudo de caso, a democracia parece ter afetado o desenho e a implementação das políticas sociais por meio de dois canais complementares. Em primeiro lugar, o Partido Radical dependia do apoio eleitoral e parlamentar de outros partidos de centro-esquerda, que nomeavam ministros e participavam da formulação de políticas públicas (MOULIAN, 1985; REYES, 1989). Além disso, sindicatos autônomos e fortalecidos<sup>34</sup>, baseados em uma classe trabalhadora em crescimento, foram capazes de negociar com o governo questões como política salarial e oferta de bens públicos (SUBERCASEAUX, 2009; ZAPATA, 2004).

Como esperado, a dimensão social da formulação de políticas radicais enfrentou maior resistência da oposição, representando a maioria das propostas barradas pelo parlamento (KONINGS, 2010). No entanto, foi possível expandir as políticas existentes, aumentando, por exemplo, a cobertura da seguridade social de 52% para 80% dos trabalhadores (FAUNDEZ, 2007). Da mesma forma, o governo consolidou a oferta de educação pública, criando 500 escolas e aumentando em seis vezes o número de alunos matriculados no ensino fundamental (QUEZADA, 2011). As escolas técnicas, voltadas para a educação para a indústria, também foram expandidas, levando à fundação da Universidade Técnica Estatal em 1947.

Em termos de política salarial, as administrações radicais criaram a chamada política de sacrifício compartilhado, vinculando o salário à evolução dos lucros. Em 1941, o governo também estabeleceu aumentos automáticos de salário, indexados ao custo de vida (CHILE, 1955). Como resultado dessas políticas, durante o período radical, o salário mínimo sempre cresceu acima da inflação, mantendo o crescimento real anual dos salários em uma média de

---

<sup>34</sup> Durante o período radical, a filiação sindical passou de 50.000 para 300.000 afiliados (FLORES, 2003). Sendo em sua maioria vinculados a comunistas e socialistas, os sindicatos eram autônomos do Partido Radical, que tinha as classes médias como principais apoiadores.

3,5% ao ano (DINGEMANS, 2011). De acordo com Ackermann (1970), a política salarial chegou a superar o crescimento econômico e o controle da inflação<sup>35</sup> na ordem de prioridades radicais.

Como esperado, os mecanismos e políticas mencionados tiveram implicações para os resultados econômicos e sociais do Regime Desenvolvimentista construído pelas administrações radicais. Especificamente, o desempenho econômico foi menos bem-sucedido do que o social. Em comparação com o México, analisado na próxima seção, apesar de apresentar uma tendência semelhante em relação à participação do PIB da indústria manufatureira (Figura A1), o Chile teve um crescimento mais lento do PIB per capita (Figura A2) e uma taxa de investimento quase estagnada (Figura A3). Por outro lado, o país experimentou uma queda na desigualdade de renda (Figura A4) e um aumento na participação dos salários na renda nacional (Figura A5).

Considerando o feedback entre as dimensões social e econômica, o regime de crescimento durante as administrações radicais pode ter criado um cenário de *profit-squeeze*, no qual a crescente participação dos salários teve um impacto negativo na evolução da taxa de investimento (BANDEIRA e SILVA, 2021). De maneira semelhante, é possível encarar a preponderância da oferta estatal de crédito no financiamento do investimento industrial como a contrapartida da falta de resposta dos bancos privados domésticos (GROVE, 1951), que forneciam crédito em um ritmo mais lento, refletindo a incerteza empresarial em relação ao desenvolvimento nacional de longo prazo.

Apesar da participação de grupos empresariais e partidos de direita na construção do Regime Desenvolvimentista liderado pelo Partido Radical, a noção de *profit-squeeze* também ajuda a explicar por que a burguesia gradualmente se retirou do consenso desenvolvimentista, alimentando os conflitos políticos que culminaram no golpe militar de 1973. Antes de concluir esta seção, é importante destacar que o argumento centrado na noção de *profit-squeeze* pode levar a duas implicações teóricas. Uma abordagem neoliberal proporá que os salários devem ser contidos para impulsionar o investimento. Por outro lado, uma abordagem crítica, como a que fundamenta a presente pesquisa, argumentará que a tensão entre a participação dos salários e o investimento é um exemplo dos limites do desenvolvimentismo como posição política progressista. Em outras palavras, como os regimes desenvolvimentistas ainda dependem de decisões privadas para alcançar o desenvolvimento econômico, eles podem enfrentar um

---

<sup>35</sup> De acordo com Lessa (1967) e Rector (2003), a ideia de que a inflação era o preço do progresso rápido foi amplamente defendida pelos governos radicais.



dilema entre crescimento e redistribuição, especialmente se não forem dispostos (ou capazes) de dar passos adicionais na direção da igualdade econômica.

### **3.5 O Regime Desenvolvimentista Autoritário no México (1934-1982)**

Com o objetivo de complementar o estudo de caso sobre o Chile, nesta seção, analisa-se o impacto de um regime político autoritário no desempenho econômico e social no México durante as administrações lideradas pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI). Em linha com o desenho de pesquisa proposto, segue-se a mesma estrutura da seção anterior.

Analisando o contexto anterior ao desenvolvimentismo, durante o governo do General Porfirio Díaz (1876-1911), o México desfrutou de relativa estabilidade na medida em que a expansão do exército e das forças paramilitares rurais levou à supressão das revoltas camponesas e da atividade de banditismo (FOSTER, 2007). As disputas políticas também diminuíram com a eliminação de rivais políticos, a nomeação dos candidatos para o Congresso pelo próprio presidente e a manutenção do cargo por meio de eleições fraudulentas.

Diante da estabilização política, o investimento estrangeiro começou a fluir para o país, que experimentou rápido crescimento econômico e alguma industrialização, principalmente com base nos setores de mineração e petróleo. A construção de ferrovias e linhas telegráficas foi fundamental nesse processo, sendo decisiva para unificar o país e fortalecer o poder do Estado (Kirkwood, 2000). No entanto, esse crescimento econômico não se refletiu no padrão de vida da população mexicana; pelo contrário, tanto no campo quanto na cidade, as condições de trabalho apenas pioraram na medida em que a oligarquia agrária e o capital estrangeiro multiplicaram seus ganhos. A crescente insatisfação com o governo escalou ainda mais em 1907, quando a desaceleração da economia dos EUA prejudicou a economia mexicana. Este quadro, combinado com a recusa do presidente em renunciar, levou à Revolução Mexicana (1910-1920).

A maior guerra civil na história do México deixou inúmeras heranças, mas é possível dizer que três se destacam. Em primeiro lugar, tal processo eliminou o poder político da oligarquia agrária, embora seu poder econômico tenha sido mantido (DEZALAY e GARTH, 2002). Em segundo lugar, a promulgação da Constituição de 1917, que estabeleceu várias inovações para a época, como a eliminação de monopólios sobre água e recursos minerais, a limitação do investimento estrangeiro, a extinção da servidão por dívidas, a concessão de direitos sindicais e a criação do salário mínimo, do seguro desemprego, da aposentadoria, e da

pensão por doença e morte, entre outros. Finalmente, levou à criação do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e ao quadro institucional que lhe permitiu permanecer no poder por 71 anos.

Criado em 1929, como Partido Nacional Revolucionário, o PRI adquiriu seu nome atual em 1946. Originalmente, o PRI foi concebido como uma organização que unificaria todos os aliados da Revolução Mexicana como meio de resolver os conflitos da sucessão presidencial através da rota democrática, institucionalizando, assim, o programa revolucionário (MARBAN, 1970; VARGAS, 2013). Os ideais de estabilidade política, nacionalismo e justiça social foram fundamentais no discurso do PRI até o início da década de 1980 (HERNÁNDEZ, 2016).

Quanto às instituições políticas, embora a principal característica do regime fosse a concentração de poder em um partido único, seu principal ator era o presidente do país. Como a reeleição era proibida, os presidentes exerciam poder e influência diretos durante os seis anos de mandato, mantendo todo o poder sobre o partido e o Estado durante esse período. Esse arranjo possibilitou o surgimento de um líder forte a cada eleição, ao mesmo tempo que impediu a usurpação individual do poder. A única maneira que o presidente em exercício tinha de manter algum grau de influência era escolhendo o próximo candidato do partido nas eleições presidenciais - uma prerrogativa presidencial, apesar da convenção do partido (LANGSTON, 2006).

Se as convenções do partido eram mera formalidade, as eleições presidenciais sofriam do mesmo mal. Havia eleições multipartidárias regularmente para o chefe do executivo e o legislativo nacional, mas elas violavam princípios democráticos, agindo apenas para legitimar o governo autoritário (SCHEDLER, 2006). Tal falta de liberdade e imparcialidade fica evidente pelas restrições à participação eleitoral de partidos de oposição e pelo tamanho das maiorias governantes (GILLINGHAM, 2012).

Quanto ao desempenho econômico, considerando os mecanismos teorizados na seção anterior, a análise do México sob o PRI parece indicar que o regime político autoritário removeu algumas barreiras para a implementação do projeto desenvolvimentista. Por exemplo, o governo foi capaz de redistribuir maciçamente os direitos de propriedade como forma de reduzir a dependência frente a empresas estrangeiras, a quais detinham a maioria das indústrias do país e exploravam recursos naturais sem pagar impostos suficientes (HAMILTON, 1975).

De acordo com Foster (2007) e Kirkwood (2000), a auto-suficiência e a superação da dependência estrangeira eram metas comuns de todas as administrações do PRI. Nesse sentido, diversas políticas intervencionistas foram implementadas, como: a) a nacionalização de indústrias estratégicas como aço, petroquímica, ferrovias, energia elétrica, fertilizantes, papel,

cimento e açúcar; b) a restrição ao investimento estrangeiro, o qual foi limitado a indústrias de manufatura, sendo proibido de controlar a maioria das ações; e c) a combinação da interferência do governo nas decisões de gestão com a concessão de empréstimos, isenções fiscais e proteção tarifária. Devido a essas políticas, consideravelmente mais intervencionistas do que as implantadas pelo Partido Radical no Chile, o México reduziu sua dependência de importações e alcançou autossuficiência em ferro, petróleo e aço (FOSTER, 2007).

Ainda acerca da relação entre regime político e formulação de políticas econômicas, é importante discutir os papéis do Departamento de Pesquisa Industrial do Banco do México e da Cámara Nacional de la Industria de Transformación (CANACINTRA). A primeira instituição, criada em 1941, foi o centro do planejamento burocrático, sendo formada apenas por tecnocratas que detinham completa autonomia para formular políticas industriais. A CANACINTRA, por outro lado, foi criada em 1941 para substituir as Câmaras Regionais de Indústria, permitindo que o governo lidasse com uma instituição nacional unificada (STORY, 1986). Como a CANACINTRA era supervisionada de perto pelo Departamento do Tesouro, a organização não foi capaz de obter uma maior participação de atores privados no processo de formulação de políticas, servindo principalmente para subordinar os grupos industriais e legitimar o planejamento burocrático (GAUSS, 2010).

Passando para a outra dimensão do estudo de caso, o regime político autoritário parece ter afetado o desenho e a implementação de políticas sociais por meio de dois canais complementares. Em primeiro lugar, a subordinação dos sindicatos ao governo enfraqueceu o poder de barganha da classe trabalhadora em questões como política salarial (ANGULO, 1990; KIRKWOOD, 2000). Além disso, como discutido nos parágrafos anteriores, o processo de desenho e implementação de políticas industriais abriu caminho para uma crescente interpenetração entre os interesses do governo e do empresariado (COCKROFT, 1983; GUTIÉRREZ, 2005).

No que diz respeito ao primeiro aspecto, é importante observar que o principal sindicato do México, a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos, teve sua criação motivada pela necessidade do PRI em mobilizar dos trabalhadores para avançar na agenda oficial (Kirkwood, 2000). Antes da fundação da confederação, a maioria dos sindicatos eram fracos, desorganizados e divididos por conflitos internos (ANGULO, 1990). A construção dessa estrutura institucional permitiu ao PRI controlar o movimento sindical, domesticando sua capacidade de negociar autonomamente (HAMILTON, 1975).

A relação entre governo e grupos empresariais foi mais complexa, mas seguiu um padrão semelhante. Nesse sentido, durante a década de 1930, o governo do PRI arbitrou greves

em favor das demandas trabalhistas, ao mesmo tempo em que conduziu uma reforma agrária relevante e forneceu assistência técnica aos camponeses (FOSTER, 2007). No entanto, na medida em que o crescimento econômico acelerou, forjando o chamado Milagre Mexicano de 1940 a 1970, houve uma crescente interpenetração entre os interesses do empresariado e do governo, levando à repressão de manifestações que surgiram como resultado da desigualdade de renda e do declínio do padrão de vida (COCKROFT, 1983; GUTIÉRREZ, 2005).

Essa aliança entre governo e empresariado refletiu uma estratégia de crescimento liderado pelos lucros, a qual se baseou em baixos salários e na concentração de renda (FITZGERALD, 1985). Em consonância com essa estratégia e refletindo o controle sobre os trabalhadores organizados, as administrações do PRI conseguiram manter uma taxa de câmbio estável e desvalorizada ao longo das décadas de desenvolvimentismo (ASTORGA, 2007), impulsionando a competitividade externa das indústrias manufatureiras e a substituição de importações de bens industriais (RAMIREZ, 1986). Da mesma forma, ao controlar o conflito distributivo, o PRI conseguiu estabilizar as expectativas dos investidores privados, abrindo caminho para a expansão do fornecimento de crédito privado, especialmente por meio das chamadas financeiras, bancos de investimento pouco regulamentados que tiveram um papel fundamental no financiamento de investimentos industriais (SERRANO, 2015). Até certo ponto, essa estratégia de crescimento liderado pelos lucros culminou na adoção de políticas neoliberais na década de 1980 em resposta ao esgotamento do Milagre Mexicano e ao modelo de substituição de importações.

Como esperado, os mecanismos e políticas mencionados tiveram consequências para os resultados econômicos e sociais do Regime Desenvolvimentista construído pelas administrações do PRI. Especificamente, o desempenho econômico foi mais bem-sucedido do que o social. Em comparação com o caso do Chile, analisado na seção anterior, apesar de apresentar uma tendência semelhante em relação à participação do PIB da indústria manufatureira (Figura A1), o México apresentou crescimento muito mais rápido no PIB per capita (Figura A2) e na taxa de investimento (Figura A3). Por outro lado, o país experimentou um aumento na desigualdade de renda (Figura A4) e uma diminuição na participação dos salários na renda nacional (Figura A5).

### **3.6 Considerações Finais**

O presente artigo discutiu como a democracia afeta o desempenho econômico e social dos Regimes Desenvolvimentistas liderados por partidos políticos de centro-esquerda,

comparando dois casos latino-americanos: o Chile sob um regime democrático liderado pelo Partido Radical e o México sob um regime autoritário liderado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI). Argumentou-se que os regimes políticos moldam o desempenho econômico e social dos partidos de centro-esquerda, mediando a ação de burocracias, grupos empresariais e trabalhadores.

Esse foco analítico em partidos de centro-esquerda é importante porque seu desenvolvimentismo é baseado em um compromisso concomitante com a transformação econômica e a inclusão social. Nesse sentido, os estudos de caso sobre o Chile e o México sugerem que partidos de centro-esquerda que implementam uma agenda desenvolvimentista por meio de instituições democráticas tendem a obter melhor desempenho social - reduzindo a desigualdade de renda e aumentando a participação dos salários - em comparação com partidos semelhantes que abraçam o desenvolvimentismo no contexto de um regime autoritário. Por outro lado, na dimensão econômica, os regimes políticos democráticos tendem desacelerar o ritmo da transformação econômica perseguida pelos partidos de centro-esquerda.

Quanto aos mecanismos subjacentes a esses resultados, em comparação com o México, a democracia chilena impôs obstáculos adicionais ao planejamento estatal, à reorientação de políticas públicas, à reforma institucional e à redistribuição de direitos de propriedade necessários para estimular o crescimento e o investimento. Por outro lado, as instituições democráticas proporcionaram mais oportunidades para negociação e mobilização de sindicatos e movimentos sociais, os quais pressionaram o governo a estabelecer uma política salarial progressiva e a expandir a oferta de bens públicos.

A pesquisa apresentada neste artigo traz desdobramentos para a literatura sobre Regimes Desenvolvimentistas ao fornecer mais evidências em favor da compatibilidade entre democracia e desenvolvimentismo, como afirmado por Woo-Cumings (1999) e Robinson e White (1998). Além disso, acrescentou-se nuances a esse argumento geral ao mostrar que as instituições democráticas têm um impacto heterogêneo nas dimensões social e econômica dos projetos de centro-esquerda.

Finalmente, é importante refletir sobre como tais conclusões se aplicam à América Latina contemporânea. No caso dos governos da Onda Rosa do século XXI, por exemplo, como discutido por Feliz (2019), Loureiro e Saad Filho (2019) e Yates e Bakker (2014), a conjuntura internacional e a gestão de coalizões políticas heterogêneas limitaram a capacidade dos governos progressistas de alcançar transformações socioeconômicas mais profundas.

Em consonância com o marco teórico proposto neste artigo, essas experiências mostram que o cenário democrático atuou como um facilitador da mobilização de setores populares,

favorecendo o desenho e a implementação de políticas sociais inclusivas. Por outro lado, os grupos empresariais foram capazes de usar as instituições democráticas contra o programa econômico dessas administrações, impondo uma série de obstáculos à transformação da estrutura produtiva. Apesar das diferenças relevantes entre esses casos, esse padrão geral que promove a inclusão social sem alterar a integração nos mercados globais e a dependência das exportações primárias se aplica às experiências do Brasil sob o Partido dos Trabalhadores, da Bolívia sob o Movimento ao Socialismo, e do Equador durante a Revolução Cidadã, abrangendo tanto as versões moderadas quanto as contestatórias dos governos da Onda Rosa.

### 3.7 Referências

- Ackermann, Maria G. 1970 *Burguesía industrial e ideología de desarrollo en Chile*. Santiago: FLACSO.
- Aggio, Alberto. 1997 “Frente popular, modernização e revolução passiva no Chile.” *Revista Brasileira de História* 17(34): 221–24.
- Aggio, Alberto. 2002 *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Annablume.
- Amsden, Alice. 2001 *The rise of ‘the ‘Rest’: challenges to the west from late-industrializing economies*. New York: Oxford University Press.
- Amsden, Alice. 1989 *Asia’s next giant: South Korea and late industrialization*. Oxford: Oxford University Press.
- Angulo, Blanca. 1990 “En la construcción y consolidación del estado cardenista. 1936-1940,” pp. 73–110 in Javier Aguilar García, (org.), *Historia de la CTM, 1936-1990: el movimiento obrero y el estado mexicano*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Arrizabalo, Xabier. 1997 *Crisis y ajuste en la economía mundial: Implicaciones y significado de las políticas del FMI-BM*. Madrid: Ed. Síntesis.
- Astorga, Pablo. 2007 “Real Exchange Rates in Latin America: what does the 20th Century reveal?” *IFCS - Working Papers in Economic History* 07/03: 1-60.
- Astorga, Pablo. 2017 “Functional Inequality in Latin America: News from the Twentieth Century,” pp. 17–41 in Luís Bértola and Jeffrey Williamson (eds.), *Has Latin American Inequality Changed Direction?* Springer, Cham.
- Ban, Cornel. 2013 “Brazil’s liberal neo-developmentalism: New paradigm or edited orthodoxy?” *Review of International Political Economy* 20(2): 298–331.
- Bandeira, Julia, Pedro Perfeito da Silva. 2021. “Nacional, democrático e social: o desenvolvimentismo chileno durante os governos radicais.” *Revista de Economia Política*, 41(2): 385-401.

- Bastos, Pedro. 2012 "A Economia Política do Novo-Desenvolvimentismo e do Social Desenvolvimentismo." *Economia e Sociedade* 21: 779-810.
- Beach, Derek and Rasmus Pedersen. 2013 *Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Benavides, Leopoldo. 1982 *La Democratización y el Desarrollo en el Proyecto Popular: Chile 1890-1970*. Santiago: FLACSO.
- Bresser-Pereira, Luiz C. 2011 "From the national-bourgeoisie to the dependency interpretation of Latin America." *Latin American Perspectives* 38(3): 40–58.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos, José Luís Oreiro and Nelson Marconi. 2014 *Developmental Macroeconomics: New developmentalism as a growth strategy*. New York: Routledge.
- Caldentey, Esteban. 2008 "The Concept and Evolution of the Developmental State." *International Journal of Political Economy*, 37(3): 27–53.
- Cardoso, Fernando H. 1971 *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Chang, Ha-Joon. 1993 "The Political Economy of Industrial Policy in Korea." *Cambridge Journal of Economics* 16(2): 131-57.
- Chang, Ha-Joon. 1995 *The Role of the State in Economic Change*. Oxford: Clarendon Press.
- Chang, Ha-Joon. 1999 "The economic theory of the developmental State," in M. Woo-Cumings (ed.), *The Developmental State*. New York: Cornell University Press.
- Chile. 1956 *Exposición del Directorio del Banco Central de Chile relacionada con la situación económica y financiera del país. Memoria Anual del Banco Central de Chile 1955*. Santiago: Banco Central de Chile.
- Cockroft, James. 1983 *Mexico: Class Formation, Capital Accumulation, and the State*. New York: Monthly Review Press.
- Collier, Simon and William Sater. 2004 *A History of Chile, 1808-2002*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dahl, Robert. 1971 *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.
- Del Pozo, José. 1989 "Los gobiernos radicales en Chile frente al desarrollo (1938-1952)." *Caravelle* 53(01): 37–64.
- Dezalay, Yves and Bryant Garth. 2002 *The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States*. Chicago: University of Chicago Press.
- Dingemans, Alfonso. 2011 *Una historia económica sin fin. Chile y Argentina en la formación de una economía de mercado, 1973-2001*. Santiago: RIL editores.

- Echenique, Antonia. 1983 *Historia de la Compañía de Acero del Pacífico S.A.:1905-1950*. Santiago: CAP.
- Eichengreen, Barry. 2008 *Globalizing Capital. A History of the International Monetary System*. Princeton: Princeton University Press.
- Evans, Peter. 1995 *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Evans, Peter. 2003 “Além da “monocultura institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo.” *Sociologias* 5(9): 20–63.
- Faundez, Julio. 2007 *Democratization, Development and Legality: Chile 1831-1973*. New York: Palgrave Macmillan.
- Féliz, Mariano. 2019 “Neodevelopmentalism and Dependency in Twenty-first-Century Argentina Insights from the Work of Ruy Mauro Marini.” *Latin American Perspectives* 46(1): 105–121.
- Ffrench-Davis, Ricardo et al. 2000 “The Industrialization of Chile during Protectionism, 1940-82,” pp. 114–153 in Enrique Cárdenas, José Antonio Ocampo and Rosemary Thorp (eds.), *An Economic History of Twentieth-Century Latin America*. New York: Palgrave Macmillan.
- Fitzgerald, Valpy. 1985 “The Financial Constraint on Relative Autonomy: the State and Capital Accumulation in Mexico, 1940-82,” pp. 210-240 in Chirstian Anglade and Carlos Fortin (ed.), *The state and capital accumulation in Latin America*. London: The Macmillan Press.
- Flores, Jorge. 2003 “Las políticas laborales en Chile 1900-1970.” Documento de trabajo. Disponível em: [http://www.archivochile.com/Ideas\\_Autores/rojasfj/rojasfj0007.pdf](http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/rojasfj/rojasfj0007.pdf)
- Fonseca, Pedro. 2015 “Desenvolvimentismo: a construção do conceito,” in A. Calixtre, A. Biancarelli and M. Cintra (orgs.), *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA.
- Foster, Lynn. 2007 *A brief history of Mexico*. New York: Checkmark Books.
- Frankema, Ewout. 2009 *Has Latin America Always Been Unequal? A Comparative Study of Asset and Income Inequality in the Long Twentieth Century*. Leiden: Brill Publishers.
- Furtado, Celso. 1964 *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso. 1984 *Criatividade e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gauss, Susan. 2010 *Made in Mexico: regions, nation, and the state in the rise of Mexican industrialism, 1920s–1940s*. State College: Pennsylvania State University Press.
- George, Alexander and Andrew Bennett. 2005 *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press.
- Gerring, John. 2007 *Case Study Research: Principles and Practices*. Cambridge: Cambridge University Press.



- Gezmis, Hilal. 2018 "From Neoliberalism to Neo-developmentalism? The Political Economy of Post-crisis Argentina (2002–2015)." *New Political Economy* 23(1): 66–87.
- Gillingham, Paul. 2012 "Mexican Elections, 1910–1994: Voters, Violence and Veto Power," in Roderic Camp (ed.), *The Oxford Handbook of Mexican Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Grant, Geraldine. 1983 "Social Classes in Latin America, Part II: Class Formation and Struggle." *Latin American Perspectives* 10(2/3): 151–170.
- Grez, Sergio. 2000 "Transición en las formas de lucha: motines peonales y huelgas obreras en Chile (1891-1907)." *Historia* 33: 141–225.
- Grove, Daniel L. 1951 "The Role of the Banking System in the Chilean Inflation." *IMF Staff Papers* 2(1): 33–59.
- Gutiérrez, Cuauhtémoc. 2005 *Estructura socioeconómica de México, 1940-2000*. Mexico, D.F.: Limusa.
- Hamilton, Nora. 1975 "Mexico: The Limits of State Capitalism." *Latin American Perspectives* 2(2): 81–108.
- Hernández, Rogelio. 2016 *Historia mínima del Partido Revolucionario Institucional*. Ciudad de México: El Colegio de México.
- Jaguaribe, Helio. 1962 *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Johnson, Chalmers. 1982 *MITI and the Japanese miracle: the growth of industrial policy, 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press,
- Johnson, Chalmers. 1987 "Political Institutions and Economic Performance: The Government-Business Relationship," pp. 73-89 in Frederic Deyo (ed.), *The Political Economy of New Asian Industrialism*. Ithaca: Cornell University Press.
- Kirkwood, Burton. 2000 *The history of Mexico*. London: Greenwood Press.
- Konings, Luis. 2010 "La Cuestión Social en Chile: Concepto, problematización y explicación." *Estudios Historicos CDHRP* 2(5): 1–14.
- Langston, Joy. 2006 "The Birth and Transformation of *Dedazo* in Mexico," in Gratchner Helmke and Steven Levitsky (ed.), *Informal Institutions and Democracy: Lessons from Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Lessa, Carlos. 1967 "Dos experiências de política econômica: Brasil-Chile." *El trimestre econômico* 135(34): 445–487.
- Levitt, Kari P. 2006 "Keynes and Polanyi: the 1920s and the 1990s." *Review of International Political Economy* 13(1): 152–177.
- Loureiro, Pedro M. and Alfredo Saad Filho. 2019 "The Limits of Pragmatism The Rise and Fall of the Brazilian Workers' Party (2002 2016)." *Latin American Perspectives* 46(1): 66–84.

- Marban, Miguel O. 1970 *El partido de la Revolución Mexicana*. México: Salvador Turanzas del Valle.
- Meller, Patricio. 1996 *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago: Andrés Bello.
- Mill, John S. 2011 *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive: Being a Connected View of the Principles of Evidence, and the Methods of Scientific Investigation*. Volume 1. Cambridge; Cambridge University Press.
- Monteón, Michael. 1982 *Chile in the Nitrate Era*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Morris, James. 2000 “Las élites, los intelectuales y el consenso,” in Hernán Godoy (ed.), *Estructura social de Chile*. Santiago: Editorial Los Andes.
- Moulian, Tomás. 1985 “Violencia, gradualismo y reformas en el desarrollo político chileno,” in A. Adulnate, A. Flisfisch and T. Moulian (orgs.), *Estudios sobre el sistema de partidos en Chile*. Santiago: Flacso.
- Muñoz, Oscar (ed.).1993 *Historias personales, políticas públicas*. Santiago: Editorial los Andes.
- O’Donnel, Guillermo. 1973 *Modernisation and Bureaucratic Authoritarianism*. Berkeley: Institute of International Studies.
- Önis, Ziya. 1991 “Review: The Logic of the Developmental State.” *Comparative Politics* 24(1): 109–26.
- Ortega, Luis. 1989 *Corporación de Fomento de la Producción: 50 años de realizaciones 1939-1989*. Santiago: Universidad de Santiago de Chile.
- Palma, Gabriel. 1984 “Chile 1914-1935: De economía exportadora a sustitutiva de importaciones.” *Colección de Estudios del CIEPLAN* 12: 61–88.
- Partido Radical. 1906 *Convenção do Partido Radical*.
- Pempel, T. J. 1998 *Regime Shift: Comparative Dynamics of the Japanese Political Economy*. London: Cornell University Press.
- Pempel, T. J. 1999 “The Developmental Regime in a Changing World Economy,” pp. 137–81 in M. Woo-Cumings (ed.), *The Developmental State*. New York: Cornell Paperbacks.
- Polanyi, Karl. 2001 *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.
- Przeworski, Adam et al. 2000 *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Quezada, Abraham. 2011 *Pedro Aguirre Cerda o la trayectoria de un ideal educativo*. Santiago: Universidad de Santiago de Chile.

- Ramirez, Miguel D. 1986 “Mexico's Development Experience, 1950-85: Lessons and Future Prospects.” *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 28(2): 39-65.
- Randall, Vicky. 2007 “Political Parties and Democratic Developmental States.” *Development Policy Review* 25(5): 633–652.
- Rector, J. 2003 *The History of Chile*. New York: Palgrave Macmillan.
- Reyes, John. 1989 “El Presidente y su partido durante la época radical. Chile 1938-1952.” *Estudios Públicos* 35.
- Robinson, Mark and Gordon White. 1998 *The Democratic Developmental State*. Oxford: Oxford University Press.
- Saad-Filho, Alfredo. 2020 “Varieties of Neoliberalism in Brazil (2003–2019).” *Latin American Perspectives* 47(1): 9–27.
- Schedler, Andreas. 2006 “The Logic of Electoral Authoritarianism,” in A. Schedler (ed.), *Electoral Authoritarianism: The Dynamics of Unfree Competition*. London: Lynne Rienner.
- Schumpeter, Joseph. 2008 *Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York: Harper Perennial, 3ed.
- Serrano, Alexandre. 2015 “Banking History of Mexico and the 1982 Nationalization of Banks.” *Journal of Emerging Issues in Economics, Finance and Banking* 4(2): 1554–1577.
- Singh, Jewellord and Jesse Ovadia. 2018 “The theory and practice of building developmental states in the Global South.” *Third World Quarterly* 39(6): 1033–1055.
- Steinberg, David and Krishan Malhotra. 2014 “The Effect of Authoritarian Regime Type on Exchange Rate Policy.” *World Politics* 66(3): 491–529.
- Story, Dale. 1986 *Industry, the State, and Public Policy in Mexico*. Austin: University of Texas Press.
- Strange, Gerard. 2014 *Towards a New Political Economy of Development States and Regions in the Post-Neoliberal World*. New York: Palgrave Macmillan.
- Subercaseaux, Bernardo. 2009 “Imaginario político de transformación.” *Universum* 24(2): 218–260.
- Unger, Roberto M. 2008 *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Vargas, José. 2013 “Historia e ideologia del continuum PNR-PRM-PRI.” *Revista de Derecho Estasiológico. Ideología y Militancia*, 2(1): 143–157.
- Vial, Gonzalo. 1981 *Historia de Chile (1891 – 1973)*. Santiago: Editorial Santillana.
- Wade, Robert. 1990 *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialisation*. Princeton: Princeton University Press.

Weber, Javier. 2017 “The Political Economy of Income Inequality in Chile Since 1850,” pp.43-64 in Luís Bértola and Jeffrey Williamson (eds.), *Has Latin American Inequality Changed Direction?* Springer, Cham.

White, Gordon. 1998 “Constructing a democratic developmental state,” in M. Robinson and G. White (ed.), *The democratic developmental State: political and institutional design*. Oxford: Oxford University Press.

Wolfson, Martin H. 1996 “A Post Keynesian Theory of Credit Rationing.” *Journal of Post Keynesian Economics*, 18(3): 443-470.

Woo-Cumings, Meredith (ed.). 1999 *The developmental State*. Ithaca: Cornell University Press.

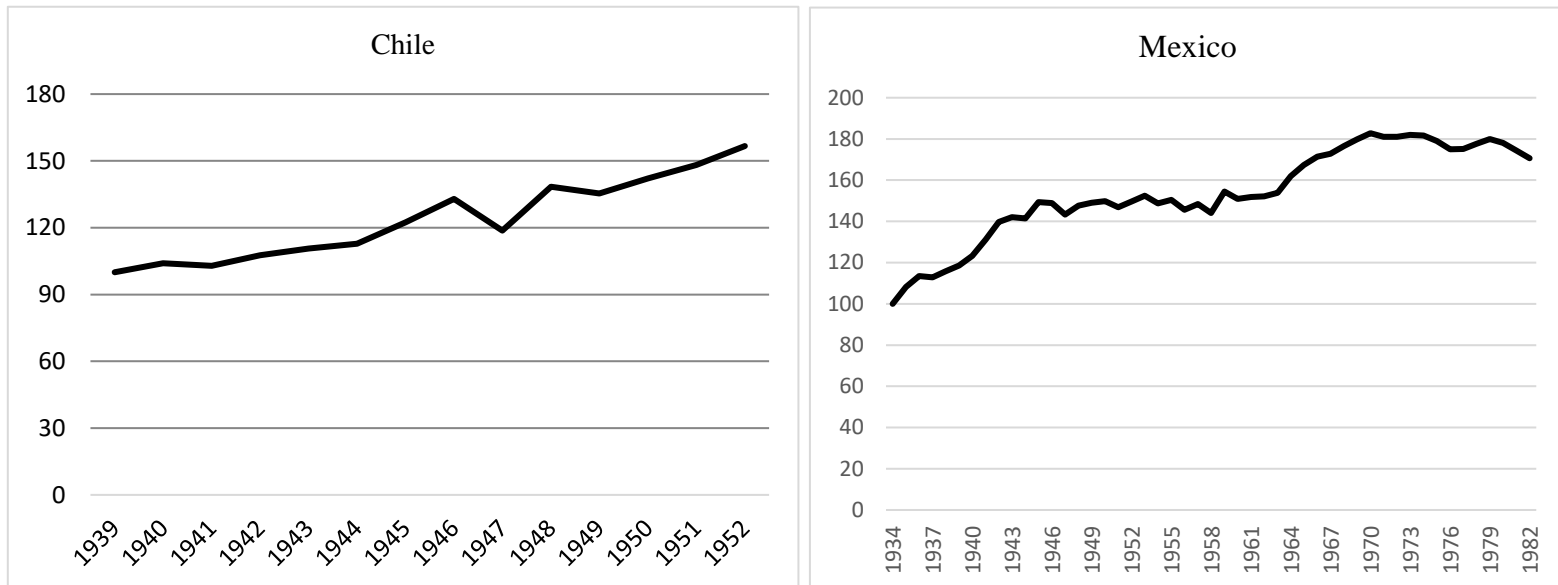
Wylde, Christopher. 2012 *Latin America After Neoliberalism Developmental Regimes in Post-Crisis States*. New York: Palgrave Macmillan.

Yates, Julian and Karen Bakker. 2014 “Debating the ‘Post-Neoliberal Turn’ in Latin America.” *Progress in Human Geography* 38(1):”” 62–90.

Zapata, Francisco. 2004 “De la democracia representativa a la democracia Movimiento obrero y sistema político em Chile.” *Revista Enfoques* 2(3): 125–155.

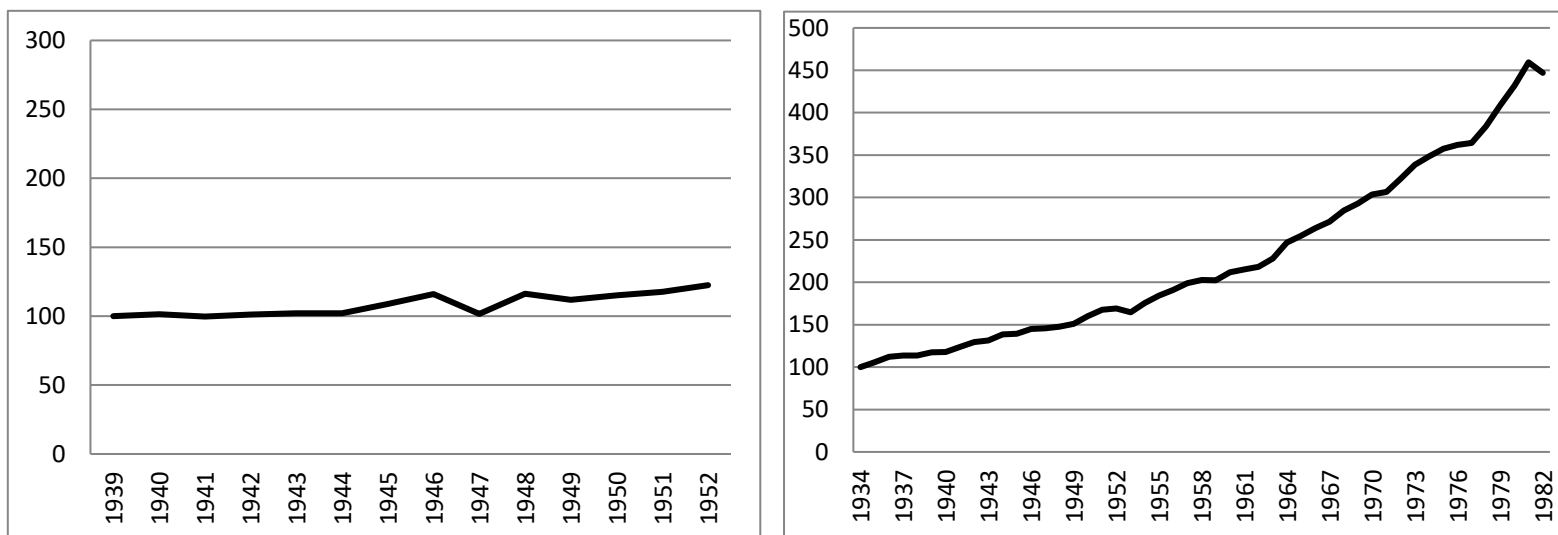
## APÊNDICE

**Valor Agregado da Indústria Manufatureira (% do PIB) – Chile (1939 = 100) e México (1934 = 100)**



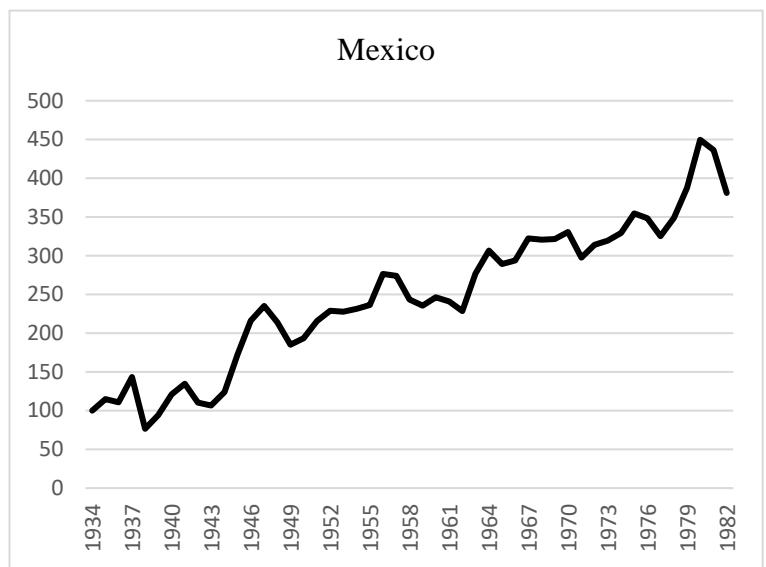
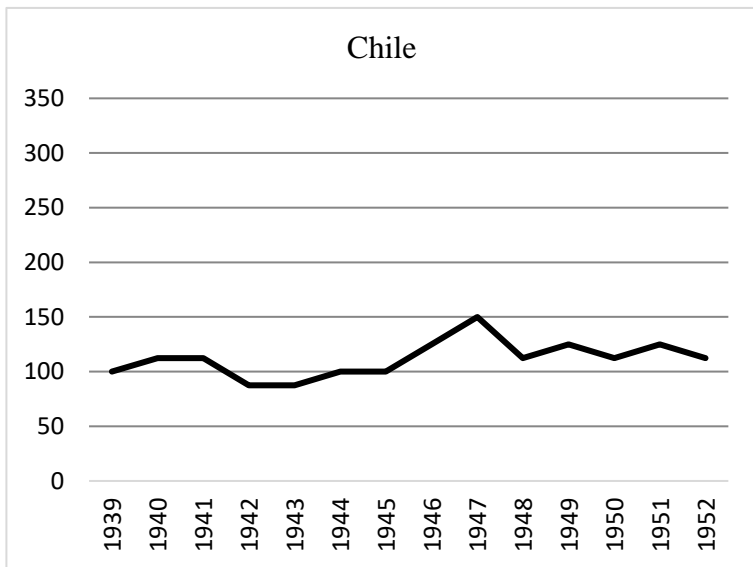
Fonte: Montevideo-Oxford Latin American Economic History Database (MOxLAD)

**PIB per capita – Chile (1939 = 100) e México (1934 = 100)**



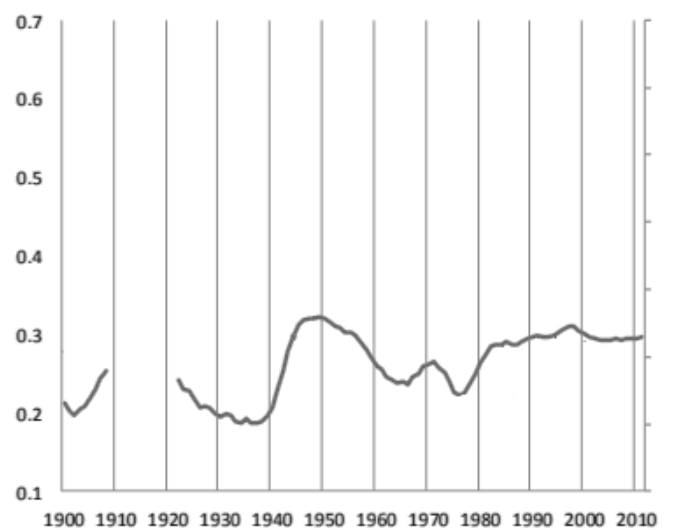
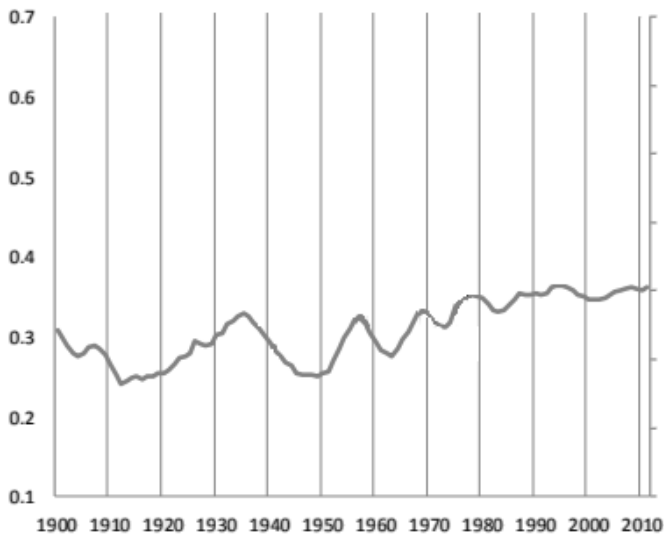
Fonte: Montevideo-Oxford Latin American Economic History Database (MOxLAD)

**Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB) – Chile (1939 = 100) e México (1934 = 100)**



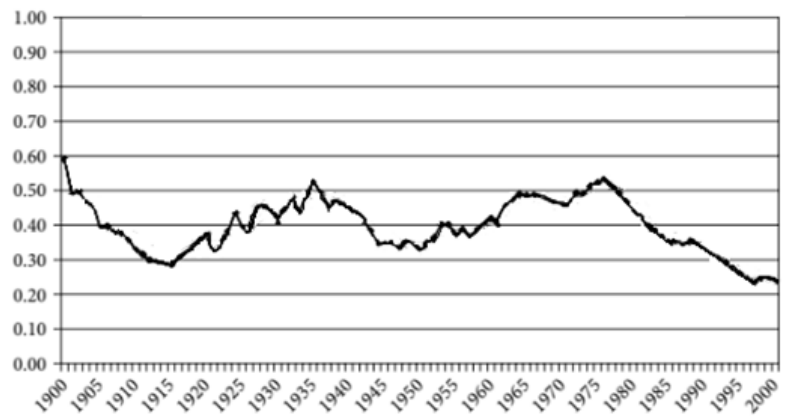
Fonte: Montevideo-Oxford Latin American Economic History Database (MOxLAD)

**Desigualdade de Renda – Índice de Gini – Chile e México**



Fonte: Astorga (2017)

### Participação dos Salários na Renda Nacional – Chile e México



Fonte: Weber (2017); Frankema (2009)

## 4. ARTIGO 3: A ECONOMIA POLÍTICA DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO POLANYIANA<sup>36</sup>

Pedro Perfeito da Silva e Julia Veiga Vieira Mancio Bandeira

Este artigo baseia-se em um arcabouço teórico inspirado em Karl Polanyi para comparar estratégias político-econômicas adotadas pelos diferentes governos brasileiros após a democratização. Em resposta a interesses concorrentes do setor financeiro, da indústria manufatureira e da classe trabalhadora, tais governos optaram entre estratégias neoliberais desenraizadas, neoliberais enraizadas e neocorporativistas, enfrentando desafios e crises distintos. Após a breve adoção do neoliberalismo desenraizado no início dos anos 1990, os governos neoliberais enraizados conseguiram conciliar a liberalização econômica e políticas macroeconômicas ortodoxas com estabilidade política e coesão social, ao mesmo tempo em que compensavam a indústria manufatureira e a classe trabalhadora por algumas de suas perdas. No entanto, no final dos anos 2000, o descontentamento dentro desses grupos sociais em relação ao crescimento econômico insuficiente abriu caminho para uma aposta no neocorporativismo, que flexibilizou o compromisso com a liberalização e a ortodoxia macroeconômica para expandir políticas industriais, a proteção social e a regulação do mercado de trabalho. A crise do neocorporativismo, que culminou no impeachment de 2016, proporcionou uma nova oportunidade para o neoliberalismo desenraizado, colocando, novamente, os interesses do setor financeiro no centro da formulação das políticas públicas. **Palavras-chave:** Brasil; Neoliberalismo; Neocorporativismo; Economia Política; Karl Polanyi.

### 4.1 Introdução

Na literatura de economia política, existe um consenso acerca da sequência de eventos que se seguiram à transição democrática no Brasil; um período considerado como completo após a promulgação da nova Constituição em 1988 e a primeira eleição presidencial direta em 1989. Apesar de diferentes fundamentos teóricos, a maioria dos pesquisadores concorda que a liberalização econômica avançou durante a década de 1990, refletindo a dominância das forças políticas e sociais neoliberais (SAAD-FILHO e MORAIS, 2018; STALLINGS e PERES, 2011). Em 2002, o crescente descontentamento com essas políticas resultou na eleição de uma coalizão de centro-esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Embora tenham mantido políticas macroeconômicas ortodoxas, os governos do PT expandiram políticas sociais ao promover um aumento gradual do intervencionismo econômico, especialmente após sua

---

<sup>36</sup> Artigo original em inglês publicado na *Third World Quarterly* (ISSN: 1360-2241). O periódico foi avaliado com Qualis CAPES A1 na avaliação do quadriênio 2017-2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2021.1877126>



segunda vitória eleitoral em 2006 (BAN, 2013; SINGER, 2012; FLORES-MACIAS, 2012). No entanto, o fim abrupto da experiência petista em 2016 deu impulso a uma nova rodada de reformas neoliberais, a qual impulsionou a liberalização econômica ao lado da deterioração das instituições democráticas.

Contudo, por trás desse consenso aparente, ainda persiste um debate acirrado acerca da classificação de cada governo que seguiu a transição democrática, especialmente no que diz respeito à análise das administrações lideradas pelo PT. Nesse sentido, propõe-se organizar a literatura em quatro vertentes, que perpassam diferentes abordagens teóricas.

Por exemplo, Bizberg (2019), Boito (2020) e Wylde (2012) associam a experiência do PT à adoção gradual do neo-desenvolvimentismo. Para eles, a expansão das políticas sociais, a recapitalização dos bancos estatais e o retorno das políticas industriais sinalizaram um claro afastamento dos governos neoliberais anteriores.

Ban (2013), Kasahara e Botelho (2019) e Musacchio e Lazzarini (2014) vão ainda mais longe ao argumentar que uma síntese entre neo-desenvolvimentismo e neoliberalismo moldou as políticas econômicas e sociais desde 1995. De acordo com essa visão, as diferenças entre as presidências de Cardoso, Lula e Rousseff não foram suficientes para constituir uma ruptura na trajetória econômica do Brasil.

No lado oposto desse debate, Flores-Macias (2012), Stallings e Peres (2011) e Chodor (2015) argumentam que o neoliberalismo tem dominado a economia política do Brasil desde a década de 1990. Nesse sentido, a manutenção da ortodoxia macroeconômica implica que a ascensão do PT não interrompeu a continuidade do neoliberalismo; pelo contrário, foi consolidada pelas políticas introduzidas pelo partido.

Por fim, adotando uma variação da posição anterior, Loureiro e Saad-Filho (2019), Saad-Filho (2020) e Saad-Filho e Morais (2018) destacam que as políticas do PT foram significativas o suficiente para reformular o neoliberalismo. Para eles, a combinação da ortodoxia macroeconômica com algumas políticas desenvolvimentistas constituiu um tipo de neoliberalismo diferente do existente na década de 1990<sup>37</sup>.

Apesar das contribuições substanciais, tal literatura de economia política centrada no caso brasileiro apresenta três lacunas interligadas. Primeiramente, a maioria dos estudos mencionados adota o conceito de desenvolvimentismo como ponto de referência para a

---

<sup>37</sup> A classificação das contribuições de Singer (2012, 2017, 2020) é menos evidente. Por um lado, Singer (2017) discute o primeiro mandato de Rousseff em relação à adoção de várias políticas desenvolvimentistas, que buscavam acelerar o ritmo de inclusão social. Por outro lado, Singer (2012, 2020) é claro sobre a manutenção de políticas neoliberais durante os mandatos de Lula, bem como a natureza efêmera da virada desenvolvimentista durante o primeiro mandato de Rousseff.

avaliação de quaisquer políticas intervencionistas. Como nenhum governo pós-democratização atendeu às características centrais do desenvolvimentismo<sup>38</sup> – como evidenciado pela análise da taxa de câmbio e das políticas industriais (ARBIX et al., 2017; LOUREIRO, 2020; RUGITSKY, 2017) – há uma tendência a criar termos com pouco poder explicativo, combinando conceitos concorrentes, como neoliberalismo e desenvolvimentismo.

Por outro lado, há uma falta generalizada de clareza sobre o que caracteriza um governo neoliberal; alguns governos recebem esse rótulo quando buscam ativamente políticas neoliberais, enquanto outros recebem o mesmo rótulo simplesmente por manterem instituições neoliberais herdadas de administrações anteriores. Dada a prevalência global do neoliberalismo (KIRSHNER, 2014; CHODOR, 2015; BAN, 2016; FINE e SAAD-FILHO, 2017), essa questão pode introduzir uma classificação *path-dependent*, na qual se exige que governos que sucederam predecessores neoliberais adotem políticas cada vez mais audaciosas para evitar serem rotulados como neoliberais. Assim como na lacuna discutida no parágrafo anterior, essa armadilha também leva à proliferação de termos para caracterizar a adoção de políticas não-neoliberais ao lado da não-reversão de reformas institucionais neoliberais que foram herdadas.

Outro problema que assola a literatura é a falta de dimensões analíticas claras e delimitadas para informar a classificação de cada governo. Isso leva a estruturas teóricas que comparam governos com base em dimensões analíticas diferentes, abrindo caminho para uma geração infinita de termos como meio de lidar com novos governos. Por exemplo, Saad Filho e Morais (2018) e Saad-Filho (2020) se referem a três tipos de neoliberalismo no Brasil desde 2003: o inclusivo (definido em torno da expansão das políticas sociais), o desenvolvimentista (definido em torno da formulação de políticas industriais) e o autoritário (definido em torno da deterioração das instituições políticas). Essa abordagem dificulta a análise comparada, já que os autores discutem cada governo com base em dimensões analíticas diferentes, em vez de comparar todas as administrações ao redor do mesmo conjunto de dimensões analíticas. Dependendo da estratégia terminológica escolhida, essa abordagem também pode levar à inclusão de casos bastante diferentes sob o mesmo rótulo devido à sua convergência em certas dimensões analíticas.

---

<sup>38</sup> Assim como qualquer variedade de desenvolvimentismo, o neo-desenvolvimentismo visa promover a indústria manufatureira e alcançar o catching-up tecnológico (JOHNSON, 1999; CALDENTEY, 2008), no entanto, adapta a agenda desenvolvimentista clássica ao contexto de países de renda média que superaram a fase da indústria infante (BRESSER-PEREIRA, 2009). Especificamente, o principal objetivo do neo-desenvolvimentismo é aumentar a competitividade externa das indústrias manufatureiras por meio de uma combinação de taxa de câmbio estável e competitiva, baixas taxas de juros e políticas industriais seletivas (GEZMIS, 2018). Em relação ao neoliberalismo, o neo-desenvolvimentismo também abraça o equilíbrio fiscal, o controle da inflação e a abertura comercial, mas rejeita a ortodoxia macroeconômica e a liberalização financeira, fundamentos da agenda neoliberal (BAN, 2013).

Com o objetivo de superar as lacunas observadas na literatura, o presente artigo apresenta um estudo de caso longitudinal que busca classificar os governos pós-democratização no Brasil, interrogando em que medida cada um deles aderiu ao neoliberalismo. Em termos teóricos, baseia-se na chamada economia política Polanyiana, como proposta por Bohle e Greskovits (2007, 2012), com o intuito de comparar a agenda dos governos em quatro dimensões analíticas: (i) o ritmo da liberalização econômica; (ii) a orientação das políticas macroeconômicas; (iii) a proteção social e regulação do mercado de trabalho; e (iv) as políticas industriais.

Em linha com esse marco teórico, assume-se que cada governo busca principalmente responder às suas principais bases de apoio, enquanto sua permanência no poder deriva de sua capacidade de conciliar o desempenho econômico do país, a coesão social e a estabilidade política. Especificamente, argumenta-se que os governos brasileiros oscilaram entre estratégias neoliberais desenraizadas, neoliberais enraizadas e neocorporativistas, sendo que cada estratégia está associada a fundamentos sociopolíticos diferentes. De acordo com esse argumento, o neoliberalismo desenraizado atende principalmente aos interesses do setor financeiro, promovendo a liberalização econômica, adotando políticas macroeconômicas ortodoxas e restringindo políticas industriais e sociais. O neoliberalismo enraizado mantém o ritmo de liberalização e a ortodoxia macroeconômica, ao mesmo tempo em que oferta políticas compensatórias ao setor manufatureiro e à classe trabalhadora. Por fim, o neocorporativismo expande as políticas industriais, a regulação do mercado de trabalho e a rede de proteção social, ao mesmo tempo em que está aberto a desacelerar o ritmo da liberalização econômica e a alterar a orientação do regime macroeconômico de acordo com a busca da coesão social.

A utilização da abordagem inspirada em Karl Polanyi, como proposta por Bohle e Greskovits (2007, 2012), oferece diversas contribuições para o debate acerca da evolução político-econômica recente do Brasil. Primeiramente, fornece uma descrição nova e mais precisa das mudanças e continuidades que caracterizaram o processo brasileiro de liberalização econômica. De acordo com Gerring (2012), a descrição dos processos políticos e sociais tem sido amplamente negligenciada no âmbito da ciência política. Tal assimetria entre estudos causais e descritivos afeta a precisão e a confiabilidade do processo de formação de conhecimento, abrindo caminho para o aumento do viés sistemático nas inferências causais.

No caso do Brasil, por exemplo, o longo debate em torno do retorno do desenvolvimentismo durante os governos do PT é acima de tudo uma questão de como os pesquisadores descrevem as políticas econômicas dessas administrações em relação ao tipo ideal de um Estado ou regime desenvolvimentista. Nesse sentido, uma das contribuições da

abordagem polanyiana está em evitar o uso indiscriminado do desenvolvimentismo para avaliar qualquer política econômica intervencionista.

Além disso, o número finito de dimensões analíticas e resultantes estratégias político-econômicas possibilita identificar divergências entre abordagens concorrentes e a estabelecer paralelos entre diferentes governos. Além de elevar o nível de exigência para a criação de novos termos, a abordagem seguida aqui também permite comparações entre países e a construção de cenários para o futuro.

Ao abordar as implicações mais amplas deste marco teórico, uma das contribuições da abordagem polanyiana relaciona-se à especificação das fontes mais prováveis de instabilidade sob cada estratégia; o que permite antecipar quais são as questões-chave que cada governo enfrentará. Por exemplo, a adoção do neoliberalismo desenraizado parece estar associada a problemas em manter uma maioria política estável ao longo do tempo, enquanto a opção pelo neocorporativismo tende a enfrentar a oposição dos interesses empresariais. Da mesma forma, a adoção do neoliberalismo enraizado resulta em pressões contraditórias sobre a gestão macroeconômica.

Além da experiência brasileira, o marco teórico proposto pode contribuir para a análise das perspectivas de diferentes estratégias nacionais diante do neoliberalismo global, especialmente ao ressaltar a interação entre a luta política e as estratégias político-econômicas discutidas. Por exemplo, as dificuldades em obter apoio político para reformas liberalizantes radicais explicam, pelo menos parcialmente, por que os governos comprometidos com políticas neoliberais se tornaram mais propensos ao populismo. Por outro lado, mudanças estruturais como desindustrialização e especialização regressiva provavelmente criarão mais dificuldades para compensar os perdedores da liberalização, afetando a viabilidade política do neocorporativismo, especialmente em economias periféricas. Em comparação com essas estratégias, o neoliberalismo enraizado parece mais capaz de manter a estabilidade política de curto prazo, no entanto, esse equilíbrio tende a desaparecer na medida em que a liberalização econômica e a ortodoxia macroeconômica afetam negativamente a autonomia e a estrutura produtiva dos países.

Este artigo está dividido em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção apresenta o marco teórico. A terceira seção discute a ascensão e consolidação do neoliberalismo enraizado na primeira década após a democratização. A quarta seção expõe a queda do neoliberalismo enraizado e o conflito entre as estratégias neocorporativistas e neoliberais desenraizadas. A quinta seção conclui o artigo, resumindo suas contribuições.

## 4.2 Marco Teórico

Conforme afirmado na seção anterior, o artigo baseia-se na economia política Polanyiana para discutir até que ponto os governos pós-democratização do Brasil aderiram ao neoliberalismo. Para abordar esse objetivo, apoia-se nas contribuições de Ban (2016), Bohle e Greskovits (2007, 2012) e Blyth (2002), que aplicam a abordagem de Polanyi (1980) à análise da emergência do neoliberalismo, principalmente em países europeus.

Em contraposição ao pensamento econômico dominante, o marco teórico Polanyiano estabelece uma diferença fundamental entre a existência do mercado - uma instituição de importância variável em diferentes lugares e períodos históricos - e sua autorregulação - um princípio que emergiu da revolução industrial e do fortalecimento das ideias liberais. A expansão do mercado autorregulado afetou negativamente diferentes grupos sociais, motivando sua mobilização política. Esses contra-movimentos forjaram o que Polanyi (1980) define como um duplo movimento, ou seja, o uso do Estado para proteger os grupos sociais deslocados pelo mercado. De acordo com Blyth (2002), essa teoria teve sucesso em prever a emergência de mudanças institucionais profundas centradas na restrição do escopo do mercado. No entanto, Blyth também argumenta que seria um erro considerar a regulação do capitalismo no pós-guerra como o último ato do duplo movimento.

Com base nesse argumento, Blyth (2002) desenvolve uma teoria de mudança institucional baseada na generalização do duplo movimento Polanyiano. De acordo com sua abordagem, as instituições evoluem em torno de um movimento pendular, determinado pelo conflito permanente entre os segmentos sociais que demandam a regulação do mercado pelo Estado e aqueles que são prejudicados por tais intervenções. Em outras palavras, assim como a reação ao mercado autorregulado gerou modelos intervencionistas pós-guerra, como o Estado de bem-estar social e o Estado desenvolvimentista, a estagflação das décadas de 1970 e 1980 favoreceu um novo contra-movimento, caracterizado pelo apoio às reformas liberalizantes.

Com base nisso, Ban (2016) define o neoliberalismo como um conjunto de ideias e políticas que visam expandir a esfera do mercado desmontando arranjos institucionais que buscam restringir seu mecanismo de autorregulação. Por um lado, o surgimento do neoliberalismo implica um impulso global para a adoção de certas políticas, como a liberalização da conta capital, a flexibilização do mercado de trabalho e a privatização de empresas estatais. Por outro lado, Ban (2016) argumenta que a implementação local dessas mudanças é condicionada por vários fatores, como o ambiente geopolítico, instituições pré-existentes e a distribuição local de recursos.

Da mesma forma, Bohle e Greskovits (2007, 2012) argumentam que a diversidade na implementação local de políticas neoliberais reforça a noção de que o duplo movimento Polanyiano assume sua forma institucional no nível nacional. Quanto às implicações teóricas desse argumento, os autores propõem que qualquer comparação entre diferentes regimes de economia política deve ser baseada, portanto, na análise das configurações específicas de três arenas institucionais interrelacionadas: o mercado em permanente busca por expansão, a reação da sociedade na forma de demanda por proteção e os atores que buscam construir legitimidade política para os arranjos adotados.

É importante destacar que tal marco teórico, adotada por Ban (2016) e Bohle e Greskovits (2007, 2012), enxerga o neoliberalismo como um conjunto de políticas públicas, afastando-se, portanto, da definição proposta por Peck e Tickell (2002) e Fine e Saad-Filho (2017). Segundo esses últimos autores, o neoliberalismo não é redutível a ideias ou políticas; sendo caracterizado como um estágio de desenvolvimento do capitalismo. Apesar das vantagens dessa abordagem estrutural para entender o neoliberalismo em nível global e ao longo do tempo, argumenta-se que a abordagem centrada em políticas públicas é mais adequada para analisar e classificar governos individuais.

De acordo com Bohle e Greskovits (2007, 2012), a interação entre essas três arenas Polanyianas forja três regimes distintos de economia política: neoliberal desenraizado, neoliberal enraizado e neocorporativismo. À luz dos objetivos deste artigo, esses regimes são comparados em quatro dimensões analíticas: o ritmo da liberalização econômica; a orientação das políticas macroeconômicas; políticas de proteção social; e políticas industriais.

O regime neoliberal desenraizado acelera o ritmo da liberalização econômica e envolve a adoção de políticas macroeconômicas ortodoxas. Ao mesmo tempo, esse regime não apoia o setor industrial doméstico, nem oferece proteção contra o crescimento da desigualdade social, sendo caracterizado por baixos graus de participação política e pela desregulamentação do mercado de trabalho. O aumento abrupto da abertura comercial e financeira também pode prejudicar o equilíbrio externo, abrindo caminho para crises cambiais e financeiras.

O regime neoliberal enraizado também se compromete totalmente com a liberalização econômica e a ortodoxia macroeconômica, mas está disposto a expandir a rede de proteção social para mitigar a crescente desigualdade. Tais regimes também compensam parcialmente o setor industrial doméstico por seus custos de adaptação às novas pressões competitivas. Apesar de maior coesão social e estabilidade política, a busca de objetivos conflitantes pode erodir a eficácia do governo e levar a políticas macroeconômicas contraditórias.

Um regime neocorporativista, por sua vez, emprega uma estratégia mais lenta de liberalização econômica, que é acompanhada tanto por políticas sociais abrangentes quanto pela regulação do mercado de trabalho. Além disso, esse tipo de regime oferece maiores incentivos e proteção ao setor industrial doméstico. A adoção do regime neocorporativista exige um grau maior de autonomia e capacidade por parte do governo para acomodar pressões internas e externas, a fim de evitar problemas macroeconômicos, tais como recrudescimento de pressões inflacionárias.

É importante observar que o foco do neocorporativismo reside na pactuação dos interesses de trabalhadores e empresários como condição para manter e aumentar a competitividade externa e o padrão de vida. Isso significa que os regimes neocorporativistas podem preservar a liberalização econômica e a ortodoxia macroeconômica, mas não estão necessariamente comprometidos com esses objetivos. Em outras palavras, o neocorporativismo é diferente do neoliberalismo, mas tal diferença não implica automaticamente na reversão das instituições neoliberais herdadas, como se esperaria, por exemplo, do neo-desenvolvimentismo.

Bohle e Greskovits (2007, 2012) empregaram essa tipologia para comparar estaticamente os países da Europa Central e Oriental após a transição do socialismo para o capitalismo. No entanto, os próprios autores argumentam que a mesma tipologia poderia ser usada em estudos de caso longitudinais, considerando os regimes como estratégias político-econômicas adotadas ao longo de diferentes governos. Portanto, como delineado na introdução, o presente artigo baseia-se nessa tipologia para analisar e classificar cada um dos nove governos que seguiram a transição para a democracia no Brasil.

Ao adaptar a tipologia de Bohle e Greskovits (2007, 2012), utiliza-se principalmente Gallagher (2014) e Walter (2008) para definir como cada estratégia atende às demandas de diferentes grupos sociais como meio de obter apoio político, favorecendo ou compensando suas demandas. A posição dos grupos sociais escolhidos para o estudo –setor financeiro, setor industrial e classe trabalhadora – estão resumidas na Tabela 1.

**Tabela 1 – Demandas dos grupos sociais em cada estratégia**

	<b>Setor Financeiro</b>	<b>Setor Industrial</b>	<b>Classe Trabalhadora</b>
Neoliberalismo Desenraizado	Priorizado	Pouco relevante	Pouco relevante
Neoliberalismo Enraizado	Priorizado	Compensado quando possível	Compensado quando possível
Neocorporativismo	Pouco relevante	Frequentemente compensado	Frequentemente compensado

Fonte: elaboração própria.

O setor financeiro abraça a liberalização econômica como um meio de atrair investimentos estrangeiros, bem como para desregularizar as saídas de capital (HAGGARD e MAXFIELD, 1996). Este setor também apoia políticas macroeconômicas ortodoxas, que estão associadas a altas taxas reais de juros e baixo risco-país (KIRSHNER, 2003). Portanto, espera-se que tanto o neoliberalismo desenraizado quanto o neoliberalismo enraizado darão prioridade ao setor financeiro, uma vez que essas estratégias estão comprometidas com o processo de liberalização e a ortodoxia macroeconômica.

A posição do setor industrial é mais complexa. Por um lado, o setor industrial busca acessar capital e mercados externos, enquanto favorece a redução da carga tributária, a estabilidade de preços e a desregulamentação do mercado de trabalho (SINGER, 2020). Por outro lado, o setor industrial se afasta da agenda neoliberal na proteção do mercado interno, na condução da política monetária e na necessidade de uma taxa de câmbio competitiva (STEINBERG, 2016). Antecipa-se que um governo que busca uma estratégia neoliberal enraizada formulará políticas industriais para compensar parcialmente o setor industrial pelas perdas associadas ao processo de liberalização. Nesse sentido, um governo neocorporativista poderá estender ainda mais seu apoio ao setor industrial, uma vez que essa estratégia não está totalmente comprometida com a liberalização econômica e a ortodoxia macroeconômica.

Por fim, a classe trabalhadora tende a resistir à liberalização econômica devido aos seus impactos prejudiciais na distribuição de renda e nas relações entre capital e trabalho (QUINN e INCLÁN, 1997). Da mesma forma, os trabalhadores tendem a se opor à ortodoxia macroeconômica devido ao seu impacto negativo no nível de crescimento e emprego (LAVOIE e STOCKHAMMER, 2013). No entanto, é possível mitigar essa oposição se a combinação entre a ortodoxia macroeconômica e a liberalização dos fluxos de capital levar à sobrevalorização da moeda e ao controle da inflação, tendo um efeito positivo no poder de compra dos trabalhadores (MCCARTY, POOLE e ROSENTHAL, 2013). Como no caso do



setor industrial, espera-se que os governos que operam sob uma estratégia neoliberal enraizada formulem políticas sociais para compensar parcialmente os trabalhadores contra os efeitos do processo de liberalização. Um governo neocorporativista, por outro lado, seria capaz de expandir ainda mais a proteção social, juntamente com um aumento na regulação do mercado de trabalho e a promoção de negociações salariais institucionalizadas.

As preferências contraditórias desses grupos<sup>39</sup> reforçam a necessidade de prestar atenção à inter-relação entre diferentes políticas públicas. Esse aspecto é relevante porque o governo pode construir uma coalizão sociopolítica heterogênea ao atender aos interesses de cada grupo em diferentes arenas de política pública.

**Tabela 2 – Classificação de cada governo**

Período	Presidente	Estratégia
1990-1992	Fernando Collor de Mello	Neoliberalismo Desenraizado
1992-1994	Itamar Franco	Neoliberalismo Enraizado
1995-1998	Fernando Henrique Cardoso	Neoliberalismo Enraizado
1999-2002	Fernando Henrique Cardoso	Neoliberalismo Enraizado
2003-2006	Luiz Inácio Lula da Silva	Neoliberalismo Enraizado
2007-2010	Luiz Inácio Lula da Silva	Neocorporativismo
2011-2014	Dilma Rousseff	Neocorporativismo
2015-2016	Dilma Rousseff	Neoliberalismo Enraizado
2016-2018	Michel Temer	Neoliberalismo Desenraizado

Fonte: elaboração própria.

Com base nessa adaptação da tipologia de Bohle e Greskovits (2007, 2012), a Tabela 2 apresenta a classificação de nove governos brasileiros como casos de neoliberalismo desenraizado (dois governos), neoliberalismo enraizado (cinco governos) ou neocorporativismo (dois governos).

### 4.3 A emergência do neoliberalismo enraizado

Nesta seção, discute-se a estratégia neoliberal enraizada como a orientação que caracterizou os governos do Brasil desde o início dos anos 1990 até meados dos anos 2000. De acordo com a abordagem teórica mencionada anteriormente, estrutura-se a análise das políticas de cada governo em torno de quatro dimensões analíticas: (i) a velocidade da liberalização

<sup>39</sup> Além desses grupos sociais domésticos, também assume-se que os investidores estrangeiros estão plenamente comprometidos com a liberalização econômica e a ortodoxia macroeconômica.

econômica, (ii) a orientação das políticas macroeconômicas, (iii) as políticas industriais e (iv) as políticas sociais e a regulação do mercado de trabalho. Além disso, avalia-se como cada governo tentou construir apoio para sua estratégia favorecendo ou compensando os interesses do setor financeiro, do setor industrial, da classe trabalhadora, e dos investidores estrangeiros.

Para o marco inicial da análise, a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992) é considerada como o ponto de virada para a liberalização política e econômica do Brasil. Apesar de ser membro de um pequeno partido de direita, Collor conseguiu derrotar o Partido dos Trabalhadores, de esquerda, nas primeiras eleições presidenciais livres desde 1960, assumindo um compromisso com reformas liberalizantes agressivas e a luta contra a corrupção (PANIZZA, 2000). Naquele momento, o Brasil ainda lidava com as consequências da crise da dívida externa de 1982, a qual mergulhou o país em crescente inflação, crescimento instável e baixa confiança por parte de investidores estrangeiros, especialmente após a moratória da dívida externa de 1987 (OCAMPO, 2014). Esse cenário econômico também estava sujeito a diversas pressões políticas, uma vez que a Constituição de 1988 foi elaborada em torno de objetivos social-democratas, exigindo melhorias na participação política e na proteção social (SÁTYRO e CUNHA, 2014).

Diante desse contexto, Collor optou por uma estratégia neoliberal desenraizada. Em relação à velocidade da liberalização econômica, como era de se esperar, o governo buscou ampliar o escopo do mercado, reduzindo o número de empresas estatais, removendo barreiras comerciais e controles de capital, bem como estabelecendo o Mercado Comum do Sul (Fritz e Prates, 2018). Em consonância com essa agenda, as políticas macroeconômicas do governo, baseadas no Plano Brasil Novo, tentaram conter a inflação inercial através da restrição da oferta monetária (Carvalho, 2006).

A presidência de Collor não ofereceu muita compensação ao setor industrial. A Política Industrial e de Comércio Exterior, introduzida em 1990, mudou o foco da substituição de importações para a promoção da competitividade externa (BRASIL, 1990). Em termos de instrumentos, essa política se baseou na redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, na eliminação de subsídios, e na melhoria dos padrões de qualidade e preço. Essa nova política industrial se baseou no pressuposto neoliberal de que as empresas mais aptas sobreviveriam ao desafio da concorrência internacional, sendo recompensadas com a integração competitiva aos mercados globais (CANO e SILVA, 2010).

A posição frente à classe trabalhadora seguiu uma tendência semelhante. Nesse sentido, a administração Collor se caracterizou pela obstrução da legislação complementar que teria consolidado os objetivos constitucionais de 1988, pelo bloqueio da criação de novas políticas

sociais e pela redução dos gastos sociais para níveis anteriores à nova constituição (CASTRO e CARDOSO Jr., 2005).

Na ausência de políticas compensatórias, a falha em conter a inflação e promover a recuperação econômica forjou uma ampla coalizão sociopolítica contra o governo (FLYNN, 1993). Além disso, a retórica anticorrupção do governo tornou-se cada vez mais frágil após sucessivos escândalos (PANIZZA, 2000). Essa erosão do apoio sociopolítico levou ao impeachment de Collor, que foi sucedido por seu vice-presidente em 1992.

A presidência de Itamar Franco (1992-1994) e o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) mantiveram o compromisso do Brasil com a liberalização econômica, buscando obter apoio de diferentes grupos sociais a partir da compensação daqueles que foram impactados negativamente pelo processo de liberalização. Esses governos estabeleceram as bases do neoliberalismo enraizado no Brasil – as quais foram resilientes o suficiente para lidar com desafios externos e internos subsequentes.

A pedra angular da estratégia neoliberal enraizada do Brasil nesse período foi a estabilização do desempenho macroeconômico. Nesse sentido, a adesão ao Plano Brady, que reestruturou a dívida externa em 1994, foi fundamental para construir um novo plano contra a hiperinflação, pois permitiu restabelecer os influxos de capital que possibilitaram a necessária sobrevalorização da moeda (AGGARWAL, 1996). Lançado no mesmo ano do Plano Brady, o Plano Real foi bem-sucedido em conter a inflação por meio da combinação de um regime cambial fixo com políticas fiscais e monetárias contractionistas (AVERBUG, 2002).

Uma das bases desse novo regime macroeconômico foi a atração de influxos de capital, necessária para manter a inflação sob controle por meio da apreciação da moeda (FRITZ e PRATES, 2018). Portanto, os governos Franco e Cardoso tomaram mais medidas para promover a abertura da conta de capital (FRITZ e PRATES, 2018; CUNHA et al., 2020). O grau de liberalização econômica também aumentou durante esse período por meio da privatização de bancos e empresas estatais (BOITO, 2017). No entanto, juntamente com a tendência de liberalização, a estratégia neoliberal enraizada foi acompanhada pela adoção de controles de capital contra-cíclicos para garantir a estabilidade financeira e assegurar a viabilidade de longo prazo do processo de abertura financeira (FRITZ e PRATES, 2018; PERUFFO et al., 2023).

A abertura da economia nacional também levou o governo a abolir a diferenciação constitucional entre empresas brasileiras - fundadas e sediadas no país - e empresas brasileiras controladas por capital nacional - sob controle efetivo de entidades de direito público interno

ou indivíduos com residência permanente no país. Tal distinção concedia proteção e benefícios especiais a estas últimas.

Como no caso do neoliberalismo desenraizado, a combinação de liberalização econômica e ortodoxia macroeconômica prejudicou o setor industrial doméstico. No entanto, esse setor também se beneficiou de compensações durante os governos neoliberais enraizados, incluindo a participação na privatização de empresas estatais que haviam dominado as indústrias aeronáutica, de mineração e siderúrgica do Brasil. Embora investidores estrangeiros também pudessem se beneficiar desse processo, os grupos empresariais domésticos conseguiram manter sua dominância em muitos setores aproveitando o acesso ao crédito público (RODRIGUES e JURGENFELD, 2018).

Além disso, as administrações neoliberais enraizadas forneceram incentivos gerais às empresas industriais, apoiando a internacionalização das empresas brasileiras<sup>40</sup> e expandindo o fornecimento de crédito subsidiado<sup>41</sup> (ETCHEMENDY, 2011; LEOPOLDI, 2016). Essas políticas foram complementadas por incentivos direcionados, como o Acordo do Regime Automotivo, que visava restringir as importações de veículos e estimular o investimento nesse setor, e os requisitos de conteúdo local para a indústria de petróleo e gás, que buscavam romper a resistência das empresas estrangeiras à aquisição de equipamentos e serviços de empresas brasileiras (MERA, 2007; KASAHARA e BOTELHO, 2019).

Da mesma forma, a expansão da proteção social, alcançada por meio da implementação de legislação infraconstitucional, bem como a criação de diversos programas de transferência de renda<sup>42</sup>, buscou mitigar a pressão sobre os trabalhadores que se seguiu à liberalização econômica externa e interna do Brasil (SÁTYRO e CUNHA, 2014). Juntamente com essas políticas, o aumento do poder de compra, associado ao controle da inflação, ajudou a manter o apoio popular (SAAD-FILHO, 2010).

Além de compensar trabalhadores e produtores industriais, os governos de corte neoliberal enraizado obtiveram apoio por meio da defesa dos interesses de bancos privados

---

<sup>40</sup> A preocupação com a internacionalização das empresas brasileiras motivou um maior engajamento na promoção de exportações, financiamento para aquisição de ativos no exterior e crédito para importadores de bens e serviços brasileiros (LEOPOLDI, 2016).

<sup>41</sup> Durante os governos liderados por Cardoso, por exemplo, o crédito subsidiado pelo banco nacional de desenvolvimento quase quintuplicou (ETCHEMENDY, 2011).

<sup>42</sup> Em relação a políticas temáticas e transferências condicionada de renda, o governo criou iniciativas como o Programa de Saúde da Família, Programa de Apoio à Agricultura Familiar, Fundo de Financiamento Estudantil, Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, Programa Agente Jovem, Bolsa Qualificação, Bolsa Escola, Vale-Gás e Bolsa Alimentação. Apesar da falta de harmonização entre essas políticas, as políticas sociais durante a presidência de Cardoso aumentaram a cobertura e o impacto redistributivo dos serviços públicos (DRAIBE, 2003).

domésticos e investidores estrangeiros. Ambos os grupos se beneficiaram da abertura financeira, das altas taxas de juros, do controle da inflação e do avanço da privatização (NASSIF e FEIJÓ, 2013). Também é importante notar que os maiores bancos privados domésticos receberam apoio do governo para lidar com a instabilidade financeira e a concorrência dos bancos estrangeiros, o que lhes permitiu manter seu poder de mercado após o processo de consolidação bancária<sup>43</sup> (ETCHEMENDY e PUENTES, 2017).

Em 1999, o neoliberalismo enraizado enfrentou seu primeiro desafio real quando a crise cambial ameaçou as bases macroeconômicas dessa estratégia (FLYNN, 1999). Em resposta, o segundo mandato de Cardoso (1999-2002) começou estabelecendo o chamado tripé macroeconômico - combinando regime de metas de inflação, superávit primário e taxa de câmbio flutuante (AFONSO, ARAÚJO e FAJARDO, 2016). Diante da necessidade de atrair influxos de capital, o governo também removeu controles de capital que haviam sido adotados desde 1993 (FRITZ e PRATES, 2018).

Apesar dessas mudanças no regime macroeconômico, o segundo mandato de Cardoso não ofereceu mais compensações a produtores industriais ou trabalhadores. Além disso, a crise cambial de 1999 afetou negativamente o desempenho macroeconômico do país, minando o apoio do governo e levando à vitória petista nas eleições presidenciais de 2002.

Contrário às expectativas, o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) não resultou em uma ruptura imediata com o neoliberalismo enraizado. Por exemplo, o novo governo manteve o tripé macroeconômico, perseguindo a meta de inflação por meio de políticas fiscais e monetárias contracionistas (ARAÚJO et al., 2020; MODENESI et al., 2015). Além disso, o governo manteve o ritmo de liberalização econômica, garantindo a abertura da conta capital e reformando o sistema de previdência dos servidores públicos (SAAD-FILHO, 2020; FRITZ e PRATES, 2018).

Por outro lado, o primeiro mandato de Lula expandiu as formas de compensação disponíveis para aqueles impactados negativamente pela liberalização econômica. Em relação aos produtores industriais, por exemplo, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, introduzida em 2003, combinou políticas horizontais com incentivos seletivos, como atividades estratégicas e inovação tecnológica, e reduziu o tabu em torno do papel do Estado no planejamento e na coordenação do processo de desenvolvimento (BRASIL, 2003; CANO e SILVA, 2010; CUNHA et al. 2014).

---

<sup>43</sup> Em países como Argentina e México, as administrações neoliberais não forneceram apoio aos bancos domésticos, abrindo caminho para a predominância de bancos estrangeiros (ETCHEMENDY e PUENTES 2017).

Da mesma forma, além de fortalecer as políticas sociais existentes, o governo criou as seguintes políticas: Farmácia Popular, oferecendo medicamentos a preços reduzidos; Brasil Sorridente, aumentando o acesso a tratamento dentário gratuito; Universidade para Todos, concedendo bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas; e o Bolsa Família, oferecendo, em seu auge, transferência condicional de renda para um quarto da população brasileira (HUNTER, 2014).

É importante notar, no entanto, que essa extensão do apoio sociopolítico não desafiou os interesses de bancos privados domésticos e investidores estrangeiros (SINGER, 2012). Durante o primeiro mandato de Lula, ambos os grupos se beneficiaram de fatores como abertura financeira, controle da inflação, altas taxas de juros e desenvolvimento financeiro (LAVINAS, 2017).

#### **4.4 A queda do neoliberalismo enraizado**

Apesar de combinar estabilidade econômica e política com redução da pobreza, a estratégia neoliberal enraizada foi incapaz de superar as fragilidades estruturais da economia brasileira, como a taxa de investimento estagnada, a lenta redução da desigualdade de renda, o déficit em conta corrente, a especialização regressiva das exportações, o atraso tecnológico e a tendência de desindustrialização (CARDOSO e HAMASAKI, 2015). Diante desses desafios, durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), o governo tentou substituir o neoliberalismo enraizado por uma estratégia neocorporativista.

Essa mudança respondeu a duas pressões complementares. Em nível doméstico, tanto os produtores industriais quanto os sindicatos exigiam uma aceleração do crescimento<sup>44</sup>, enquanto mudanças em posições-chave dentro do gabinete fortaleciam a presença de membros sêniores do governo alinhados com tradições mais intervencionistas<sup>45</sup>. Em nível internacional,

---

<sup>44</sup> A convergência entre grupos empresariais domésticos e sindicatos atingiu seu auge no documento conjunto de 2011 assinado pela Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que propôs mudanças nas políticas industriais e macroeconômicas (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, FORÇA SINDICAL e FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011). A preocupação dos sindicatos com os desafios no setor industrial podem ser observadas em várias publicações sindicais durante o final dos anos 2000 (GALVÃO, 2014).

<sup>45</sup> Em 2006, por exemplo, Guido Mantega, um economista com formação desenvolvimentista, substituiu Antonio Palocci, defensor de políticas econômicas ortodoxas, como Ministro da Fazenda do Brasil. Da mesma forma, em 2011, Alexandre Tombini, mais inclinado a uma abordagem mais flexível, substituiu Henrique Meirelles, que havia implementado uma política monetária contracionista como Presidente do Banco Central do Brasil.

a Crise Financeira Global de 2007 enfraqueceu o consenso em torno dos benefícios da liberalização econômica (KIRSHNER, 2014).

Diante dessas circunstâncias, o compromisso do Brasil com a liberalização econômica e a ortodoxia macroeconômica foi flexibilizado pelo segundo governo de Lula e pelo primeiro governo de Rousseff (MODENESI et al., 2015). Como meio de obter apoio para essa reorientação neocorporativista, Lula e Rousseff tentaram construir uma coalizão socio-política alternativa, afastando-se gradualmente da abordagem *catch-all* que caracterizava o neoliberalismo enraizado (BOSCHI e PINHO, 2019; SINGER, 2017).

Com o objetivo de promover o crescimento econômico, o neocorporativismo visava dinamizar o mercado interno. Alinhados a essa estratégia, os governos de Lula e Rousseff atenderam os interesses dos trabalhadores ao estender a regulamentação do mercado de trabalho por meio da criação da regra de aumento do salário mínimo, do estabelecimento de incentivos a acordos coletivos entre associações setoriais e sindicatos e da promoção do poder dos sindicatos nas decisões de investimento dos fundos de pensão<sup>46</sup> (LOUREIRO, 2018).

Os governos neocorporativistas também criaram novas políticas sociais, como o Brasil Carinhoso, que aumentou as transferências de dinheiro para erradicar a extrema pobreza; o Bônus Verde, que forneceu transferências de dinheiro para famílias de baixa renda que vivem em áreas de conservação; Minha Casa, Minha Vida, subsidiando crédito imobiliário para famílias de baixa renda; a Lei de Ação Afirmativa, garantindo acesso de estudantes negros, indígenas, deficientes e de baixa renda à universidade; e o Programa Nacional de Acesso à Educação Técnica e Emprego, que ofereceu bolsas de estudo para educação técnica (MARQUES, XIMENES e UGINO, 2018). Embora a maioria dessas políticas se assemelhe às implementadas durante o neoliberalismo enraizado, as iniciativas voltadas para o mercado imobiliário e a formação da força de trabalho sinalizaram um aumento no grau de intervencionismo econômico. Além disso, a política fiscal se tornou mais expansionista devido à exclusão do investimento público da regra do superávit primário e à expansão das transferências e subsídios fiscais (CARVALHO, 2018). Essa reorientação contribuiu para a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento, um conjunto de projetos de infraestrutura que beneficiaram várias empresas domésticas em setores como construção, saneamento, energia, transporte e logística (DOCTOR, 2007; WYLDE, 2012).

---

<sup>46</sup> Embora tenha sido criado durante o neoliberalismo incorporado em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social reflete as preferências do Partido dos Trabalhadores por acordos institucionalizados entre associações empresariais e sindicatos (DOCTOR 2007; WYLDE 2012). Essa preferência também levou à criação do Conselho de Relações de Trabalho em 2010 (LADOSKY e RODRIGUES 2018).

Para evitar que o crescimento econômico se convertesse em demanda por importações, os governos neocorporativistas de Lula e Rousseff tentaram gradualmente alterar o regime macroeconômico, buscando recuperar a competitividade externa. Nesse sentido, ambos os governos buscaram reduzir as taxas de juros para promover investimentos produtivos e mitigar a sobrevalorização da moeda (FRITZ e PRATES, 2018). Essa reorientação da política monetária teve início durante o governo Lula, mas ganhou força durante o primeiro mandato de Rousseff, quando o Banco Central acelerou a redução da taxa de juros e os bancos estatais pressionaram os spreads dos bancos privados (MODENESI et al., 2015; CUNHA et al., 2019).

É importante observar, no entanto, que a expansão do ciclo financeiro global - baseada na adoção do afrouxamento quantitativo (*quantitative easing*) pelas economias avançadas - manteve a atratividade de mercados emergentes como o Brasil para entradas de capital, mantendo a tendência de sobrevalorização da moeda (KALTENBRUNNER e PAINCEIRA, 2015). Nesse contexto, os governos neocorporativistas brasileiros no final dos anos 2000 responderam mudando os objetivos da gestão de fluxos de capital. Portanto, ao lado dos esforços para moldar a composição das entradas para salvaguardar a estabilidade financeira, foram promulgadas regulamentações buscando a redução dos influxos para conter a apreciação da moeda e redirecionar a demanda agregada para investimentos produtivos (GALLAGHER, 2014; SILVA, 2022, 2023).

Essa postura de intervencionismo econômico também caracterizou outras áreas de política pública. Por exemplo, investidores estrangeiros criticaram políticas nacionalistas, como a substituição das regras de licenciamento anteriores por um regime de partilha de produção para o petróleo do pré-sal (MASSI e SINGH, 2018). Da mesma forma, em relação à política externa, o Brasil fortaleceu sua presença nos mercados africanos e latino-americanos, colaborando com outros países emergentes, como China, Índia e África do Sul, dentro de organizações internacionais (HOPEWELL, 2015).

O neocorporativismo também expandiu a compensação direta ao setor industrial doméstico por meio de dois canais entrelaçados. Primeiro, os bancos estatais aumentaram sua participação no fornecimento de crédito em detrimento do comportamento pró-cíclico dos bancos privados (CUNHA et al., 2017). Segundo, o governo formulou novas políticas industriais - a Política de Desenvolvimento Produtivo e o Plano Brasil Maior, lançados em 2008 e 2011 - que foram caracterizadas por instrumentos mais amplos e cobertura setorial (ABDAL, 2019; BRASIL, 2008, 2011; SEBEN e SILVA, 2016).

Como mencionado anteriormente, há vários estudos que avaliam as políticas do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, especialmente após 2006, à luz do conceito de neo-



desenvolvimentismo. Em contraste, argumenta-se aqui que a reorientação das políticas macroeconômicas e industriais do partido não atende à definição de neo-desenvolvimentismo; em vez disso, essa mudança de política é melhor caracterizada pelo conceito de neocorporativismo por duas razões principais. Em primeiro lugar, como qualquer tipo de desenvolvimentismo, o neo-desenvolvimentismo pressupõe um foco no catch-up tecnológico e na promoção da indústria manufatureira doméstica (JOHNSON, 1999; BRESSER-PEREIRA, 2009). No entanto, as políticas industriais implementadas pelos governos do PT não se concentraram na inovação e careceram de seletividade setorial em suas isenções fiscais indiscriminadas e subsídios (ARBIX et al., 2017; LOUREIRO, 2020). Da mesma forma, a oferta de crédito estatal beneficiou principalmente empresas dos setores tradicionais, como mineração, soja, açúcar, papel e celulose, e petróleo e gás (CARRILLO, 2014).

Em segundo lugar, a adesão a qualquer tipo de desenvolvimentismo exige a subordinação de todas as políticas econômicas ao objetivo de mudança estrutural (CALDENTEY, 2008). Esse elemento estava claramente ausente nas políticas macroeconômicas analisadas. Por exemplo, a avaliação da política cambial ajuda a ilustrar as diferenças entre o neo-desenvolvimentismo e o neocorporativismo. Nesse sentido, a sobrevalorização da moeda foi funcional para proteger o poder de compra dos trabalhadores em conformidade com o arranjo neocorporativista, enquanto alimentava a desindustrialização e a especialização regressiva, prejudicando os objetivos neo-desenvolvimentistas (RUGITSKY, 2017; LOUREIRO, 2018). Apesar da tentativa de reorientação do regime macroeconômico durante o primeiro mandato de Rousseff, a política cambial permaneceu guiada por objetivos neocorporativistas, adiando a desvalorização da moeda em detrimento do setor manufatureiro doméstico (LOUREIRO, 2020).

A análise do desempenho dos governos neocorporativistas pode ser dividida em dois períodos. Entre 2006 e 2013, apesar da manutenção de problemas estruturais como desindustrialização e especialização regressiva, foi possível aumentar o crescimento econômico, o emprego e a inclusão social sem prejudicar o equilíbrio fiscal e o controle da inflação, mesmo após a Crise Financeira Global (MODENESI et al., 2015). Após 2013, a redução do Quantitative Easing do Federal Reserve, o fim do boom de commodities e a resposta insuficiente do investimento privado às políticas neocorporativistas ampliaram as vulnerabilidades econômicas e políticas do Brasil (MARQUETTI, HOFF e MIEBACH 2020).

Além dos choques externos, a deterioração econômica também decorreu do reforço mútuo entre a distribuição de renda e a estrutura produtiva que caracterizou os governos do PT (Loureiro 2020). Nesse sentido, a queda da desigualdade surgiu da geração de empregos de

baixa produtividade, juntamente com o padrão de consumo baseado na sobrevalorização da moeda (LOUREIRO e SAAD-FILHO, 2019). Além de favorecer a desindustrialização e a especialização regressiva, essas características exerceram pressão sobre a conta corrente, erodindo gradualmente as perspectivas de crescimento econômico (RUGITSKY, 2017).

Esse novo contexto prejudicou o aspecto fundamental da estratégia neocorporativista, ou seja, a conciliação entre interesses econômicos contraditórios. Por exemplo, o governo começou a perder apoio de trabalhadores e grupos de baixa renda devido a pressões inflacionárias, estagnação do crescimento econômico e melhoria insuficiente dos serviços públicos (BRAGA e PURDY, 2019). Dos produtores industriais domésticos, também houve críticas crescentes associadas à deterioração fiscal, ao aumento da inflação, à percepção de excessivo intervencionismo econômico, à falta de vontade de promover reformas liberalizantes adicionais e até a perdas financeiras devido a taxas de juros mais baixas (SINGER, 2019; MARQUETTI, HOFF e MIEBACH, 2020). A erosão do apoio entre as bases sociopolíticas da estratégia neocorporativista se seguiu a insatisfação já existente entre bancos privados domésticos e investidores estrangeiros, que se opuseram a muitas das políticas mencionadas (BOSCHI e PINHO, 2019).

Diante desse cenário, após a reeleição de Rousseff em 2014, o governo tentou retornar ao neoliberalismo enraizado, buscando recuperar a confiança e o investimento do setor privado por meio da consolidação fiscal e de uma proposta de reforma da previdência (BOSCHI e PINHO, 2019). No entanto, o aumento abrupto dos preços administrados, a resposta insuficiente do investimento privado e a falta de espaço fiscal para agir de forma contracíclica consolidaram a desaceleração econômica (CARVALHO, 2018; SAAD-FILHO e MORAIS, 2018). No final das contas, o aprofundamento do conflito distributivo ao redor da política econômica e os sucessivos escândalos de corrupção corroeram o apoio do governo no parlamento e culminaram no impeachment de Rousseff em 2016, justificado por meio das regras de política fiscal (SAAD-FILHO, 2020).

Após o impeachment de Rousseff, Michel Temer (2016-2018) assumiu o governo. Apesar de ser vice-presidente desde 2010 e membro de um partido político centrista, seu governo recebeu o apoio de partidos de oposição de direita, criando uma nova oportunidade para o retorno do neoliberalismo desenraizado. Em termos de liberalização econômica, o novo governo aumentou o grau de liberdade empresarial e a abertura comercial, buscando reduzir seu papel através da diminuição do fornecimento de crédito por parte dos bancos estatais e propondo novas privatizações (NASSIF, 2017). Quanto à orientação das políticas macroeconômicas, em conformidade com as demandas do setor financeiro, a presidência de

Temer institucionalizou a consolidação fiscal após aprovar uma emenda à Constituição que impôs um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos (BRASIL, 2016).

O governo também aboliu medidas compensatórias para a indústria manufatureira e a classe trabalhadora. Por exemplo, a nova política industrial (Brasil Mais Produtivo) focou apenas em médias e pequenas empresas selecionadas, enquanto o Bolsa Família reduziu sua cobertura (MARQUES, XIMENES e UGINO, 2018). Na regulamentação do mercado de trabalho, uma reforma aprovada em 2017 flexibilizou direitos em relação a férias, horário de trabalho e tempo gasto no trabalho (Krein 2018). Além disso, a lei tornou as contribuições sindicais opcionais, colocando pressão financeira sobre a ação dos sindicatos.

#### **4.5 Considerações Finais**

Este artigo se baseou na abordagem de Bohle e Greskovits (2007, 2012) para comparar as estratégias político-econômicas adotadas pelos governos brasileiros após a democratização. Em resposta a interesses concorrentes do setor financeiro, da indústria manufatureira e da classe trabalhadora, esses governos escolheram entre estratégias de neoliberalismo desenraizado, neoliberalismo enraizado e neocorporativismo, enfrentando diferentes desafios e crises.

Após a adoção efêmera do neoliberalismo desenraizado no início dos anos 1990, os governos de neoliberalismo enraizado, no poder entre 1992 a 2006, conseguiram conciliar a liberalização econômica e políticas macroeconômicas ortodoxas com estabilidade política e coesão social, compensando o setor industrial e a classe trabalhadora por algumas de suas perdas. No entanto, no final dos anos 2000, o descontentamento desses dois grupos sociais com níveis insuficientes de crescimento econômico contribuiu para o surgimento do neocorporativismo, que relaxou o compromisso com a liberalização e a ortodoxia macroeconômica a fim de expandir políticas industriais, a proteção social e a regulação do mercado de trabalho. A crise do neocorporativismo, que eclodiu em 2013 e culminou no impeachment de 2016, apresentou uma nova oportunidade para o neoliberalismo desenraizado, novamente colocando os interesses do setor financeiro no centro da formulação das políticas públicas no Brasil.

Como discutido na introdução, o uso desse arcabouço teórico Polanyiano oferece três contribuições-chave para a literatura de economia política que examina a evolução político-econômica recente do Brasil. Em primeiro lugar, evita o uso indiscriminado do conceito de

desenvolvimentismo para avaliar a experiência petista, fornecendo uma descrição que abrange tanto a mudança quanto a continuidade que caracterizaram o processo brasileiro de liberalização econômica. Como esse uso do desenvolvimentismo é comum na pesquisa sobre a Onda Rosa na América Latina, o arcabouço proposto neste artigo pode contribuir também para a análise de governos de esquerda em toda a região.

Em segundo lugar, o número finito de dimensões analíticas e estratégias político-econômicas evita a solução fácil de criar novos termos para acomodar visões distintas. Por exemplo, é possível discordar da classificação dos governos Cardoso como casos de neoliberalismo enraizado, no entanto, o arcabouço teórico proposto neste artigo torna possível que outros estudos classifiquem essas administrações como casos de neoliberalismo desenraizado, mantendo a clareza sobre qual dimensão analítica é objeto de debate.

Em terceiro lugar, o número fixo de dimensões analíticas e tipos ideais facilita a comparação com outros países. Isso torna possível contrastar a experiência brasileira com a estabilidade neocorporativista no Uruguai ou a polarização entre neoliberalismo desenraizado e neocorporativismo na Argentina.

A adoção do marco teórico Polanyiano também contribui para lançar luz sobre as perspectivas futuras de cada estratégia político-econômica. A contribuição preditiva dessa abordagem decorre da identificação das fontes mais prováveis de instabilidade sob cada estratégia. Por exemplo, a presidência de Jair Bolsonaro é um caso extremo de neoliberalismo desenraizado e seu principal desafio reside na construção de uma maioria política estável disposta a apoiar novas reformas de mercado sem exigir políticas compensatórias adicionais. Conscientizar-se dos riscos do neoliberalismo desenraizado pode nos ajudar a explicar por que o atual governo brasileiro combinou a agenda neoliberal com um apelo à guerra cultural e a tentativas de corroer as instituições democráticas.

Da mesma forma, vale a pena considerar como o recente processo de desindustrialização e especialização regressiva podem afetar a sustentabilidade do neoliberalismo enraizado e do neocorporativismo se eles forem adotados novamente em algum momento no futuro. Especificamente, essas mudanças na estrutura econômica do Brasil provavelmente irão erodir a capacidade de atender concomitantemente interesses contraditórios, aprofundando assim a dependência dessas estratégias frente a condições externas favoráveis. Em outras palavras, na ausência de mudanças no cenário internacional, as fragilidades do neoliberalismo desenraizado podem não levar ao seu desaparecimento, trazendo repercussões incertas para a autonomia e a democracia do Brasil.

Como o neoliberalismo é um fenômeno global, as previsões acima sobre a interação entre política e estratégias político-econômicas são válidas para países além do Brasil. Nesse sentido, por um lado, as dificuldades em construir apoio ao neoliberalismo levaram seus defensores à busca de fontes alternativas de sustentação, tais como o populismo de direita. Por outro lado, a liberalização econômica e a ortodoxia macroeconômica impõem obstáculos às perspectivas de estratégias alternativas, prejudicando a autonomia e a estrutura produtiva dos países.

#### 4.6 Referências

- Abdal, A. 2019. “Contribuição à crítica da política industrial no Brasil entre 2004 e 2014.” *Novos estudos* 38(2):437-456. doi:10.25091/s01013300201900020008
- Afonso, J., E. Araújo, and B. Fajardo. 2016. “The role of fiscal and monetary policies in the Brazilian economy: Understanding recent institutional reforms and economic changes.” *The Quarterly Review of Economics and Finance* 62:41-55. doi:10.1016/j.qref.2016.07.005
- Aggarwal, V. 1996. *Debt Games: Strategic Interaction in International Debt Rescheduling*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Araujo, E.; Araujo, E.; Fonseca, M.; Silva, P. (2020). Inflation Targets Regime and global financial cycle: An assessment for the Brazilian economy. *PSL Quarterly Review*, Vol. 73, Iss. 292: 27-49.
- Arbix, G., et al. 2017. “Avanços, equívocos e instabilidade das políticas de inovação no Brasil.” *Novos Estudos CEBRAP* 36(3): 9-27. doi:10.25091/s0101-3300201700030002.
- Averbug, A. 2002. “The Brazilian Economy in 1994–1999: From the Real Plan to Inflation Targets.” *The World Economy* 25(7): 925-944. doi:10.1111/1467-9701.00472
- Ban, C. 2013. “Brazil’s liberal neo-developmentalism: New paradigm or edited orthodoxy?” *Review of International Political Economy* 20(2): 298-331. doi:10.1080/09692290.2012.660183
- Ban, C. 2016. *Ruling ideas: how global neoliberalism goes local*. New York: Oxford University Press.
- Bizberg, I. 2019. *Diversity of Capitalisms in Latin America*. Palgrave Macmillan.
- Blyth, M. 2002. *Great Transformations: economic ideas and institutional change in the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bohle, D., and B. Greskovits. 2007. “Neoliberalism, embedded neoliberalism and neocorporatism: Towards transnational capitalism in Central-Eastern Europe.” *West European Politics*, 30(3): 443-466. doi:10.1080/01402380701276287

- Bohle, D., and B. Greskovits. 2012. *Capitalist diversity on Europe's periphery*. NY: Cornell University Press.
- Boito, A. 2020. "Lulism, Populism, and Bonapartism." *Latin American Perspectives* 47(1):134-151. doi:10.1177/0094582X19887910
- Boito, A. 2017. "Class Relations in Brazil's New Neoliberal Phase." *Latin American Perspectives* 34(5):115-131. doi:10.1177/0094582X07306304
- Boschi, R., and C.Pinheiro. 2019. "Crisis and Austerity: The Recent Trajectory of Capitalist Development in Brazil." *Contemporary Politics* 25(3):292-312. doi:10.1080/13569775.2018.1555783
- Braga, R., and S.Purdy. 2019. "A precarious hegemony: neo-liberalism, social struggles, and the end of Lulismo in Brazil." *Globalizations* 16(2):201-215. doi:10.1080/14747731.2018.1479013
- Brasil. 1990. *Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior*. Brasília: MEFP.
- Brasil. 2003. *Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior*. Brasília: MDIC.
- Brasil. 2008. *Política de Desenvolvimento Produtivo: inovar e investir para sustentar o crescimento*. Brasília: MDIC.
- Brasil. 2016. *Emenda Constitucional nº 95*. Brasília: Congresso Nacional.
- Bresser-Pereira, L. 2009. "From Old to New Developmentalism in Latin America." In *The Oxford Handbook of Latin American Economics* edited by J.Ocampo and J.Ros, 108-130. Oxford: Oxford University Press.
- Caldentey, E. 2008. "The Concept and Evolution of the Developmental State." *International Journal of Political Economy* 37(3):27-53. doi:10.2753/IJP0891-1916370302
- Cano, W., and A. Silva. 2010. "Política industrial do governo Lula." *Texto para discussão n. 181*. Campinas: IE/UNICAMP.
- Cardoso, J., and C. Hamasaki. 2015. "Development Patterns, Labor Market, and Social Protection: The Brazilian Experience between the Liberal Decade (1990s) and Developmentalism Decade (2000s)." In *The Brazilian Economy Today Towards a New Socio-Economic Model?* edited by A.Pereira and L.Mattei. London: Palgrave Macmillan.
- Carrillo, I. 2014. "The New Developmentalism and the Challenges to Long-Term Stability in Brazil." *Latin American Perspectives* 41(5):59-74. doi:10.1177/0094582X14543791
- Carvalho, F. 2006. "As origens e a gênese do Plano Collor." *Nova Economia* 16(1):101-134.
- Carvalho, L. 2018. *Valsa Brasileira: do Boom ao Caos Econômico*. RJ: Todavia.

Castro, J., and J. Cardoso. 2005. "Políticas sociais no Brasil: gasto social do governo federal de 1988 a 2002." In *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo* edited by L.Jaccoud. Brasília, Ipea.

Chodor, T. 2015. *Neoliberal Hegemony and the Pink Tide in Latin America*. London: Palgrave Macmillan.

Cunha, A. et al. 2014. "Estado e Política de Desenvolvimento Industrial no Brasil (2003-2014)." In *Política Industrial e Internacionalização* edited by H. Henkin. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV.

Cunha, A. et al. 2017. "The Brazilian Credit Market During the Great Recession." In *The Brazilian Economy since the Great Financial Crisis of 2007/2008* edited by P.Arestis, C.Baltar and D.Prates. London: Palgrave Macmillan.

Cunha, A. et al. 2019. "Ciclos financeiros e o comportamento do crédito no Brasil nos anos 2000." *Economia e Sociedade*, 28(1): 201-226. doi:10.1590/1982-3533.2019v28n1art10

Cunha, A. et al. 2020. "External Financial Liberalization and Macroeconomic Performance in Emerging Countries: An Empirical Evaluation of the Brazilian Case." *Development and Change*, 51: 1225-1245. doi:10.1111/dech.12602

Doctor, M. 2007. "Lula's Development Council: Neo-Corporatism and Policy Reform in Brazil." *Latin American Perspectives* 34(6):131-148. doi:10.1177/0094582X07308265

Draibe, S. 2003. "A política social no período FHC e o sistema de proteção social." *Tempo social* 15(2):63-101. doi:10.1590/S0103-20702003000200004

Etchemendy, S. 2011. *Models of Economic Liberalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

Etchemendy, S., and I.Puentes. 2017. "Power and Crisis: Explaining Varieties of Commercial Banking Systems in Argentina, Brazil and Mexico." *Journal of Politics in Latin America* 9(1):3-31. doi:10.1177/1866802X1700900101

Fine, B., and A. Saad-Filho. 2017. "Thirteen things you need to know about neoliberalism." *Critical Sociology* 43(4-5):685-706. doi:10.1177/0896920516655387

Flores-Macias, G. 2012. *After Neoliberalism?* New York: Oxford University Press.

Flynn, P. 1993. "Collor, Corruption and Crisis: Time for Reflection." *Journal of Latin American Studies* 25(2):351-371. doi:10.1017/S0022216X00004697

Flynn, P. 1999. "Brazil: The Politics of Crisis." *Third World Quarterly* 20(2):287-317. doi:10.1080/01436599913776

Fritz, B., and D.Prates. 2018. "Capital account regulation as part of the macroeconomic regime: comparing Brazil in the 1990s and 2000s." *European Journal of Economics and Economic Policies* 15(3):313-334. doi:10.1590/0101-31572016v37n01a06

Gallagher, K. 2014. *Ruling Capital: emerging markets and the re-regulation of cross border finance*. Ithaca: Cornell University Press.

- Galvão, A. 2014. "The Brazilian Labor Movement under PT Governments." *Latin American Perspectives* 41(5):184-199. doi:10.1177/0094582X14545972
- Gerring, J. 2012. "Mere Description." *British Journal of Political Science* 42(4):721-746. doi:10.1017/S0007123412000130
- Gezmiş, H. 2018. "From Neoliberalism to Neo-developmentalism? The Political Economy of Post-crisis Argentina (2002–2015)." *New Political Economy* 23(1):66-87. doi:10.1080/13563467.2017.1330877
- Haggard, S., and S.Maxfield. 1996. "The Political Economy of Financial Internationalization in the Developing World." *International Organization* 50(1):35-68. doi:10.1017/S0020818300001661
- Hopewell, K. 2015. "Different paths to power: The rise of Brazil, India and China at the World Trade Organization." *Review of International Political Economy* 22(2):311-338. doi:10.1080/09692290.2014.927387
- Hunter, W. 2014. "Making Citizens: Brazilian Social Policy from Getúlio to Lula." *Journal of Politics in Latin America* 6(3):15-37.
- Johnson, C. 1999. *The Developmental State: Odyssey of a Concept*. In *The Developmental State* edited by M.Woo-Cummings. Ithaca: Cornell University Press.
- Kaltenbrunner, A., and J.Painceira. 2015. "Developing countries' changing nature of financial integration and new forms of external vulnerability: the Brazilian experience." *Cambridge Journal of Economics* 39(5):1281-36. doi:10.1093/cje/beu038
- Kasahara, Y., and A. Botelho. 2019. "Ideas and Leadership in the Crafting of Alternative Industrial Policies: Local Content Requirements Brazilian Oil and Gas Sector." *Comparative Politics* 51(3):385-405.
- Kirshner, J. 2003. "Money Is Politics." *Review of International Political Economy* 10(4):645-660. doi:10.1080/09692290310001601911
- Kirshner, J. 2014. *American Power after the Financial Crisis*. Ithaca: Cornell University Press.
- Krein, J. 2018. "O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva Consequências da reforma trabalhista." *Tempo Social* 30(1):77-104. doi:10.11606/0103-2070.ts.2018.138082
- Kupfer, D., J.Ferraz, and F.Marques. 2013. "The return of industrial policy in Brazil." In *The industrial policy revolution I: The role of government beyond ideology* edited by J.Stiglitz and J.Lin, 327-339. New York: Palgrave Macmillan.
- Ladosky, M., and I. Rodrigues. 2018. "A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes." *Tempo Social* 30(1):53-76. doi:10.11606/0103-2070.ts.2018.138079
- Lavinas, L. 2017. *The Takeover of Social Policy by Financialization The Brazilian Paradox*. New York: Palgrave Macmillan.
- Lavoie, M., and E. Stockhammer (eds). 2013. *Wage-led Growth*. London: Palgrave Macmillan.



- Leopoldi, M. 2016. “Políticas de Internacionalização em face dos Desafios do Século XXI: Instituições e Políticas Voltadas para a Ampliação do Comércio Exterior e o Apoio às Multinacionais Brasileiras.” In *Capacidades Estatais em Países Emergentes - o Brasil em perspectiva comparada* edited by A.Gomide and R.Boschi, 387-423. Rio de Janeiro: IPEA.
- Loureiro, P., and A. Saad-Filho. 2019. “The Limits of Pragmatism. The Rise and Fall of the Brazilian Workers’ Party (2002–2016).” *Latin American Perspectives* 46(1):66-84. doi:10.1177/0094582X18805093
- Loureiro, P. 2018. “Reformism, class conciliation and the Pink Tide: material gains and their limits.” In *The social life of economic inequalities in contemporary Latin America: decades of change* edited by M.Ystanes and I.Stronen, 35-56. Cheltenham: Palgrave Macmillan.
- Loureiro, P. 2020. “Class inequality and capital accumulation in Brazil, 1992–2013.” *Cambridge Journal of Economics* 44(1):181-206. doi:10.1093/cje/bez030
- Marques, R., S. Ximenes and C. Ugino. 2018. “Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior.” *Brazilian Journal of Political Economy* 38(3):526-547. doi:10.1590/0101-35172018-2784
- Marquetti, A., C. Hoff, and A. Miebach. 2020. “Profitability and Distribution: The Origin of the Brazilian Economic and Political Crisis.” *Latin American Perspectives* 47(1):115-133. doi:10.1177/0094582X19887751
- Massi, E., and J. Singh. 2018. “Industrial policy and state-making: Brazil’s attempt at oil-based industrial development.” *Third World Quarterly* 39(6):1133-1150. doi:10.1080/01436597.2018.1455144
- McCarty, N., K. Poole, and H. Rosenthal. 2013. *Political Bubbles: Financial Crises and the Failure of American Democracy*. New Jersey: Princeton University Press.
- Mera, L. 2007. “Macroeconomic Concerns and Intrastate Bargains: Explaining Illiberal Policies in Brazil's Automobile Sector.” *Latin American Politics and Society* 49(1):113-140. doi:10.1111/j.1548-2456.2007.tb00376.x
- Modenesi, R., et al. 2015. “Restructuring the Economic Policy Framework in Brazil: Genuine or Gattopardo change?” *Revue de la Régulation* 17.
- Musacchio, A., and S. Lazzarini. 2014. *Reinventing State Capitalism: Leviathan in Business, Brazil and Beyond*. Cambridge: Harvard University Press.
- Nassif, A., and C. Feijó. 2013. “Liberal versus neo-developmental convention to growth: why has Brazil shown a poor performance since the 1980s?” *Brazilian Journal of Political Economy* 33(4):555-57.
- Nassif, A. 2017. “An Analysis of Brazil’s Economic Situation: 2014-2017, the short-term outlook and policy alternatives.” *Brazilian Keynesian Review* 3(1):95-108. doi:10.33834/bkr.v3i1.106
- Ocampo, J. 2014. “The Latin American Debt Crisis in Historical Perspective.” In *Life After Debt* edited by J.Stiglitz and D.Heymann. London: Palgrave Macmillan.

- Panizza, F. 2000. "Neopopulism and its limits in Collor's Brazil." *Bulletin of Latin American Research* 19(2):177–192. doi:10.1111/j.1470-9856.2000.tb00098.x
- Peck, J., and A. Tickell. 2002. "Neoliberalizing Space." *Antipode* 34(3):380-404. doi:10.1111/1467-8330.00247
- Peruffo, L. et al. 2023. "Global Financial Crisis and Capital Flows Management in Brazil: Towards a Polanyian Approach." *Journal of Economic Issues*, 57(1): 275-300. doi: 10.1080/00213624.2023.2170142
- Polanyi, K. 1980. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.
- Quinn, D., and C. Inclán, C. 1997. "The Origins of Financial Openness: A Study of Current and Capital Account Liberalization." *American Journal of Political Science* 41(3):771-813. doi:10.2307/2111675
- Rodrigues, C., and V. Jurgenfeld. 2019. "Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras." *Economia e Sociedade* 28(2):392-420. doi:10.1590/1982-3533.2019v28n2art05
- Rugitsky, F. 2017. "The Rise and Fall of the Brazilian Economy (2004–2015): The Economic Antimiracle." *FEA/USP Working Paper Series* 29:1-44.
- Saad-Filho, A., and L. Morais. 2018. *Brazil: Neoliberalism versus Democracy*. London: Pluto Press.
- Saad-Filho, A. 2010. "Neoliberalism, democracy, and development policy in Brazil." *Development and Society* 39(1):1-28. doi:10.1057/9781137028303\_7
- Saad-Filho, A. 2020. "Varieties of Neoliberalism in Brazil (2003–2019)." *Latin American Perspectives* 47(1):9-27. doi:10.1177/0094582X19881968
- Sátyro, N., and E. Cunha. 2014. "The path of Brazilian social welfare policy post-1988: the significance of institutions and ideas." *Brazilian Political Science Review* 8(1):80-108. doi:10.1590/1981-38212014000100004
- Sebben, F., and P. Silva. 2016. "As políticas industrial e infraestrutural durante o governo Lula: implicações e desafios da adoção do modelo do Estado Logístico para o Brasil." *Revista Carta Internacional*, 11(1): 63-90. doi:10.21530/ci.v11n1.2016.232
- Silva, P. 2022. "The reregulation of capital flows in Latin America: assessing the impact of post-neoliberal governments." *Review of International Political Economy*, 29(5), 1497-1524, doi: 10.1080/09692290.2021.1927140
- Silva, P. 2023. "Post-neoliberalism and capital flow management in Latin America: assessing the role of social forces." *J Int Relat Dev*, 26: 30–60. doi:10.1057/s41268-022-00272-0
- Singer, A. 2012. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

Singer, A. 2017. "The failure of the developmentalist experiment in three acts." *Critical Policy Studies* 11(3):358-364. doi:10.1080/19460171.2017.1363067

Singer, A. 2020. "The Failure of Dilma Rousseff's Developmentalist Experiment." *Latin American Perspectives* 47(1):152-168. doi:10.1177/0094582X19877187

Stallings, B., and W.Peres. 2011. "Is Economic Reform Dead in Latin America? Rhetoric and Reality since 2000." *Journal of Latin American Studies* 43:755-786. doi:10.1017/S0022216X11000435

Steinberg, D. 2016. "Developmental states and undervalued exchange rates in the developing world." *Review of International Political Economy* 23(3):418-449. doi:10.1080/09692290.2015.1135177

Unified Workers' Central, Union Force, and Federation of Industries of São Paulo. 2011. *Brasil do Diálogo pela Produção e Emprego*. Available at: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/documento-brasil-do-dialogo-pela-producao-e-emprego/>

Walter, S. 2008. "A New Approach for Determining Exchange-Rate Level Preferences." *International Organization* 62: 405-38. doi:10.1017/S0020818308080144

Wylde, C. 2012. *Latin America after neoliberalism: Developmental regimes in post-crisis states*. New York: Palgrave Macmillan.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou compreender como se dá a construção de estratégias de desenvolvimento alternativas ao paradigma liberal no sul global. Assim, embora os três artigos sejam independentes entre si, todos buscam contribuir para uma compreensão mais profunda da interação entre dinâmicas políticas e econômicas nos países latino-americanos, e apontar os obstáculos enfrentados por países que ocupam uma posição periférica na ordem capitalista.

Deste modo, o primeiro artigo examinou o desenvolvimentismo chileno durante os governos dos partidos radicais, destacando as tensões entre as aspirações desenvolvimentistas e os desafios práticos enfrentados pelos governos. Tal análise contribuiu para uma compreensão mais profunda da interação entre ideologia política, objetivos econômicos e transformação social em um contexto desenvolvimentista, pontuando as complexidades da implementação de políticas de desenvolvimento dentro de um quadro democrático e a influência de fatores internos e externos na trajetória de desenvolvimento do Chile durante este período.

Já o segundo artigo, analisou a relação entre democracia e desenvolvimentismo por meio do estudo comparativo entre Chile e México. O estudo mostrou que as instituições democráticas têm um impacto heterogêneo nas dimensões sociais e econômicas dos projetos de centro-esquerda ao mesmo tempo em que apresentou evidências a favor da compatibilidade entre democracia e desenvolvimentismo.

O terceiro artigo destacou a evolução das estratégias político-econômicas tomadas pelos governos brasileiros pós-redemocratização, categorizando-as como neoliberalismo desenraizado, neoliberalismo enraizado e neocorporativismo. Essa abordagem permitiu uma avaliação das diferentes respostas para a busca concomitante de estabilidade política, coesão social e desempenho econômico. Além disso, o estudo sublinhou a importância de compreender a interação entre políticas econômicas, demandas sociais e influências externas no contexto mais amplo da hegemonia global neoliberalismo.

Ao oferecer percepções diferenciadas sobre a intrincada interação entre estratégias econômicas, ideologias políticas e governança democrática, os artigos sublinham os desafios e possibilidades enfrentados pelos governos latino-americanos em equilibrar os seus processos de desenvolvimento com a coesão social e a estabilidade política. Além disso, mostram as dificuldades recorrentes que países em desenvolvimento enfrentam para construir estratégias que desviem daquelas estipuladas por países desenvolvidos e pela corrente dominante do pensamento econômico.

Por outro lado, as conclusões da tese também são marcadas por algumas lacunas, que podem ser abordadas por projetos de pesquisa complementares no futuro. Por exemplo, a realização de uma análise comparativa que inclua um conjunto mais amplo de países da região forneceria uma compreensão mais abrangente das várias trajetórias de desenvolvimento e dos papéis dos diferentes partidos políticos.

Do mesmo modo, seria igualmente interessante analisar a dinâmica de longo prazo dos regimes desenvolvimentistas para apreender a sustentabilidade e resiliência de seus desdobramentos. Compreender como as diferentes estratégias de economia política continuam a moldar o desenvolvimento de um país ao longo do tempo, ajudaria a aumentar a previsibilidade das mudanças políticas.

## REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron. et al. Income and Democracy. *American Economic Review*, v. 98, n. 1, p. 808-4, 2008.
- ALVAREZ, Mike. et al. Classifying Political Regimes. *Studies in Comparative International Development*, v. 31, n. 2, p. 3-36, 1996.
- ANDERSON, Perry. Um Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BABONES, S. (2017). The world-systems perspective. In: Veltmeyer, H.; Bowles, P. (Eds.). *The essential guide to critical development studies*. Routledge.
- BACCARO, L. et al. (2022). Introduction: Rethinking Comparative Capitalism. In L. Baccaro, M. Blyth & J. Pontusson (Eds.), *Diminishing returns: the new politics of growth and stagnation*. Oxford University Press.
- BACCARO, Lucio; PONTUSSON, J. Rethinking Comparative Political Economy. The Growth Model Perspective. *Politics & Society*, 44(2), p. 175-207, 2016.
- BASTOS, Pedro. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia social*, v. 21, p. 779-810, 2012.
- BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus. *Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2013.
- BENDIX, Reinhard. Concepts and generalizations in comparative sociological studies. *American Sociological Review*, v. 28, n. 4, p. 532-539, 1963.
- BIZBERG. (2021). The Political Economy of the Post Commodity Boom Crises in Latin America. In A. Madariaga & S. Palestini (Eds.), *Dependent Capitalisms in Contemporary Latin America and Europe*. Palgrave Macmillan.
- BOHLE, Dorothee; GRESKOVITS, Béla. *Capitalist diversity on Europe's periphery*. NY: Cornell University Press, 2012.
- BOIX, Carles. Democracy, Development, and the International System. *American Political Science Review*, v. 105, n. 4, p. 809-828, 2011.
- BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flávio. A recuperação do papel do Estado no capitalismo globalizado. In: GOMIDE, Alexandre; BOSCHI, Renato. (Ed.) *Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 2, p. 203-230, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Globalização e Competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modelos de estado desenvolvimentista. *Textos para Discussão*, Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, v. 412, n. 1, p. 1-23, 2016a.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 11, n. 19, p. 145-165, 2016b.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

BULFONE, F. (2023). Industrial policy and comparative political economy: A literature review and research agenda. *Competition & Change*, 27(1), 22-43.

BULFONE, F.; ERGEN, T.; KALAITZAKE, M. (2023). No strings attached: Corporate welfare, state intervention, and the issue of conditionality. *Competition & Change*, 27(2), 253-276.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos. *Observatório da Economia Global*, Textos avulsos 4, 2010.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHANG, Ha-Joon. The Economic Theory of the Developmental State. In: WOO-CUMINGS, Meredith. (Ed.). *The Developmental State*. New York: Cornell University Press, p. 182-199, 1999.

CLIFT, B. (2014). *Comparative Political Economy: States, Markets and Global Capitalism*. Ed: Palgrave Macmillan.

COLANDER, D. The Death of Neoclassical Economics. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 22, n. 2, p. 127-143, 2000.

COLLIER, D.; LEVITSKY, S. Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research. *World Politics*, v. 49, n. 3, p. 430-451, 1997.

DADOS, N.; CONNELL, R. The Global South. *Contexts*, 11(1), 12-13, 2012.

DAHL, Ronald. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

DASGUPTA, Partha. Well-Being and the Extent of Its Realization in Poor Countries. *Economic Journal*, v. 100, n. 1, p. 1-32, 1990.

DINIZ, Eli. Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, p. 9-20, 2013.

DIRLIK, Arif. Global South: Predicament and Promise. *The Global South*, vol. 1, no. 1, 2007.

- DOSI, Giovanni. et al. *The Economics of Technical Change and International Trade*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1990.
- EDIGHEJI, Omano. *Constructing a democratic developmental state in South Africa: potentials and challenges*. Cape Town: HSRC Press, 2010.
- EDIGHEJI, Omano. Democratic developmental state in Africa? A concept paper. *Research Report 105*, Centre for Policy Studies, p. 1-46, 2005.
- EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.
- ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang. (Ed.). *The development dictionary: A guide to knowledge as power*. London: Zed Books, p. 6-25, 1992.
- EVANS, Peter. *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- EVANS, Peter. Constructing the 21st Century Developmental State. In: EDIGHEJI, O. (Ed.) *Constructing a democratic developmental state in South Africa: Potentials and challenges*. Cape Town: Human Sciences Research Council, 2011.
- EVANS, Peter. *The Challenge of 21st Century Development: Building Capability, Enhancing States*. New York: United Nations Development Programme, 2010.
- FALETTO, Enzo. La especificidad del Estado en América Latina. *Revista de la CEPAL*, n. 38, ago, p. 69-88, 1989.
- FIORI, José Luís. Para Repensar o Papel do Estado sem Ser um Neoliberal. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 1, p. 76-89, 1992.
- FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A; BIANCARELLI, A; CINTRA, M. A. M. (Orgs.). *Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2015.
- FONSECA; Pedro; SALOMÃO, Ivan. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. *Revista de Economia Contemporânea*, número especial, p. 1-20, 2017.
- FRITZ; Verena; MENOCAL, Alina. Developmental States in the New Millennium: Concepts and Challenges for a New Aid Agenda. *Development Policy Review*, v. 25, n. 5, p. 531-55, 2007.
- FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.



- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GEORGE, Alexander; BENNETT, Andrew. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- GERRING, John. *Case Study Research: Principles and Practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007a.
- GERRING, John. The Case Study: What It Is and What It Does. In: BOIX, C. STOKES, S. (eds.). *Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 90-122, 2007b.
- GRABEL, I. (2019). *When Things Don't Fall Apart*. Global Financial Governance and Developmental Finance in an Age of Productive Incoherence. Ed: The MIT Press.
- GURRIERI, Adolfo. (Org.). *La obra de José Medina Echavarría*. Madri: ICI, 1980.
- HAAN; Jakob; SIERMANN, Clemens. New Evidence on the Relationship between Democracy and Economic Growth. *Public Choice*, v. 86, n. 1-2, p. 175-98, 1996.
- HAGGARD, S. (2018). *Developmental States*. Cambridge University Press.
- HAGGARD, Stephan. Institutions and Growth in East Asia. *Studies in Comparative International Development*, v. 138, n. 4, p. 53-81, 2004.
- HALL, Peter; SOSKICE, David. *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford University Press, 2001.
- HAUG, S.; BRAVEBOY-WAGNER, J.; MAIHOLD, G. (2021). The 'Global South' in the study of world politics: examining a meta category, *Third World Quarterly*, 42(9), 1923-1944.
- HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. A construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no século XXI. *Texto para discussão: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.
- HIRSCHMAN, Albert. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- IGLESIAS, Enrique. El papel del Estado y los paradigmas económicos en América Latina. *Revista de la CEPAL*, v. 90, n. 1, p. 907-15, 2006.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. How Development Leads to Democracy: What We Know About Modernization Today? *Foreign Affairs*, v. 88, n. 2, p.33-48, 2009b.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009a.
- JOHNSON, Chalmers. The Developmental State: Odyssey of a Concept. In: WOO-CUMMINGS, Meredith. (Org.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

- KELSALL, Tim; BOOTH, David. *Developmental Patrimonialism? Questioning the orthodoxy on political governance and economic progress in Africa*. London: Africa Power and Politics Programme, 2010.
- KOHLI, Atul. States and Economic Development. *Brazilian Journal of political Economy*, v. 29, n. 2, p. 212-227, 2009.
- KVANGRAVEN, I. (2020). Beyond the Stereotype: Restating the Relevance of the Dependency Research Programme. *Development and Change*, 52, 76-112.
- LANDMAN, Todd. Economic Development and Democracy: the View from Latin America. *Political Studies*, v. 47, n. 4, p. 607-626, 1999.
- LANOSZKA, A. Developing countries and the global economy. In: Lanoszka, A. *International development: socio-economic theories, legacies and strategies*. Routledge.
- LARUFFA, F. (2023). Making Sense of (Post)Neoliberalism. *Politics & Society*, 0(0).
- LEFTWICH, Adrian. Bringing politics back in: towards a model of the developmental state. *The Journal of Development Studies*, v. 31, n. 3, p. 400-427, 1995.
- LIN, Justin; MONGA, Celestin. Growth Identification and Facilitation: The Role of State in Dynamics of Structural Change. *Development Policy Review*, v. 29, n. 3, p. 264-290, 2011.
- LIST, Friedrich. (1989). *The national system of political economy*. London: Longmans, Green and Co.
- MADARIAGA, A.; PALESTINI, S. (2021). Introduction: Dependency as a Research Program: From Situations to Mechanisms of Dependency. In A. Madariaga & S. Palestini (Eds.), *Dependent Capitalisms in Contemporary Latin America and Europe*. Palgrave Macmillan.
- MAZZUCATO, Mariana. *The Entrepreneurial State: Debunking the Public vs. Private Myth in Risk and Innovation*. London: Anthem Press, 2013.
- MERKEL, W. (2014). Is capitalism compatible with democracy?. *Z Vgl Polit Wiss* 8, 109–128.
- MOLINA, Oscar; RHODES, Martin. Industrial relations and the welfare state in Italy: Assessing the potential of negotiated change. *West European Politics*, 30(4), p. 803-829, 2007.
- MUNCK, Gerardo. *Measuring Democracy: A Bridge. Between Scholarship and Politics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.
- MUNCK, Gerardo; VERKUILEN, Jay. Conceptualizing and measuring democracy: Evaluating alternative indices. *Comparative Political Studies*, v. 35, n. 1, p. 5-34, 2002.
- MUSAMBA, Charity. The Developmental State Concept and its Relevance for Africa. In: MEYNS, Peter; MUSAMBA, Charity. (eds.) *The Developmental State in Africa: Problems and Prospects*. Institute for Development and Peace, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. (2003). *A navegação venturosa: Ensaio sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo.

OMAR, Sidi. Rethinking Development from a Postcolonial Perspective. *Journal of Conflictology*, v. 3, n. 1, p. 42-49, 2012.

OREIRO, José Luis. Novo-Desenvolvimentismo, Crescimento Econômico e Regimes de Política Macroeconômica. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, p. 29-40, 2012.

OREIRO, José Luis; PAULA, Luiz Fernando de. Novo-Desenvolvimentismo e a Agenda de Reformas Macroeconômicas para o Crescimento Sustentado com Estabilidade de Preços e Equidade Social. In: OREIRO, José Luis; PAULA, Luiz Fernando de; BASÍLIO, Flávio. (Ed.). *Macroeconomia do Desenvolvimento: Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

PALESTINI, S. (2021). From Dependency Theories to Mechanisms of Dependency. In: Acharya, A.; Deciancio, M.; Tussie, D. (Eds.). *Latin America in global international relations*. Routledge.

PAULA, Luiz Fernando de. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEELER, John. *Building Democracy in Latin America*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

PIETERSE, Jan. *Development theory: Deconstructions/reconstructions*. London: Sage Publications Ltd, 2010.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

PRZEWORSKI, Adam. et al. *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, F. Modernization: Theories and Facts. *World Politics*, v. 49, n. 1, p. 155-183, 1997.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. Political Regimes and Economic Growth. *Journal of Economic Perspectives*, v. 7, n. 3, p. 51-70, 1993.

REINERT, Erik. *How Rich Countries Got Rich... and Why Poor Countries Stay Poor*. London: Constable and Robinson, 2007.

REINERT, Erik. The role of the state in economic growth. *Journal of Economic Studies*, v. 26, n. 1, p. 268-326, 1999.

REIS, N.; OLIVEIRA, F. (2023). Peripheral financialization and the transformation of dependency: a view from Latin America. *Review of International Political Economy*, 30:2, 511-534.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANDBROOK, Richard; EDELMAN, Marc; HELLER, Patrick; TEICHMAN, Judith. *Social Democracy in the Global Periphery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHEDELIK, M.; NÖLKE, A.; MERTENS, D.; MAY, C. (2021). Comparative Capitalism, Growth Models and Emerging Markets: The Development of the Field. *New Political Economy*, 26(4): 514-526.

SCHNEIDER, Ben Ross. The desarrollista state in Brazil and México. In: WOO-CUMINGS, Meredith. (Org.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, p. 276-305, 1999.

SCHNEIDER, Ben. *Hierarchical Capitalism in Latin America: Business, Labor, and the Challenges of Equitable Development*. New York: Cambridge University Press, 2013.

SCHNEIDER, Ben. Hierarchical market economies and varieties of capitalism in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, 41(3), p. 553-575, 2009

SCHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SINGH, J.; OVADIA, J. (2019). *Developmental States beyond East Asia*. Ed: Routledge.

SIROWY, Larry; INKELES, Alex. The Effects of Democracy on Economic Growth and Inequality: A Review. *Comparative International Development*, v. 25, n. 1, p. 126-157, 1990.

STRANGE, Susan. What Theory? The Theory in Mad Money. *CSGR Working Paper*, 18/98, p. 1-28, 1998.

SUD, N.; SÁNCHEZ-ANCOCHEA, D. Southern Discomfort: Interrogating the Category of the Global South. *Dev Change*, 53: 1123-1150, 2022.

THIRLWALL, Anthony. *Growth and Development with Special Reference to Developing Countries*. London: Palgrave Macmillan, 2003.

THURBON, E.; WEISS, L. (2016). The Developmental state in the late twentieth century. In: Reinert, E. et al. (Eds.). *Handbook of Alternative Theories of Economic Development*. Edward Elgar.

TREISMAN, D. (2020). Economic Development and Democracy: Predispositions and Triggers. *Annual Review of Political Science*, 23:1, 241-257.

VU, Tuong. State Formation and the Origins of Developmental States in South Korea and Indonesia. *Studies in Comparative International Development*, v. 41, n. 4, p. 27-56, 2007.

WADE, Robert. *El mercado dirigido: la teoría económica e la función del gobierno en la industrialización del Este de Asia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

WADE, Robert. *Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian Industrialization*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Democracy, Capitalism and Transformation*. In: ENWEZOR, O. Et al. (Eds.). *Democracy Unrealized*. Berlin: Hatje Cantz, 2002.

WHITE, Gordon. *Building a Democratic Developmental State: Social Democracy in the Developing World*. *Democratization*, v. 5, n. 3, p. 1-32, 1998.

WOO-CUMMINGS, Meredith. (Org.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

YIN, R. *Case study research and applications: design and methods*. Sixth Edition, SAGE Publications: Los Angeles, 2018.

ZAGATO, L. (2019). Ainda é possível que os países em desenvolvimento façam seu catching up no século XXI? *Brazilian Journal of Political Economy*, 39(3), 527–543.